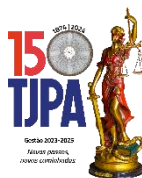




PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



SERVIÇO DE LICITAÇÕES

DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

TJPA – EDITAL DO PE 0028/2026 (90028/2026) –

Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, voltados ao desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, a serem executados por meio da alocação de perfis profissionais de TI, sem dedicação exclusiva de mão de obra, previamente definidos e qualificados, vinculada à entrega de resultados.

Para participar, é essencial conhecer os normativos internos do TJPA.

**INSTRUÇÕES
NORMATIVAS
TJPA**



Endereço do Serviço de Licitações:
Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.
Retire o edital e acompanhe esta licitação
e seus atos, via **www.comprasnet.gov.br**



CONTATO
licitacao@tjpa.jus.br
(91) 3205-3257

← Portal de
Licitações do
TJPA



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

VITRINE – MURAL



OBJETO E DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, voltados ao desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, a serem executados por meio da alocação de perfis profissionais de TI, sem dedicação exclusiva de mão de obra, previamente definidos e qualificados, vinculada à entrega de resultados.

DATA DE ABERTURA: 03/07/2026

HORÁRIO: 09:00

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

CRITÉRIO PARA LANCE: Menor
preço por lote

TIPO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto



NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

SEI 0006513-28.2026.8.14.0900
UASG: 925942



PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

PRAZO: 24 horas após
solicitação do agente de
contratação



VALOR ESTIMADO

VALOR GLOBAL DO CERTAME:
R\$ 61.016.146,51



LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

☐ SIM ☒ NÃO



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

JURÍDICA: Item 9.20.

FISCAL e TRABALHISTA:
Item 9.21.

ECONÔMICA: Item 9.22.

TÉCNICA: Item 9.23.



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

PRAZO: Até às 23h59min
do dia 30/06/2026

FORMA: via e-mail:
licitacao@tjpa.jus.br



INFORMAÇÕES GERAIS

GARANTIA – ITEM 4.9.25. DO TR

A garantia, realizada via seguro-garantia, deve ser prestada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. PREÂMBULO | 4 |
| 2. DO OBJETO | 6 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 7 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 10 | |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 13 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 19 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 23 |
| 9. DO TERMO DE CONTRATO..... | 28 |
| 10. DOS RECURSOS | 30 |
| 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 35 |



1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 010/2026-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 18 de maio de 2026 torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: licitacao@tjpa.jus.br, informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. FONTE DE RECURSOS:

| | | | |
|-----------------------------|--|--------------------------|---------------|
| Dotação | : 2026/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 4.957.560,79 |
| Programa de Trabalho | 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | 2212 - Contratos Novos (SETIC) | | |
| Dotação | : 2026/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 686.431,49 |
| Programa de Trabalho | 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | 2212 - Contratos Novos (SETIC) | | |
| Dotação | : 2026/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 7.281.601,26 |
| Programa de Trabalho | 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | 2211 - Contratos Novos (SETIC) | | |
| Dotação | : 2027/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 19.830.243,19 |
| Programa de Trabalho | 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | 2211 - Contratos Vigentes (SETIC) | | |
| Dotação | : 2027/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 2.745.725,98 |
| Programa de Trabalho | 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | 2211 - Contratos Vigentes (SETIC) | | |

| | | | |
|-----------------------------|--|--------------------------|---------------|
| Dotação | : 2027/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 7.932.097,27 |
| Programa de Trabalho | : 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | : 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | : 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | : 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | : 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | : 2211 - Contratos Vigentes (SETIC) | | |
| Dotação | : 2028/247 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 14.872.682,39 |
| Programa de Trabalho | : 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | : 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | : 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | : 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | : 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | : 2211 - Contratos Vigentes (SETIC) | | |
| Dotação | : 2028/252 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 2.059.294,49 |
| Programa de Trabalho | : 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | : 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | : 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | : 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | : 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | : 2211 - Contratos Vigentes (SETIC) | | |
| Dotação | : 2028/258 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102 | Valor Utilizado : | 650.496,02 |
| Programa de Trabalho | : 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - | | |
| Elemento de Despesa | : 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA | | |
| Fonte de Recurso | : 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC | | |
| Destinação | : 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000] | | |
| Rubrica Item | : 3.3.90.40.08.02.00.00 - MANUTENCAO DE SOFTWARE - 510138 | | |
| Item de Despesa | : 2211 - Contratos Vigentes (SETIC) | | |

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão eletrônico é a **Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, voltados ao desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA**, a serem executados por meio da alocação de perfis profissionais de TI, sem dedicação exclusiva de mão de obra, previamente definidos e qualificados, vinculada à entrega de resultados. Os serviços serão prestados sob demanda da Administração, mediante ordens de serviço, com a alocação de um ou mais perfis profissionais, considerando a natureza, complexidade e volume das demandas, sem a constituição obrigatória de equipes fixas, e com execução em regime híbrido, combinando atividades presenciais e remotas, de acordo com as necessidades técnicas e operacionais do TJPA.

2.1.1. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133, 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, se for o caso.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)

do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.4.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.4.2. estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.4.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

3.7.5. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou

coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. A vedação de que trata o item 3.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, **a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.6.1 e 9.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.4.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Embora no sistema Compras.gov.br os objetos estejam cadastrados como **Item 1** e **Item 2**, exclusivamente para fins de operacionalização da disputa e envio de lances, esclarece-se que:

a) o Item 1 corresponde integralmente ao **LOTE 1 – Desenvolvimento e Governança**, abrangendo as atividades de projeto, requisitos, processos, arquitetura, construção, governança de TIC e sustentação;

b) o Item 2 corresponde integralmente ao **LOTE 2 – Teste e Qualidade**, abrangendo as atividades de garantia da qualidade dos sistemas (QA), execução de testes funcionais, não funcionais e automatizados, visando minimizar a ocorrência de erros no ambiente de produção.

6.5.1. Os licitantes deverão apresentar suas propostas e lances observando a correspondência entre os itens cadastrados no sistema e os respectivos lotes descritos neste Edital e em seus anexos.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, **deverá ser de 0,30% (trinta centésimos por cento), incidente sobre o valor global do respectivo lote em disputa.**

6.7.1. O percentual fixado no subitem anterior equivale matematicamente à redução proporcional de exatos **0,01 (um centésimo)** sobre o índice do Fator-K Referencial (3,31), estabelecido no Termo de Referência, garantindo a equidade do esforço de desconto exigido independentemente do volume financeiro do lote.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a

verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso perdure o empate, após os critérios anteriormente estabelecidos, o TJPA irá abrir negociação, nas mesmas condições, com as empresas empatadas buscando efetivar o desempate.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.21. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

FIQUE ATENTO!

- A proposta deve ser enviada conforme modelo de proposta anexo a este edital!



7.6. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.6.1. SICAF;

7.6.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.6.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.8. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.8.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.8.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.9. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.10. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5.1. e 5.6 deste edital.

7.11. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro

lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.12.1. conter vícios insanáveis;
- 7.12.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.12.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.12.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.12.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.13. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

7.13.1. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.13.2. Havendo falhas na proposta, o Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

~~7.13.3.~~ Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Agente de Contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

7.14. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.14.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- 7.14.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.14.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.15. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.15.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.15.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.15.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.15.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.16. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.17. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.19. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.20. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados e interessadas, incluindo os demais licitantes.

7.22. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.23. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.24. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

FIQUE ATENTO!

Obrigatoriedade do cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com a lei 8.213/1991



8.6. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia assinados digitalmente, cuja assinatura possa ser autenticada.

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. Na hipótese do não preenchimento da cota prevista no referido dispositivo legal, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

8.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.16.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.17. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.17.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.17.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.20. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.18.1.

8.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.24. Habilitação jurídica:

8.24.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.24.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.24.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.24.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.24.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.24.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.24.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.24.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.25. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.25.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.25.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.25.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.25.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.26. Qualificação Econômico-Financeira:

8.26.1. Conforme itens 3.3.2 a 3.3.5 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

8.27. Qualificação Técnica:

8.27.1. Conforme itens 3.3.6 a 3.3.16 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

8.28. O(A) Agente de Contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.28.1. A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.28.2. Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.28.3. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.29. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 9.26 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.30. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 9.25, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.31. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.32. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.33. O TJPA possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente, salvo casos específicos.



9. DO TERMO DE CONTRATO

9.6. Após a homologação e adjudicação, sendo o caso de contratação, será formalizado o instrumento contratual ou outro instrumento equivalente, nos termos deste Edital e do Termo de Referência.

9.7. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada de instrumento equivalente, devendo atendê-la no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.8. A convocação para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada do instrumento equivalente dar-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico, mediante envio ao endereço eletrônico informado pelo adjudicatário e/ou constante de seu cadastro, podendo compreender:

- I. link para realização de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, quando ainda não possuir acesso;
- II. link para assinatura eletrônica do instrumento contratual, após a efetivação do cadastro, quando cabível; e
- III. orientações para aceitação ou retirada do instrumento equivalente, quando for o caso.

9.9. O prazo previsto no item 9.2 abrange:

9.10. I – a realização do cadastro no SEI, quando cabível; e

9.11. II – a assinatura eletrônica do instrumento contratual ou a aceitação ou retirada do instrumento equivalente.

9.12. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, inclusive quanto à realização do cadastro no SEI, quando exigido, será considerado recusa injustificada à contratação.

9.13. O prazo previsto no item 9.2 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, apresentada durante o seu transcurso, e desde que aceita pela Administração.

9.14. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o termo de contrato, nem aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observada a verificação da manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital.

9.15. Previamente à assinatura do instrumento contratual, será verificada a manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

9.16. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência.



10. DOS RECURSOS

10.6. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.8. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.8.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.8.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

10.8.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.8.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.9. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.11. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.12. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

FIQUE ATENTO!

Observe os percentuais de multa estabelecidos para os casos de descumprimento do pactuado. – ITEM 11.4.



11.6. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o(a) licitante que, com dolo ou culpa:

11.6.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratação durante o certame;

11.6.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.6.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.6.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.6.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.6.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.6.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.6.3. não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.6.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.6.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.6.6. fraudar a licitação;

11.6.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.6.7.1.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.6.7.1.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.6.7.1.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.6.7.1.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.6.7.1.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.7. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos(as) licitantes e/ou adjudicatários(as) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.7.1. Advertência:

11.7.2. Multa:

11.7.3. Impedimento de licitar e contratar:

11.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A multa será conforme especificado no Termo de Referência, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do(a) interessado(a) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.6, 11.6.1 e 11.6.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.6.4, 11.6.5, 11.6.6, 11.6.7.1.3 e 11.6.7.1.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.6, 11.6.1 e 11.6.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.14. A recusa injustificada do(a) adjudicatário(a) em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.6.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

11.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.6. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.8. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacao@tjpa.jus.br.**

12.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.9.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 13.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.15.1. ANEXO - Termo de Referência
 - 13.15.2. ANEXO I - Análise de Riscos da Contratação
 - 13.15.3. ANEXO II - Especificação dos Perfis Profissionais
 - 13.15.4. ANEXO III – Estudo Técnico de Referenciamento Salarial para os Perfis Profissionais
 - 13.15.5. ANEXO IV – Tecnologias Empregadas no Ambiente do TJPA
 - 13.15.6. ANEXO V - Dados Volumétricos dos Sistemas do TJPA
 - 13.15.7. ANEXO VI – Modelo de Proposta
 - 13.15.8. ANEXO VII – Modelo de Questionário de Avaliação do Dono do Produto
 - 13.15.9. ANEXO VIII – Modelo de Ordem de Serviço

- 13.15.10. ANEXO IX - Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo
- 13.15.11. ANEXO X - Mapa Referencial de Preços – Completo e Saneado
- 13.15.12. ANEXO XI – Minuta do Termo de Contrato

Belém, 18 de junho de 2026

MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração

Termo de Referência de TIC



Sumário

| | |
|--|------------|
| 1. DO OBJETO | 4 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO | 7 |
| 2.1. Motivação | 7 |
| 2.2. Alinhamento com o Plano Anual de Contratações e ao Plano Diretor de TIC | 8 |
| 2.3. Objetivos | 8 |
| 2.4. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares | 9 |
| 2.5. Análise de Mercado de TIC | 9 |
| 2.6. Benefícios e Resultados | 10 |
| 2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada | 11 |
| 2.8. Impacto ambiental | 12 |
| 2.9. Impacto social e cultural | 13 |
| 2.10. Conformidade Legal | 13 |
| 3. DA LICITAÇÃO | 13 |
| 4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO | 20 |
| 5. DA VIGÊNCIA | 52 |
| 6. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO | 53 |
| 7. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS | 55 |
| 8. DAS OBRIGAÇÕES | 56 |
| 8.1. Obrigações da CONTRATANTE | 56 |
| 8.2. Obrigações da CONTRATADA | 56 |
| 8.3. Obrigações de AMBAS AS PARTES | 58 |
| 9. ESTIMATIVA DE PREÇOS | 59 |
| 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 59 |
| 11. REAJUSTAMENTO | 59 |
| 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 60 |
| ANEXO I | 63 |
| ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO | 63 |
| ANEXO II | 66 |
| ESPECIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS | 66 |
| ANEXO III | 95 |
| ESTUDO TÉCNICO DE REFERENCIAMENTO SALARIAL PARA OS PERFIS PROFISSIONAIS | 95 |
| 1. Introdução e Justificativa de Eficiência | 95 |
| 2. Metodologia de Precificação e Demonstrativo de Pesquisa | 95 |
| 2.1. Demonstrativo de Pesquisa Salarial (Cruzamento de Fontes) | 95 |
| 2.2. Memória de Cálculo do Salário-Base (Retro análise) | 96 |
| 3. Matriz de Correspondência e Perfis Profissionais | 96 |
| 4. Análise de Mercado do Fator K (Teto Prudencial) | 96 |
| 4.1. Demonstrativo de Composição do Fator K Médio (Estimativa) | 97 |
| 5. Tabela Consolidada de Preços Máximos | 97 |
| 6. Conclusão | 98 |
| Referências Normativas e Fontes | 98 |
| Referências citadas | 99 |
| ANEXO IV | 100 |
| TECNOLOGIAS EMPREGADAS NO AMBIENTE DO TJPA | 100 |



| | |
|---|------------|
| ANEXO V | 102 |
| DADOS VOLUMÉTRICOS DOS SISTEMAS DO TJPA..... | 102 |
| ANEXO VI | 104 |
| MODELO DE PROPOSTA | 104 |
| ANEXO VII | 107 |
| MODELO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DONO DO PRODUTO..... | 107 |
| ANEXO VIII | 108 |
| MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO | 108 |
| ANEXO IX | 110 |
| MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO | 110 |
| ANEXO X | 114 |
| MAPA REFERENCIAL DE PREÇOS – COMPLETO E SANEADO..... | 114 |



1. DO OBJETO

1.1. Definição do Objeto

Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, voltados ao desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, a serem executados por meio da alocação de perfis profissionais de TI, sem dedicação exclusiva de mão de obra, previamente definidos e qualificados, vinculada à entrega de resultados.

Os serviços serão prestados sob demanda da Administração, mediante ordens de serviço, com a alocação de um ou mais perfis profissionais, considerando a natureza, complexidade e volume das demandas, sem a constituição obrigatória de equipes fixas, e com execução em regime híbrido, combinando atividades presenciais e remotas, de acordo com as necessidades técnicas e operacionais do TJPA.

1.2. Descrição detalhada do Objeto

O objeto compreende a prestação de serviços técnicos especializados de sustentação e desenvolvimento de software, destinados a atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA no que se refere à manutenção, evolução e ampliação de seu portfólio de sistemas judiciais e administrativos, observando-se as diretrizes institucionais, os normativos aplicáveis e as boas práticas de engenharia de software.

Os serviços a serem contratados incluem, entre outros, as seguintes atividades:

- a) Sustentação de sistemas em produção, abrangendo atendimento a incidentes, correções de falhas, ajustes técnicos, apoio à operação e garantia da continuidade dos serviços;
- b) Manutenção corretiva, voltada à correção de defeitos identificados em sistemas existentes;
- c) Manutenção evolutiva, destinada à implementação de melhorias funcionais, ajustes decorrentes de mudanças normativas ou aprimoramentos solicitados pelas unidades demandantes;
- d) Manutenção adaptativa, relacionada à adequação dos sistemas a alterações de ambiente tecnológico, infraestrutura, integrações ou plataformas;
- e) Desenvolvimento de novos sistemas e módulos, incluindo levantamento e análise de requisitos, modelagem, implementação, testes, implantação e documentação;
- f) Modernização tecnológica, compreendendo refatoração de código, atualização de frameworks, linguagens e componentes, bem como migração e evolução de arquiteturas;
- g) Integração entre sistemas, serviços e plataformas corporativas do TJPA ou de outros órgãos, quando aplicável;
- h) Atividades relacionadas à automação, *analytics* e inteligência artificial, quando demandadas, consideradas parte integrante do desenvolvimento de software, observadas as restrições de segurança da informação, proteção de dados e homologação institucional.

A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante Ordens de Serviço, com alocação de perfis profissionais de Tecnologia da Informação previamente definidos, por período, vinculados ao alcance dos resultados estabelecidos, não se caracterizando a contratação como fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva.



Os serviços serão prestados preferencialmente de forma remota, podendo ser exigida atuação presencial pontual, mediante Ordem de Serviço específica, nas hipóteses em que tal condição seja tecnicamente justificada.

A contratação observará o disposto na Resolução nº 468/2022 do Conselho Nacional de Justiça, no que for aplicável, bem como as normas internas do TJPA e a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. Segue o quantitativo detalhado para a composição do objeto:

| LOTE 1 - DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|---|-------------------------------------|------------------------------|------------------|-------------------|------------------------|-----------------------------|
| Nº do ITEM | CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE MENSAL MÁXIMA (A) | SALÁRIO-BASE (B) | FATOR K ÚNICO (C) | VALOR UNITÁRIO (D=BxC) | VALOR MENSAL MÁXIMO (E=AxD) |
| 1 | ADADOS-01 | Administrador de Dados - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$7.714,04 | 3,31 | R\$25.533,47 | R\$25.533,47 |
| 2 | ADADOS-02 | Administrador de Dados - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$11.345,67 | 3,31 | R\$37.554,17 | R\$37.554,17 |
| 3 | ABI-01 | Analista de BI - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$7.375,32 | 3,31 | R\$24.412,31 | R\$48.824,62 |
| 4 | ABI-02 | Analista de BI - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$14.083,33 | 3,31 | R\$46.615,82 | R\$93.231,64 |
| 5 | ANR-01 | Analista de Requisitos - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 3 | R\$6.567,23 | 3,31 | R\$21.737,53 | R\$65.212,59 |
| 6 | ANR-02 | Analista de Requisitos - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 4 | R\$8.744,98 | 3,31 | R\$28.945,88 | R\$115.783,54 |
| 7 | ANR-03 | Analista de Requisitos - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$11.227,93 | 3,31 | R\$37.164,45 | R\$74.328,90 |
| 8 | ANPROC-01 | Analista de Processos | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 3 | R\$9.500,00 | 3,31 | R\$31.445,00 | R\$94.335,00 |
| 9 | ARQSOF-01 | Arquiteto de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$12.073,70 | 3,31 | R\$39.963,95 | R\$79.927,89 |
| 10 | ARQSOF-02 | Arquiteto de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$18.542,27 | 3,31 | R\$61.374,91 | R\$122.749,83 |
| 11 | DESENV-01 | Desenvolvedor de Software - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 9 | R\$6.500,00 | 3,31 | R\$21.515,00 | R\$193.635,00 |
| 12 | DESENV-02 | Desenvolvedor de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 18 | R\$10.713,73 | 3,31 | R\$35.462,45 | R\$638.324,03 |
| 13 | DESENV-03 | Desenvolvedor de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 6 | R\$15.750,00 | 3,31 | R\$52.132,50 | R\$312.795,00 |
| 14 | ESPGOV-01 | Especialista em Governança de TIC | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$13.800,00 | 3,31 | R\$45.678,00 | R\$45.678,00 |
| 15 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 5 | R\$15.048,00 | 3,31 | R\$49.808,88 | R\$249.044,40 |



| | | | | | | | | |
|--------------------------------------|---------|----------------------------------|-------------------------------------|---|--------------|------|--------------|-------------------------|
| 16 | LDESENV | Líder Técnico de Desenvolvimento | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$20.360,00 | 3,31 | R\$67.391,60 | R\$67.391,60 |
| VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO (F) | | | | | | | | R\$2.264.349,68 |
| VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (G=Ex12) | | | | | | | | R\$27.172.196,20 |
| FATOR K ÚNICO MÁXIMO (C) | | | | | | | | 3,31 |
| VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (H=Fx24) | | | | | | | | R\$54.344.392,41 |

| LOTE 2 - TESTE E QUALIDADE | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|---|-------------------------------------|------------------------------|------------------|-------------------|------------------------|------------------------------|
| Nº do ITEM | CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE MENSAL MÁXIMA (A) | SALÁRIO-BASE (B) | FATOR K ÚNICO (C) | VALOR UNITÁRIO (D=BxC) | VALOR MENSAL MÁXIMO (E=Ax D) |
| 1 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$ 15.048,00 | 3,31 | R\$49.808,88 | R\$49.808,88 |
| 2 | ATQ-01 | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 6 | R\$ 7.795,75 | 3,31 | R\$25.803,93 | R\$154.823,60 |
| 3 | ATQ-02 | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$ 11.081,16 | 3,31 | R\$36.678,64 | R\$73.357,28 |
| VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO (F) | | | | | | | | R\$277.989,75 |
| VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (G=Ex12) | | | | | | | | R\$3.335.877,05 |
| FATOR K ÚNICO MÁXIMO (C) | | | | | | | | 3,31 |
| VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (H=Fx24) | | | | | | | | R\$6.671.754,10 |

- 1.2.2. O LOTE 1 – DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA abrange as atividades de projeto, requisitos, processos, arquitetura, construção, governança de TIC e sustentação.
- 1.2.3. O LOTE 2 – TESTE E QUALIDADE abrange as atividades de garantia da qualidade dos sistemas (QA), execução de testes funcionais, não funcionais e automatizados, minimizando a ocorrência de erros no ambiente de produção.
- 1.2.4. Visando garantir a isenção na homologação e a efetividade do controle de qualidade do software, não será admitida a adjudicação do LOTE 1 e do LOTE 2 para uma mesma licitante ou grupo empresarial/econômico.
- 1.2.4.1. Caso uma mesma empresa ofereça o menor preço e sagre-se provisoriamente vencedora em ambos os lotes, ela deverá optar por qual lote deseja assumir, sendo convocada a segunda colocada para o lote remanescente, conforme regras estabelecidas no Edital.

1.3. Da Estimativa, Demanda e Equipe Mínima de Sustentação

- 1.3.1. A Administração Pública não se obriga a consumir a totalidade dos quantitativos previstos nos Lotes 1 e 2. A execução dos serviços dar-se-á mediante duas dinâmicas distintas, respeitando a natureza das atividades:
- a) Para Desenvolvimento, Governança e Testes: A execução ocorrerá estritamente sob demanda. Não há garantia de faturamento mínimo ou obrigatoriedade de requisição de uma quantidade mínima de profissionais mensais. Se não houver projetos, não haverá emissão de Ordens de Serviço (OS) e não haverá pagamento.



- b) Para Sustentação: A execução exigirá a disponibilidade permanente de equipes qualificadas e dimensionadas de forma compatível com o atendimento tempestivo a incidentes e requisições no ambiente de produção.
- 1.3.2. A disponibilização de qualquer perfil profissional de TI será feita sempre mediante a abertura e formalização prévia de Ordem de Serviço (OS). O quantitativo demandado estará limitado à quantidade máxima prevista para cada item.
- 1.3.3. Para assegurar a continuidade do ambiente e o atendimento aos Níveis Mínimos de Serviço (SLA), a CONTRATANTE emitirá Ordem de Serviço contínua especificando o período de disponibilidade. A CONTRATADA deverá dispor sempre de uma equipe mínima alocada mensalmente para os serviços de sustentação, com quantitativo suficiente para cobrir o horário padrão de funcionamento do órgão.
- 1.3.3.1. Os valores pagos mensalmente pela alocação da equipe mínima de sustentação visam garantir a disponibilidade do serviço, porém, estão condicionados ao rigoroso cumprimento das metas de desempenho (tempo de resolução de incidentes). Se o sistema ficar indisponível além do tempo tolerado, os valores atestados sofrerão os redutores previstos nos indicadores de nível de serviço.
- 1.3.4. Para fins de dimensionamento da capacidade gerencial da CONTRATADA, estima-se que a alocação dos perfis profissionais voltados ao desenvolvimento e testes ocorrerá distribuída em um limite máximo de até 120 Ordens de Serviço totais ao longo dos 24 meses, sendo admitida a execução de até 15 Ordens de Serviço simultâneas a qualquer tempo.
- 1.3.4.1. A eventual necessidade de abertura de Ordens de Serviço simultâneas além da estimativa máxima citada no item anterior deverá ser previamente acordada com a CONTRATADA, mediante análise de viabilidade para não comprometer a qualidade e os prazos de entrega.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação

A realização desta contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação é necessária para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará à luz das diretrizes nacionais estabelecidas para a governança e a gestão de TIC no âmbito do Poder Judiciário, que orientam a separação clara entre as funções estratégicas, a cargo da administração pública, e as atividades operacionais passíveis de execução por terceiros. Tais diretrizes reconhecem que a transformação digital do Judiciário exige uma atuação institucional orientada pela governança da informação, pela segurança dos dados e pelo alinhamento permanente das soluções tecnológicas aos objetivos finalísticos da prestação jurisdicional.

No cenário atual, a SETIC concentra atribuições que envolvem a administração de um ecossistema tecnológico complexo, composto por sistemas críticos, bases de dados sensíveis e fluxos de informação essenciais ao funcionamento das unidades judiciais e administrativas. A atuação efetiva da equipe interna é indispensável para assegurar o domínio institucional sobre as regras de negócio, a arquitetura da informação, a interoperabilidade entre sistemas e a conformidade com políticas de segurança e proteção de dados. A ampliação do envolvimento desses servidores em atividades operacionais contínuas, como desenvolvimento e manutenção de código, reduz a capacidade institucional de exercer esse papel estratégico e enfraquece os mecanismos de controle e de governança preconizados para a área de TIC.

As diretrizes do CNJ enfatizam que a administração pública deve preservar internamente o conhecimento crítico relacionado aos dados, aos processos e às decisões de negócio, evitando a transferência tácita desse conhecimento para fornecedores externos. Nesse contexto, a execução operacional de serviços de desenvolvimento e sustentação por meio de contratação externa permite que o corpo técnico permanente do Tribunal concentre seus esforços na



especificação qualificada de requisitos, na validação das entregas, na padronização de modelos e na gestão do ciclo de vida da informação, mitigando riscos de dependência tecnológica e de assimetria de informação.

A situação atual não pode ser adequadamente resolvida apenas com os recursos e equipes existentes, pois o volume, a diversidade e a criticidade das demandas superam a capacidade operacional interna disponível, especialmente quando consideradas as exigências simultâneas de manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa, bem como a necessidade de apoiar iniciativas estratégicas de inovação. A tentativa de absorver integralmente essas atividades com recursos próprios comprometeria a efetividade da governança de TIC, aumentaria a exposição a riscos operacionais e reduziria a capacidade de planejamento e de controle sobre a evolução dos sistemas institucionais.

Além disso, as diretrizes nacionais ressaltam a importância da continuidade dos serviços de TIC como condição essencial para a regularidade da prestação jurisdicional. A proximidade do encerramento do contrato atualmente vigente agrava os riscos de descontinuidade e evidencia a necessidade de planejamento antecipado para preservar a estabilidade dos sistemas e a previsibilidade da capacidade de atendimento. A ausência de uma contratação estruturada tende a gerar lacunas operacionais, aumento do risco de indisponibilidades e fragilidades no atendimento a requisitos de segurança da informação e proteção de dados.

Dessa forma, a contratação justifica-se como instrumento para fortalecer a governança de TIC, ampliar a capacidade institucional de resposta às demandas atuais e futuras e assegurar que o TJPA atue em conformidade com as diretrizes do CNJ. Entre os benefícios institucionais esperados destacam-se a manutenção da continuidade e da confiabilidade dos serviços essenciais, a redução de riscos associados à dependência tecnológica e à perda de conhecimento, o aumento da eficiência no atendimento às demandas e o reforço do papel estratégico da SETIC na gestão da informação e na sustentação da transformação digital do Tribunal.

2.2. Alinhamento com o Plano Anual de Contratações e ao Plano Diretor de TIC

| Código do PAC | | SETIC095 |
|---------------|---|---|
| ID | AÇÃO DO PDTIC | META DO PDTIC ASSOCIADA |
| N15 | Contratar serviços terceirizados especializados para apoio às atividades de desenvolvimento específicas | Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC |
| ID | OBJETIVO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | MACRODESAFIO |
| OEEJ08 | Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas | Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional |

2.3. Objetivos

Assegurar a prestação contínua, eficiente e orientada a resultados dos serviços de sustentação e desenvolvimento de softwares necessários ao adequado funcionamento, à evolução e à modernização dos sistemas judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

2.3.1. Objetivos específicos

- Garantir a continuidade operacional e a estabilidade dos sistemas em produção, com resposta tempestiva às demandas de sustentação;



- b) Viabilizar a manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas existentes, em consonância com as necessidades institucionais;
- c) Permitir o desenvolvimento de novas soluções e funcionalidades, conforme demandas das unidades do TJPA;
- d) Apoiar a modernização tecnológica, incluindo refatoração, evolução de arquiteturas e integração entre sistemas e plataformas;
- e) Assegurar a flexibilidade e escalabilidade da capacidade técnica contratada, compatível com a variação do volume e da complexidade das demandas;
- f) Promover a qualidade das entregas, com foco no atendimento aos requisitos funcionais, não funcionais e de desempenho;
- g) Contribuir para a redução de riscos de descontinuidade dos serviços e para a preservação do conhecimento técnico institucional;
- h) Assegurar a conformidade dos serviços prestados com a legislação vigente, as normas internas do TJPA e as diretrizes aplicáveis às contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário.

2.4. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

- 2.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Coordenadoria de Aplicações da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 0006513-28.2026.8.14.0900.

2.5. Análise de Mercado de TIC

- 2.5.1. Contextualização: Considerando as necessidades e requisitos da demanda, visualizou-se no mercado de TIC três alternativas de solução:

- a) **Solução 1: Prestação de serviços sob demanda por alocação de perfis profissionais de TIC vinculados a resultados**, que consiste no modelo de prestação em que a demanda é atendida por meio da mobilização de perfis profissionais (por exemplo, análise, desenvolvimento, testes, gestão e qualidade), acionados conforme a necessidade operacional, com entregas vinculadas a resultados e com rastreabilidade do atendimento por demandas;
- b) **Solução 2: Prestação de serviços remunerada por unidades funcionais de entrega (métrica de tamanho funcional)**, onde nesse modelo a demanda é dimensionada e remunerada com base em uma unidade de medição funcional, associando pagamento ao volume de funcionalidades entregues e às manutenções executadas, permitindo relacionar o esforço à produção mensurada e comparar propostas de forma objetiva;
- c) **Solução 3: Prestação de serviços em regime de fábrica de software orientada a práticas ágeis e times dedicados à entrega contínua**, que consiste no modelo de prestação em que a capacidade é organizada em times com responsabilidades contínuas por desenvolvimento e manutenção, utilizando rotinas de entrega iterativa e gestão frequente de prioridades, visando acelerar resposta a mudanças e sustentar evolução constante de sistemas; e



- d) **Solução 4: Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção por empresa pública de TIC**, que consiste na alternativa em que a Administração contrata uma empresa pública especializada para prover serviços estratégicos e continuados de TIC, incluindo desenvolvimento e manutenção de sistemas, com base em instrumento contratual e portfólio de serviços prestados ao setor público.

2.5.2. Considerando a **Prestação de serviços sob demanda por alocação de perfis profissionais de TIC vinculados a resultados** como solução mais vantajosa, foi efetuada pesquisa de preços fundamenta com objetivo de identificar contratações similares efetuadas por órgãos públicos federais ou instituições públicas. Assim, foram encontrados os seguintes editais, cujo detalhamento está incluído nos Estudos Técnicos Preliminares:

- a) Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (PE nº 07/2023);
- b) Conselho Nacional de Justiça (PE nº 16/2023); e
- c) Tribunal Regional Eleitoral do Pará (PE nº 56/2023).

2.6. Benefícios e Resultados

A adoção da solução permitirá ao TJPA alcançar benefícios estratégicos e operacionais de elevada relevância, diretamente relacionados à continuidade e ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Entre os principais benefícios, destacam-se:

- a) **Ampliação da capacidade de atendimento às demandas de TIC:** a adoção da solução permite ajustar a capacidade produtiva às variações de volume e complexidade das demandas de desenvolvimento, manutenção e sustentação dos sistemas institucionais, reduzindo gargalos operacionais e assegurando atendimento tempestivo às necessidades das áreas judiciais e administrativas.
- b) **Continuidade e confiabilidade dos serviços essenciais:** a alocação de perfis profissionais sob demanda contribui para a manutenção da estabilidade e da disponibilidade dos sistemas críticos do Tribunal, mitigando riscos de descontinuidade associados a encerramentos contratuais, picos de demanda ou limitações de capacidade interna.
- c) **Fortalecimento da governança e do domínio institucional da informação:** ao manter a definição de prioridades, a validação das entregas e a gestão do conhecimento sob responsabilidade da SETIC, a solução reforça o controle institucional sobre dados, regras de negócio e processos críticos, reduzindo riscos de dependência tecnológica e de perda de conhecimento estratégico.
- d) **Maior flexibilidade e adaptabilidade às mudanças institucionais e tecnológicas:** o modelo adotado permite absorver de forma mais eficiente alterações decorrentes de mudanças processuais, normativas ou de evolução tecnológica, inclusive no que se refere a novas abordagens de trabalho e a demandas emergentes, sem necessidade de reestruturações contratuais complexas.
- e) **Melhoria da eficiência na utilização de recursos públicos:** a vinculação da prestação de serviços a resultados e a possibilidade de dimensionamento da capacidade conforme a demanda efetiva favorecem o uso mais racional dos recursos, reduzindo ociosidade, retrabalho e custos indiretos associados a modelos rígidos de alocação.
- f) **Redução de riscos operacionais e de gestão:** a solução contribui para mitigar riscos identificados em contratações anteriores, como alta rotatividade com perda de produtividade, rigidez na alocação de equipes e incapacidade de resposta à evolução



tecnológica, proporcionando maior previsibilidade, controle e transparência na execução dos serviços de TIC.

2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

A relação entre a demanda identificada neste Estudo Técnico Preliminar e o quantitativo de serviços a serem contratados foi estabelecida a partir da adaptação da estimativa inicial de profissionais para um modelo de alocação de perfis de TIC por demanda. Essa adaptação decorre da necessidade de alinhar o dimensionamento da contratação à capacidade produtiva efetivamente requerida para o atendimento contínuo das demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, afastando a adoção de quantitativos fixos e desvinculados do volume real de trabalho.

O quantitativo proposto resulta da análise do conjunto de demandas previstas para os sistemas judiciais e administrativos, considerando o número de usuários atendidos, a criticidade dos sistemas, a diversidade de perfis de uso e a necessidade de atendimento simultâneo a manutenções corretivas, evolutivas e novas demandas. A conversão da estimativa inicial de profissionais para perfis alocados por demanda permitiu relacionar de forma mais precisa o esforço necessário ao atendimento das demandas com a capacidade produtiva requerida, assegurando maior aderência entre necessidade institucional e volume contratado.

Como forma de garantir a viabilidade operacional da solução e a capacidade de atendimento por parte da empresa a ser contratada, foi estabelecido um limite anual razoável de perfis que poderão ser alocados em projetos. Esse limite não representa um quantitativo fixo de profissionais, mas um teto operacional que assegura previsibilidade, equilíbrio na execução e capacidade mínima de resposta às demandas do Tribunal ao longo do período analisado. Tal parâmetro contribui para mitigar riscos de insuficiência de capacidade, ao mesmo tempo em que evita superdimensionamento e ociosidade.

A estimativa contempla, de forma controlada, margens para absorção de variações no volume e na complexidade das demandas, permitindo ajustes graduais na alocação de perfis conforme a efetiva necessidade, dentro dos limites definidos no planejamento. Dessa forma, o quantitativo proposto decorre diretamente da demanda analisada e das premissas adotadas no ETP, demonstrando coerência entre necessidade e volume de serviços a serem contratados, e oferecendo base técnica consistente para a definição do objeto no Termo de Referência.

Dessa forma, a relação entre a demanda prevista e os quantitativos a serem contratados reflete tanto o histórico de consumo quanto a perspectiva de crescimento institucional, configurando-se como medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços, a estabilidade operacional e a evolução tecnológica do ambiente informatizado do TJPA. Sendo assim, a relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviços contratados resta estabelecida da seguinte forma:

| DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE MÍNIMA ESTIMADA (MENSAL) | QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA (MENSAL) |
|---------------------------------|--------------------------------|--|---|
| Administrador de Dados - Pleno | Perfil Profissional Alocado | 1 | 1 |
| Administrador de Dados - Sênior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 1 |
| Analista de BI - Júnior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 2 |
| Analista de BI - Sênior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 2 |
| Analista de Requisitos - Júnior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 3 |
| Analista de Requisitos - Pleno | Perfil Profissional Alocado | 2 | 4 |



| | | | |
|---|-----------------------------|----|----|
| Analista de Requisitos - Sênior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 2 |
| Analista de Processos | Perfil Profissional Alocado | 2 | 3 |
| Analista de Testes/Qualidade - Pleno | Perfil Profissional Alocado | 3 | 6 |
| Analista de Testes/Qualidade - Sênior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 2 |
| Arquiteto de Software - Pleno | Perfil Profissional Alocado | 1 | 2 |
| Arquiteto de Software - Sênior | Perfil Profissional Alocado | 1 | 2 |
| Desenvolvedor de Software - Júnior | Perfil Profissional Alocado | 5 | 9 |
| Desenvolvedor de Software - Pleno | Perfil Profissional Alocado | 10 | 18 |
| Desenvolvedor de Software - Sênior | Perfil Profissional Alocado | 3 | 6 |
| Especialista em Governança de TIC | Perfil Profissional Alocado | 1 | 1 |
| Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfil Profissional Alocado | 3 | 6 |
| Líder Técnico de Desenvolvimento | Perfil Profissional Alocado | 1 | 1 |

2.7.1. A demanda prevista e a contratada foram estimadas a partir da seguinte metodologia:

Considerando a necessidade contínua do TJPA no que se refere à manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa dos seus sistemas críticos, e tendo como referência o histórico das contratações anteriores e as demandas atuais, opta-se pela quantificação do esforço técnico com base na alocação de postos de trabalho especializados, organizados por perfis técnicos.

A metodologia utilizada considera a jornada mensal padrão de trabalho, equivalente a 160 horas mensais por profissional, compatível com as práticas usuais no mercado e em contratações públicas. O quantitativo de profissionais necessários é estimado com base na carga histórica média de serviços demandados, bem como nas projeções estratégicas constantes no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

2.8. Impacto ambiental

A contratação de serviços de sustentação e desenvolvimento de software possui baixo impacto ambiental direto, uma vez que não envolve a aquisição, fabricação ou descarte de bens físicos em larga escala, tampouco a execução de atividades potencialmente poluidoras.

Ainda assim, a execução dos serviços contribuirá de forma indireta para a redução de impactos ambientais, na medida em que prioriza a prestação preferencialmente remota, reduzindo deslocamentos, consumo de combustíveis e emissões associadas, bem como a utilização predominante de meios digitais para comunicação, gestão, registro e entrega das atividades.

Adicionalmente, as práticas de desenvolvimento, manutenção e modernização de sistemas poderão favorecer a otimização do uso de recursos computacionais, a racionalização de processos administrativos e a diminuição do consumo de insumos físicos, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da eficiência na Administração Pública.

Dessa forma, a contratação é considerada ambientalmente adequada e compatível com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, não demandando medidas mitigadoras específicas além daquelas já inerentes à natureza do objeto.



2.9. Impacto social e cultural

A contratação dos serviços de sustentação e desenvolvimento de software apresenta impacto social positivo, na medida em que contribui para a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços judiciais e administrativos prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA à sociedade.

A manutenção e a evolução das soluções tecnológicas institucionais favorecem o acesso à Justiça, a celeridade processual, a transparência e a melhoria do atendimento ao cidadão, além de apoiar a modernização das rotinas internas e a racionalização dos processos de trabalho.

No âmbito organizacional, a contratação contribui para o fortalecimento da capacidade institucional do TJPA, ao assegurar suporte técnico especializado, preservação do conhecimento e adequação tecnológica contínua, respeitando a cultura organizacional e os fluxos de trabalho estabelecidos.

Não se identificam impactos sociais ou culturais negativos relevantes decorrentes da execução do objeto, uma vez que os serviços serão prestados em conformidade com a legislação vigente, as normas internas do TJPA e as diretrizes aplicáveis ao Poder Judiciário.

2.10. Conformidade Legal

2.10.1. Os procedimentos de segurança da informação e o processamento da informação devem estar em conformidade com as políticas e normas de segurança adotadas.

2.10.2. Deverá ser mantida a conformidade com o Processo de Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas, utilizado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

3. DA LICITAÇÃO

3.1. Natureza do Objeto da Contratação

3.1.1. O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço contínuo, de natureza predominantemente intelectual, consistente na prestação de serviços técnicos especializados de sustentação e desenvolvimento de software, indispensáveis à manutenção, evolução e modernização dos sistemas judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

3.1.2. Os serviços possuem natureza de SERVIÇO CONTÍNUO, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, dada a necessidade permanente e essencial da Administração em manter a disponibilidade, a segurança, a evolução e a correção dos sistemas judiciais e administrativos críticos, cuja interrupção comprometeria a prestação jurisdicional e o funcionamento do órgão.

3.1.3. A contratação não se caracteriza como fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, sendo expressamente vedada qualquer interpretação nesse sentido. A execução dos serviços ocorrerá exclusivamente sob demanda, mediante alocação de perfis profissionais de Tecnologia da Informação vinculados a resultados, conforme Ordens de Serviço emitidas pela Administração, nos termos definidos neste Termo de Referência.

3.2. Forma de Seleção do Fornecedor

3.2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.



- 3.2.1.1. A adoção do Pregão justifica-se pelo fato de o objeto da contratação caracterizar-se como serviço comum de engenharia de software e infraestrutura. O mercado atual de Tecnologia da Informação possui padrões estabelecidos e diversos frameworks de desenvolvimento de software e metodologias ágeis (como Scrum e Kanban), o que permite à Administração definir objetivamente no edital os padrões de desempenho, produtividade e qualidade desejados, sem a necessidade de avaliação técnica subjetiva para a escolha da proposta mais vantajosa.
- 3.2.2. O regime de execução contratual adotado será o de Empreitada por Preço Unitário.
- 3.2.2.1. A escolha desse regime fundamenta-se na natureza sob demanda da prestação dos serviços. Embora os padrões de qualidade e o custo unitário de cada perfil profissional (ou métrica de esforço/tamanho) sejam fixados previamente, a Administração não tem como prever com exatidão matemática o volume de demandas (projetos, manutenções e incidentes) que ocorrerão ao longo dos 24 meses. Assim, o pagamento será estritamente proporcional às unidades de serviço efetivamente solicitadas por Ordem de Serviço, executadas e recebidas definitivamente.
- 3.2.3. O objeto será adjudicado em lotes separados, organizados sob a ótica da Segregação de Funções, sendo:
- a) Lote 1: Serviços de Desenvolvimento, Governança e Sustentação;
 - b) Lote 2: Serviços de Qualidade e Testes Avançados de Software.
- 3.2.3.1. Para assegurar a isenção, a transparência e a efetividade do controle de qualidade na homologação dos produtos, **não será admitida a adjudicação do Lote 1 e do Lote 2 para uma mesma licitante ou para empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico/empresarial**, visando evitar o conflito de interesses na auditoria do código.
- 3.2.3.2. Para a operacionalização sistêmica da vedação de adjudicação cumulativa tratada no subitem anterior, e visando resguardar a vinculação ao julgamento objetivo da disputa, será adotada a seguinte regra automática de exclusividade:
- I. Caso uma mesma licitante apresente a proposta de menor preço e sagre-se provisoriamente vencedora em ambos os lotes, ela **permanecerá vinculada automaticamente como vencedora do lote de maior valor global estimado (Lote 1 - Desenvolvimento e Governança)**;
 - II. Por conseguinte, a licitante será declarada **automaticamente desclassificada do lote remanescente (Lote 2 - Teste e Qualidade)**, prosseguindo-se com sua análise de exequibilidade e habilitação documental de forma exclusiva para o Lote 1;
 - III. Para o Lote 2 (do qual a primeira colocada foi automaticamente desclassificada), o Agente de Contratação convocará de imediato a licitante subsequente regularmente classificada, dando prosseguimento à fase de negociação de preços e análise de habilitação.
- 3.2.4. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 3.2.4.1. Os serviços de desenvolvimento ágil e sustentação demandam alta integração cultural, metodológica e ferramental. A formação de consórcios, ao segmentar as responsabilidades entre diferentes pessoas jurídicas, gera riscos severos de fragmentação da comunicação, conflitos de gestão do conhecimento, dificuldade na aplicação uniforme das métricas de produtividade e entraves na responsabilização unificada por falhas de segurança ou defeitos críticos. O mercado nacional de TI possui empresas plenamente capazes de assumir a totalidade do escopo isoladamente, não havendo ganho que justifique os riscos administrativos de gerir um consórcio.
- 3.2.5. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto principal desta contratação (atividades de desenvolvimento, arquitetura, requisitos, sustentação e testes avançados).
- 3.2.5.1. A execução direta pela CONTRATADA é essencial para resguardar a Segurança da Informação, o sigilo dos dados judiciais e administrativos críticos do TJPA, bem como



para garantir o fiel cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (ANS). A subcontratação caracterizaria a quarteirização (ou mero body shop de intermediação), o que prejudica a qualidade do código fonte, a rastreabilidade das ações e a gestão das obrigações trabalhistas preventivas vinculadas à contratação.

3.2.6. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

3.2.6.1. Os serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de softwares são prestados predominantemente por empresas brasileiras situadas no país, visto que o processo exige profunda interação, idioma nativo e mapeamento contínuo das necessidades de negócio do órgão. Sendo o mercado nacional amplamente dominante neste segmento, não se justifica a aplicação de margens de preferência adicionais de proteção à indústria local.

3.3. Critérios de Habilitação

Habilitação jurídica

3.3.1. A habilitação jurídica limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Habilitação fiscal-trabalhista

3.3.2. As licitantes deverão comprovar a habilitação fiscal-trabalhista, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentando:

3.3.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.3.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente;

3.3.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

3.3.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

3.3.2.6. Apresentar declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3.3. As licitantes também deverão apresentar:

3.3.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, ou prazo definido no próprio documento.

3.3.3.1.1. No caso de empresas em recuperação judicial, será aceita a certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação homologado judicialmente e de atestado emitido pelo administrador judicial certificando que a empresa está cumprindo o plano e possui aptidão econômica para assumir o contrato.

3.3.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.3.3.2.1. A comprovação das demonstrações contábeis exigidas deverá ser apresentada na forma da lei, observando-se o limite de obrigatoriedade definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED;



- 3.3.3.2.2. Para as empresas legalmente obrigadas, a comprovação dar-se-á mediante apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), acompanhada do respectivo Recibo de Entrega.
- 3.3.3.2.3. Para as empresas não alcançadas pela obrigatoriedade de transmissão da ECD ao SPED, a comprovação dar-se-á mediante a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis devidamente registrados na Junta Comercial (ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente), assinados por profissional habilitado da área contábil e pelo representante legal da empresa.
- 3.3.3.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.3.4. Para fins de habilitação, a comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante dar-se-á mediante a demonstração cumulativa dos seguintes requisitos, apurados com base no Balanço Patrimonial e nas demais demonstrações contábeis exigidas na forma da lei:
- 3.3.4.1. Apresentação de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
- $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
 - $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
 - $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- 3.3.4.2. Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;
- 3.3.4.3. Comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante deduzido do Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total estimado da contratação;
- 3.3.4.4. Comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 1/12 (um doze avos) do valor total estimado dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com a iniciativa privada vigentes na data de abertura da licitação, nos termos do art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.4.4.1. Para a verificação deste item, a licitante deverá apresentar declaração formal detalhando a relação de todos os compromissos assumidos e vigentes.
- 3.3.5. As exigências descritas nos itens 3.3.4.1, 3.3.4.2, 3.3.4.3 e 3.3.4.4 são cumulativas e justificam-se tecnicamente em virtude da natureza contínua, criticidade e relevância material dos serviços de fábrica de software, sendo indispensável garantir que a futura contratada possua tanto proporção patrimonial quanto liquidez imediata (capital de giro) compatíveis para suportar os custos operacionais (mão de obra e estrutura) ao longo da execução, sem risco de descontinuidade no suporte aos sistemas jurisdicionais do TJPA, em estrita observância à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2724/2025-Plenário).

Habilitação técnica

- 3.3.6. A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou pleno conhecimento de todas as informações, condições, requisitos técnicos, operacionais e organizacionais necessários à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela correta prestação dos serviços, nos termos deste Termo de Referência.



- 3.3.7. A licitante deverá comprovar aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional compatível com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados ou acompanhados de comprovação de autenticidade, quando aplicável.
- 3.3.7.1. Para fins de aceitação técnica, os atestados apresentados deverão comprovar que a licitante executou serviços que contemplem, no mínimo, de forma cumulativa ou não:
- 3.3.7.1.1. atividades de desenvolvimento, manutenção ou sustentação de sistemas de informação, incluindo concepção, análise, projeto, implementação, testes, implantação e documentação;
 - 3.3.7.1.2. adoção de práticas e metodologias de desenvolvimento de software, preferencialmente ágeis, tais como Scrum, Kanban, XP, TDD, FDD ou equivalentes;
 - 3.3.7.1.3. atuação em ambientes com integração entre sistemas, versionamento de código, controle de mudanças e gestão de backlog ou demandas;
 - 3.3.7.1.4. adoção de processos institucionais de engenharia de software estruturados e baseados em modelos de maturidade e qualidade (tais como CMMI, MPS.BR ou equivalentes), evidenciando a aplicação de métricas de qualidade e garantia de conformidade nas entregas;
 - 3.3.7.1.5. aplicação de diretrizes de segurança da informação e práticas de desenvolvimento seguro (tais como *Security by Design* ou *DevSecOps*), correlatas aos padrões de gestão de segurança (ex: família ISO/IEC 27000).
- 3.3.7.2. Para fins de comprovação da experiência mínima, a licitante deverá demonstrar ter contabilizado, por período de 12 (doze) meses, quantitativos mínimos proporcionais a cada Lote em disputa, observando as seguintes métricas exclusivas:
- 3.3.7.2.1. **Para o LOTE 1 (Desenvolvimento e Governança):** A licitante deverá comprovar no mínimo a quantidade de perfis profissionais efetivamente alocados, **ou** a quantidade de horas de desenvolvimento/manutenção/sustentação de software, **ou** a quantidade de pontos de função implementados em ao menos uma das tecnologias constantes do ANEXO IV, conforme limites abaixo:

| PONTOS DE FUNÇÃO | QUANTIDADE DE PERFIS | HORAS |
|------------------|----------------------|-------|
| 433 | 29 | 5.192 |

- 3.3.7.2.2. **Para o LOTE 2 (Teste e Qualidade):** A licitante deverá comprovar no mínimo a quantidade de perfis profissionais de qualidade/testes de software efetivamente alocados, **ou** a quantidade de horas relacionadas à execução de testes ou análise de qualidade de software em ao menos uma das tecnologias constantes do ANEXO IV, conforme limites abaixo:

| QUANTIDADE DE PERFIS | HORAS |
|----------------------|-------|
| 05 | 792 |

- 3.3.7.3. Para fins de aceitação técnica, não serão considerados compatíveis com o objeto atestados que se limitem a:
- 3.3.7.3.1. serviços de help desk, service desk, suporte técnico de infraestrutura, microinformática ou operação de TI;
 - 3.3.7.3.2. mero fornecimento de mão de obra não especializada;
 - 3.3.7.3.3. atividades de outsourcing genérico de TI, sem vínculo com desenvolvimento ou sustentação de software;



- 3.3.7.3.4. administração de infraestrutura, redes, bancos de dados ou sistemas, quando desacompanhada de atividades de desenvolvimento ou manutenção de software.
- 3.3.8. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, comprovem o atendimento integral aos requisitos técnicos exigidos. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou de filial da licitante, desde que comprovado o vínculo jurídico.

Da Apresentação da Proposta

- 3.3.9. A proposta de preços deverá ser apresentada contendo os valores unitários por Perfil Profissional (ou item de serviço), conforme as especificações deste Termo de Referência, vedada a apresentação de valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 3.3.9.1. A licitante deverá ofertar um **FATOR K ÚNICO e idêntico para todos os perfis profissionais que compõem os Lotes**. O Fator K ofertado servirá como multiplicador único sobre os Salários-Base nominais inegociáveis e não poderá ser superior ao **teto máximo aceitável de 3,31**. Propostas que apresentarem multiplicadores (Fatores K) distintos entre os perfis serão desclassificadas.
- 3.3.9.1.1. A obrigatoriedade de adoção de um Fator K único e linear para todos os perfis profissionais justifica-se por razões de ordem técnica, econômica e de mitigação de riscos, alinhadas às boas práticas de governança das contratações públicas, conforme os seguintes aspectos:
- 3.3.9.1.1.1. Lógica de Custos e Proporcionalidade: O modelo de precificação estabelecido neste Termo de Referência fixa, de forma inegociável, o Salário-Base (SB) de cada perfil profissional. O Fator K, por sua vez, atua como um multiplicador destinado a cobrir exclusivamente os custos indiretos, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, tributos e a margem de lucro da empresa. Como a incidência de tributos, encargos e lucro ocorre de forma percentual e proporcional sobre a remuneração base, não há justificativa técnica ou contábil para que uma licitante aplique multiplicadores (Fatores K) distintos para perfis diferentes dentro do mesmo regime de contratação e lote.
- 3.3.9.1.1.2. Prevenção ao 'Jogo de Planilhas': A permissão para cotação de Fatores K variáveis criaria um ambiente propício a práticas anticompetitivas conhecidas como 'jogo de planilhas'. Sem a trava do fator único, uma licitante poderia ofertar multiplicadores artificialmente baixos para perfis com menor estimativa de uso e multiplicadores abusivos para perfis altamente demandados. Devido ao modelo de execução sob demanda por Ordens de Serviço (OS), oscilações no quantitativo consumido de cada perfil gerariam um grave desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
- 3.3.9.1.1.3. Isonomia e Julgamento Objetivo: A padronização do Fator K confere total transparência à formação de preços, garantindo que o critério de julgamento seja estritamente objetivo e facilitando a análise de exequibilidade das propostas pela Administração, uma vez que todas as licitantes competirão sob a mesma base matemática, alterando apenas a sua margem de eficiência operacional e lucro refletida no Fator K único ofertado."
- 3.3.9.2. Por se tratar de contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra, a licitante possuirá total autonomia empresarial para adotar o modelo de vinculação jurídica com



seus profissionais que melhor lhe aprouver (CLT, contratação de Pessoa Jurídica individual, cooperativas, etc.). Caso a licitante opte livremente pelo regime celetista, poderá utilizar como referencial de custos a Convenção Coletiva de Trabalho pertinente à sua categoria.

- 3.3.10. Para fins de aceitação técnica e análise da exequibilidade, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta ajustada ao lance vencedor:
- 3.3.10.1. Planilha de Custos e Formação de Preços Flexível e Declaratória: A licitante deverá apresentar planilha detalhando a composição do seu preço de acordo com o modelo de vinculação adotado junto à sua equipe (regime celetista, contratação de Pessoa Jurídica individual, cooperativa, entre outros). A planilha deverá evidenciar, de forma compatível com o modelo empresarial e tributário escolhido, os custos com a remuneração/contratação do profissional, custos operacionais, insumos, tributos e margem de lucro;
- 3.3.10.1.1. O modelo de planilha fornecido nos anexos deste Edital é meramente referencial. A licitante possuirá total liberdade para adaptar, incluir, suprimir ou zerar rubricas (especialmente aqueles referentes a encargos sociais e trabalhistas) caso o seu modelo de contratação ou seu regime de tributação legalmente não exijam tais recolhimentos.
- 3.3.10.2. Memória de Cálculo: Detalhamento da metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos.
- 3.3.11. A análise de exequibilidade das propostas levará em consideração os valores referenciais e a estrutura de custos apresentada pela licitante, sendo estabelecido que:
- 3.3.11.1. Os valores de “Salário-Base” (estabelecidos no item 1.2.1) consistem em **parâmetros referenciais estimativos de mercado, e não em pisos salariais obrigatórios**. Propostas com valores inferiores a esta referência não serão automaticamente desclassificadas, mas gerarão a **presunção relativa de inexecuibilidade**.
- 3.3.11.1.1. Na ocorrência da presunção relativa de inexecuibilidade disposta no subitem anterior (ou na oferta de um Fator-K que denote aparente incapacidade de cobertura de custos), o Agente de Contratação realizará diligências (art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021). A licitante terá a oportunidade de comprovar, documentalmente, que seu modelo de custos (ex: menor carga tributária, ganhos de escala, ou contratação via PJ) é lícito e garante a exequibilidade da proposta e a alocação de profissionais com a senioridade exigida.
- 3.3.11.2. Somente será desclassificada a proposta se, após a fase de diligência, a licitante não lograr êxito em comprovar a exequibilidade econômica de sua oferta.
- 3.3.12. Será considerada tecnicamente inexecuível, e consequentemente desclassificada, a proposta que apresentar Fator-K inferior a 1 (um), calculado pela razão entre o custo total do profissional proposto pela licitante e o respectivo valor do “Salário-Base do profissional, indicando incapacidade de cobertura dos encargos legais obrigatórios.
- 3.3.12.1. A Administração poderá realizar diligências para verificar se a licitante pratica, em outros contratos, os salários e custos declarados na planilha, visando assegurar que a proposta suporta a alocação de profissionais com a qualificação técnica e a senioridade exigidas para a entrega dos resultados pactuados.
- 3.3.13. A Administração também poderá realizar diligências para verificar a autenticidade, a veracidade e a compatibilidade das informações constantes nos documentos apresentados, inclusive solicitando contratos, ordens de serviço, termos de aceite, relatórios técnicos ou outros documentos que julgar necessários.
- 3.3.14. A proposta deverá considerar que o pagamento será efetuado com base na entrega de resultados (produtos ou níveis de serviço alcançados) e não pela mera disponibilidade de horas, devendo a licitante prever em seus custos indiretos ou margem de risco a gestão necessária para o cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (ANS).



- 3.3.15. A constatação de inconsistência, inexatidão ou falsidade das informações implicará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 3.3.16. A licitante deverá declarar que possui disponibilidade para alocar, nos prazos estabelecidos neste TR, os perfis profissionais com a qualificação e certificações exigidas no ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES DOS PERFIS PROFISSIONAIS, sob pena de sanções por inexecução contratual.

4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Papéis desempenhados na contratação

- 4.1.1. Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:
- 4.1.1.1. Autoridade competente: Titular da unidade/setor do órgão ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato, Termo de compromisso de manutenção de Sigilo e pela publicação da equipe de fiscalização;
 - 4.1.1.2. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Demandante da Solução de TIC (STIC), designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
 - 4.1.1.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, designado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
 - 4.1.1.4. Fiscal Demandante: servidor representante da Área Demandante da solução, designado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC;
 - 4.1.1.5. Fiscal Administrativo: servidor representante da Área Administrativa do órgão, designado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução;
 - 4.1.1.6. Preposto: funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e
 - 4.1.1.7. Representante da CONTRATADA: Responsável legal da CONTRATADA para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.
- 4.1.2. O Gestor do Contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, competindo-lhe, no mínimo:
- 4.1.2.1. supervisionar a execução do contrato e assegurar o cumprimento integral das cláusulas contratuais e deste Termo de Referência;
 - 4.1.2.2. atuar como instância central de coordenação técnica, promovendo a priorização e a consolidação das demandas das unidades demandantes;
 - 4.1.2.3. deliberar sobre conflitos de priorização e orientar a execução das Ordens de Serviço;
 - 4.1.2.4. autorizar, quando cabível, ajustes de planejamento e replanejamentos técnicos, nos limites estabelecidos;
 - 4.1.2.5. propor a aplicação de sanções e demais providências administrativas, quando constatadas irregularidades
- 4.1.3. O Fiscal Requisitante deverá acompanhar a execução dos serviços sob a ótica do atendimento às necessidades funcionais das unidades demandantes, competindo-lhe:
- 4.1.3.1. validar a aderência das entregas aos requisitos funcionais definidos nas Ordens de Serviço;



- 4.1.3.2. manifestar-se quanto ao aceite ou à rejeição das entregas, nos termos estabelecidos;
- 4.1.3.3. comunicar ao Gestor do Contrato eventuais inconformidades identificadas.
- 4.1.4. Os Fiscais Técnicos serão responsáveis pela abertura das Ordens de Serviço, bem como pelo acompanhamento e fiscalização dos aspectos técnicos da execução contratual, competindo-lhe, no mínimo:
 - 4.1.4.1. abrir, registrar e detalhar as Ordens de Serviço, a partir das demandas encaminhadas pelas unidades demandantes ou pelo Gestor do Contrato, observadas as prioridades estabelecidas;
 - 4.1.4.2. definir, nas Ordens de Serviço, os requisitos técnicos, os perfis profissionais demandados, os prazos e os critérios objetivos de aceite;
 - 4.1.4.3. acompanhar a execução técnica das Ordens de Serviço, verificando a conformidade das atividades e entregas com os padrões, metodologias e requisitos definidos;
 - 4.1.4.4. avaliar a qualidade técnica dos serviços prestados;
 - 4.1.4.5. apoiar o Gestor do Contrato na análise de desempenho e na verificação do cumprimento dos indicadores de resultado.
- 4.1.5. A CONTRATADA poderá indicar mais de um(a) servidor(a) para atuar como Fiscal Técnico, que ficará responsável pela abertura de Ordens de Serviço e o acompanhamento dos serviços demandados por uma unidade específica.

4.2. Formas de comunicação e acompanhamento da execução do contrato **Canais formais de comunicação**

- 4.2.1. A comunicação administrativa e técnica entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á, obrigatoriamente, por meio dos canais oficiais estabelecidos, visando o registro histórico e a transparência dos atos, observando-se:
 - 4.2.1.1. Sistema de Gestão de Demandas: Ferramenta oficial (ex: Jira, Redmine, Sistema de OS) disponibilizada pela CONTRATADA, e homologada pela CONTRATANTE, para a abertura, tramitação, registro de artefatos, apontamento de impedimentos e aceite definitivo das Ordens de Serviço (OS);
 - 4.2.1.2. Sistema de Protocolo Eletrônico (SEI ou similar): Para comunicações que envolvam formalização de aditivos, aplicação de penalidades, reequilíbrio econômico-financeiro, notificações extrajudiciais e entrega do Relatório Mensal de Execução para fins de faturamento;
 - 4.2.1.3. Correio Eletrônico Institucional: Para agendamentos, alinhamentos operacionais e convocações que não impliquem alteração de escopo, prazo ou custos das OS vigentes.
- 4.2.2. É vedado o uso de aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram) ou e-mails pessoais para a formalização de entregas, aprovação de produtos ou autorização de início de serviços.

Preposto da contratada

- 4.2.3. A CONTRATADA deverá indicar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um Preposto com poderes para representá-la administrativa e tecnicamente perante a CONTRATANTE.
- 4.2.3.1. O Preposto deverá possuir vínculo formal com a CONTRATADA e não poderá atuar na execução técnica das Ordens de Serviço (desenvolvimento, testes ou requisitos) concomitantemente com a função de gestão, a fim de não onerar a planilha de custos de perfis técnicos e garantir a segregação de funções.
- 4.2.3.2. Compete ao Preposto:



- 4.2.3.2.1. Responder pelas questões administrativas, como controle de férias, licenças e substituição de profissionais da CONTRATADA;
- 4.2.3.2.2. Participar das reuniões de avaliação de nível de serviço e apresentar as justificativas para eventuais descumprimentos de metas.

Rotinas de acompanhamento

- 4.2.4. A fiscalização técnica do contrato monitorará a execução dos serviços com base no cumprimento das metas estabelecidas em cada Ordem de Serviço, utilizando-se das seguintes práticas:
 - 4.2.4.1. Monitoramento Contínuo: Acompanhamento da evolução das tarefas (tasks) nas ferramentas de controle de versão e gestão de projetos, verificando o burndown e a produtividade da equipe;
 - 4.2.4.2. Cerimônias Ágeis: Participação dos Fiscais Técnicos ou Product Owners (PO) nas reuniões de Planejamento (Planning), Revisão (Review) e Retrospectiva, para esclarecimento de dúvidas e validação de entregas parciais;
 - 4.2.4.3. Verificação da Qualidade: Inspeção do código-fonte e execução de testes automatizados conforme os critérios de qualidade de software definidos nas Ordens de Serviço de Teste/Qualidade.
- 4.2.5. A interação técnica direta entre os servidores da CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA limitar-se-á à discussão de requisitos técnicos e regras de negócio, sendo expressamente vedada a emissão de ordens diretas que configurem subordinação hierárquica ou pessoalidade.
- 4.2.6. Para fins de ateste e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o Relatório Gerencial de Serviços (RGS), contendo, no mínimo:
 - 4.2.6.1. Relação consolidada das Ordens de Serviço (OS) concluídas e homologadas no período;
 - 4.2.6.2. Apuração dos Indicadores de Níveis de Serviço (INS/ANS) e cálculo das eventuais glosas incidentes sobre a fatura;
 - 4.2.6.3. Evidências das entregas realizadas (links para repositórios, termos de recebimento provisório das Sprints);
 - 4.2.6.4. Registro de incidentes, impedimentos e ações de melhoria implementadas no período.
- 4.2.7. O pagamento ficará condicionado à aprovação do Relatório Gerencial de Serviços pela Fiscalização Técnica, que validará se os resultados apresentados correspondem às entregas efetivas registradas nas ferramentas de monitoramento.

Registro e rastreabilidade

- 4.2.8. Todas as comunicações, Ordens de Serviço, entregas, manifestações de aceite ou rejeição e registros de acompanhamento deverão ser formalmente documentados, de modo a permitir a rastreabilidade das decisões e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Prazos de resposta, alocação e execução

- 4.2.9. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos máximos de resposta para as solicitações administrativas e de gestão contratual:
 - 4.2.9.1. Resposta do Preposto: Em até 02 (duas) horas úteis após o contato da Fiscalização, para confirmação de recebimento de demandas urgentes ou convocações;
 - 4.2.9.2. Esclarecimentos Técnicos: Em até 04 (quatro) horas úteis, para dúvidas que não demandem análise complexa de código ou infraestrutura;



- 4.2.9.3. Substituição de Profissional: Em até 15 (quinze) dias úteis após a notificação de recusa pela CONTRATANTE ou pedido de desligamento, sob pena de sanção por inexecução parcial.
- 4.2.10. Após a emissão da Ordem de Serviço (OS), a CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para mobilizar a equipe e iniciar efetivamente as atividades (Reunião de Planejamento/Sprint Planning), salvo se prazo distinto for acordado na OS.
- 4.2.10.1. O não cumprimento do prazo de alocação sujeitará a CONTRATADA às multas previstas neste TR, podendo a Administração cancelar a OS sem ônus.
- 4.2.11. Para serviços de desenvolvimento e manutenção evolutiva, os prazos serão regidos pelo Timebox da Sprint definido na Ordem de Serviço, observando-se:
- 4.2.11.1. Duração da Sprint: Padrão de 02 (duas) a 04 (quatro) semanas (máximo de 28 dias corridos), ao final das quais os artefatos devem estar entregues e disponíveis para homologação;
- 4.2.11.2. Ritos Ágeis: As cerimônias de Planejamento, Revisão e Retrospectiva deverão ocorrer dentro do período da Sprint, não justificando atraso na entrega final.
- 4.2.12. Para serviços de sustentação ou correções em garantia (bugs encontrados após o aceite), a CONTRATADA deverá observar os seguintes Níveis Mínimos de Serviço (NMS), contados a partir da abertura do chamado:

| CRITICIDADE / IMPACTO | INÍCIO DO ATENDIMENTO (WORKAROUND) | SOLUÇÃO DEFINITIVA (CORREÇÃO) | CONTAGEM DE TEMPO |
|---|------------------------------------|------------------------------------|-----------------------|
| Crítico: Impede a operação do sistema ou causa prejuízo financeiro/imagem imediato. | Até 30 minutos | Até 08 horas | Horas Corridas (24x7) |
| Alto: Degradação severa de performance ou falha em funcionalidade principal, sem parada total. | Até 02 horas | Até 24 horas | Horas Corridas (24x7) |
| Médio: Falha em funcionalidade secundária ou erro contornável (workaround disponível). | Até 04 horas | Até 48 horas | Horas Úteis |
| Baixo: Erros cosméticos, dúvidas ou solicitações que não impactam a operação. | Até 08 horas | Conforme Cronograma/Próxima Sprint | Horas Úteis |

- 4.2.13. A contagem dos prazos em Horas Úteis considera o horário de expediente padrão da CONTRATANTE (08h00 às 18h00, dias úteis). A contagem em Horas Corridas é ininterrupta, incluindo finais de semana e feriados.

4.3. Principais marcos e eventos da Execução do contrato

Marco inicial

- 4.3.1. O início da execução contratual observará os seguintes marcos temporais e eventos:
- 4.3.1.1. Assinatura do Contrato: Marco zero da relação jurídica;



- 4.3.1.2. Reunião Inicial (Kick-off): Até 10 (dez) dias úteis após a assinatura ou emissão da Ordem de Serviço Inicial;
- 4.3.1.3. Período de Ambientação (Transição): 30 (trinta) dias corridos após a Reunião Inicial;
- 4.3.1.4. Período de Estabilização: 60 (sessenta) dias corridos após o término do Período de Ambientação;
- 4.3.1.5. Comprovação de Certificações Institucionais: Conforme descrito no item 4.3.10 deste Termo de Referência;
- 4.3.1.6. Início da Execução das Ordens de Serviço: Imediatamente após a conclusão da ambientação ou conforme necessidade da Administração.
- 4.3.2. Constitui marco inicial da execução contratual a emissão da Ordem de Serviço inicial, a qual autoriza formalmente o início das atividades e deverá contemplar, no mínimo:
 - 4.3.2.1. a ativação do contrato e do ambiente de execução;
 - 4.3.2.2. a indicação dos prepostos da CONTRATADA;
 - 4.3.2.3. a definição dos perfis profissionais inicialmente alocados, inclusive os destinados ao mínimo mensal de sustentação;
 - 4.3.2.4. o alinhamento inicial quanto a metodologias, ferramentas, fluxos de comunicação e instrumentos de acompanhamento.
- 4.3.3. Em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Início, será realizada reunião de alinhamento técnico e administrativo, com a presença do Gestor e dos Fiscais do Contrato e do Preposto, para:
 - 4.3.3.1. Nivelamento sobre o ciclo de vida das Ordens de Serviço e critérios de aceitação;
 - 4.3.3.2. Concessão de acessos lógicos e apresentação do ambiente tecnológico;
 - 4.3.3.3. Definição da matriz de responsabilidades e canais de escalonamento;
 - 4.3.3.4. Assinatura dos Termos de Sigilo e Confidencialidade por toda a equipe alocada.

Treinamento de Alinhamento Metodológico e Operacional

- 4.3.4. Como marco obrigatório da etapa de iniciação e transição, a CONTRATADA deverá realizar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a Reunião Inicial, um treinamento de alinhamento metodológico e operacional voltado para até 50 (cinquenta) servidores e colaboradores do TJPA (fiscais, gestores de contrato e donos de produto - POs).
- 4.3.4.1. O treinamento terá carga horária adequada para a plena compreensão do modelo de execução e deverá abordar, obrigatoriamente, o seguinte conteúdo programático mínimo:
 - 4.3.4.1.1. Alinhamento acerca do processo de software e da metodologia ágil que guiará a execução do contrato (framework Scrum/Kanban, cerimônias e papéis);
 - 4.3.4.1.2. Apresentação e capacitação no uso das ferramentas tecnológicas e de gestão de chamados que serão utilizadas para a operacionalização do contrato
 - 4.3.4.1.3. Metodologia e melhores práticas para a mensuração e o dimensionamento de perfis profissionais necessários para a composição prévia das Ordens de Serviço (OS);
 - 4.3.4.1.4. Rotinas de acompanhamento da execução das Ordens de Serviço, monitoramento do backlog e controle de prazos;
 - 4.3.4.1.5. Procedimentos para homologação, critérios de "Definição de Pronto" (Definition of Done) e a avaliação dos serviços e produtos entregues para fins de ateste e faturamento.
- 4.3.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o material didático necessário e profissionais com didática e domínio técnico (ex: Gerente de Projetos) para a condução



do treinamento, que poderá ocorrer em formato presencial nas dependências do TJPA ou na modalidade telepresencial (videoconferência), a critério da Administração.

- 4.3.4.3. Os custos inerentes à preparação, disponibilização de material, organização e execução deste treinamento (incluindo eventuais deslocamentos de instrutores) deverão estar integralmente contidos nos custos indiretos da proposta da CONTRATADA, não sendo admitido, em nenhuma hipótese, faturamento isolado, repasse de custos ou qualquer ônus financeiro adicional à Administração Pública pela realização deste evento.

Período de ambientação

- 4.3.5. O período de ambientação destina-se à instalação da CONTRATADA, concessão de acessos, configuração de ambientes de desenvolvimento/homologação e absorção do conhecimento sobre as regras de negócio e sistemas da CONTRATANTE.
- 4.3.5.1. Durante a ambientação, a CONTRATADA deverá:
- 4.3.5.1.1. Apresentar o Preposto e a equipe técnica inicial (Núcleo Técnico) para credenciamento;
 - 4.3.5.1.2. Receber e configurar os acessos lógicos e VPN's necessários;
 - 4.3.5.1.3. Participar de reuniões de transferência de conhecimento com a equipe técnica da CONTRATANTE ou da empresa antecessora;
 - 4.3.5.1.4. Analisar a documentação dos sistemas legados e a arquitetura tecnológica vigente.
- 4.3.5.2. As atividades realizadas estritamente para fins de ambientação e aprendizado da equipe da CONTRATADA não gerarão ônus financeiro adicional para a CONTRATANTE, devendo seus custos estarem diluídos nos valores unitários dos perfis profissionais ou serviços ofertados.

Período de estabilização

- 4.3.6. Considera-se Período de Estabilização os primeiros 60 (sessenta) dias de execução efetiva das Ordens de Serviço (desenvolvimento ou sustentação), ou seja, após o término do Período de Ambientação, visando permitir a adequação dos processos de trabalho e a curva de aprendizado da equipe.
- 4.3.7. Durante o Período de Estabilização, as glosas ou descontos decorrentes do não atingimento integral das Metas de Nível de Serviço (ANS) ou produtividade serão aplicadas com os seguintes fatores redutores, exceto para às glosas provenientes dos descumprimentos constantes no item 4.3.9 deste, infrações graves ou que gerem indisponibilidade crítica:
- 4.3.7.1. 1º Mês de Execução: Aplicação de 50% (cinquenta por cento) do valor da glosa calculada;
 - 4.3.7.2. 2º Mês de Execução: Aplicação de 70% (setenta por cento) do valor da glosa calculada;
 - 4.3.7.3. 3º Mês de Execução: Aplicação de 90% (noventa por cento) do valor da glosa calculada.
- 4.3.7.4. A partir do 4º (quarto) mês, as glosas e penalidades por performance serão aplicadas integralmente (100%), considerando-se superada a fase de estabilização.
- 4.3.8. Caso haja substituição de profissionais ou alocação de novos perfis no decorrer do contrato, a Contratada será responsável pela capacitação e repasse de conhecimento ao novo integrante, sem custo para a CONTRATANTE e sem reiniciar a contagem do período de estabilização do contrato.

Comprovação de Certificações Institucionais (Governança, Qualidade e Segurança)



4.3.9. Como marco obrigatório da execução contratual, a fim de garantir a maturidade dos processos, a segurança dos dados e o *compliance* da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à equipe de fiscalização do TJPA as cópias autenticadas (ou com validação de autenticidade via internet) dos seguintes certificados válidos e vigentes, emitidos por instituições credenciadas em nome da empresa executora:

4.3.9.1. **Certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gestão da Segurança da Informação);**

4.3.9.1.1. A exigência da ISO/IEC 27001 justifica-se pela criticidade e pelo sigilo inerentes aos dados jurisdicionais e administrativos custodiados pelo TJPA. Como a Contratada atuará diretamente no desenvolvimento de novos sistemas, manutenção de códigos-fonte e sustentação de banco de dados, muitas vezes operando de forma remota, é imperativo garantir que seus processos internos de controle de acesso, gestão de vulnerabilidades e prevenção contra vazamentos de dados estejam aderentes aos mais altos padrões internacionais. A certificação assegura que a empresa adota um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) maduro, mitigando riscos de ataques cibernéticos, sequestro de dados e violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando o alinhamento com as diretrizes de Governança Digital do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

4.3.9.2. **Certificação ISO 37301 (Sistema de Gestão de Compliance);**

4.3.9.2.1. A exigência da Certificação ISO 37301 é vital para mitigar os riscos administrativos e jurídicos inerentes a uma contratação de elevado vulto financeiro e execução contínua. O modelo de prestação de serviços exige a alocação de dezenas de profissionais atuando de forma remota e presencial, o que atrai para o Tribunal o risco de responsabilização subsidiária por eventuais inadimplementos de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. A necessidade de adoção desta certificação é expressamente reforçada pelo histórico do TJPA, que vivenciou instabilidade operacional e enfrentou diversos problemas de natureza trabalhista e alta rotatividade de profissionais no curso do Contrato nº 008/2021. Assim, a certificação atesta que a Contratada possui um programa de integridade (*compliance*) efetivo e auditado por terceira parte, capaz de prevenir, detectar e sanar falhas no cumprimento das legislações trabalhistas, garantindo a lisura na execução contratual e protegendo a imagem e o patrimônio público do TJPA contra a geração de novos passivos judiciais.

4.3.9.3. **Certificação CMMI (Capability Maturity Model Integration) Nível 3 (ou superior) OU Certificação MPS-BR SW (Melhoria de Processos do Software Brasileiro) Nível C (ou superior).**

4.3.9.3.1. A exigência, de forma alternativa, do CMMI Nível 3 ou do MPS-BR SW Nível C (ou superior) decorre do modelo de execução sob demanda voltado para resultados adotado nesta contratação. Para que o Tribunal pague estritamente pelos produtos de software entregues e aprovados nos testes de qualidade, é imprescindível que a fábrica de software da Contratada possua processos de engenharia padronizados, institucionalizados e mensuráveis. Essas certificações garantem que a empresa domina metodologias de levantamento de requisitos, gestão de configuração, integração contínua e garantia da qualidade, o que se traduz na redução



drástica de bugs em produção, minimização de "dívidas técnicas" e no cumprimento rigoroso do tempo de ciclo (Timebox) das Sprints. A exigência de forma alternativa prestigia a competitividade do certame, abarcando tanto o padrão internacional quanto o nacional.

- 4.3.10. Fica estabelecido que a CONTRATADA deverá realizar a apresentação e validação de todas as certificações institucionais listadas no subitem anterior observando os seguintes prazos máximos, sob pena de sanção:
- 4.3.10.1. As Certificações **ISO/IEC 27001** (Sistema de Gestão da Segurança da Informação) e **ISO 37301** (Sistema de Gestão de Compliance) deverão ser apresentadas impreterivelmente **até o término do Período de Ambientação**, correspondente a 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da Reunião Inicial.
- 4.3.10.2. A Certificação **CMMI Nível 3** (ou superior) ou **MPS-BR SW Nível C** (ou superior) deverá ser apresentada no prazo máximo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 4.3.11. A ausência de comprovação da certificação de maturidade de software (CMMI Nível 3 ou MPS-BR Nível C) após o transcurso do seu respectivo prazo (60 dias) acarretará a aplicação automática de um desconto/glosa no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor total da fatura mensal do contrato.
- 4.3.11.1. O desconto de 10% (dez por cento) será aplicado de forma contínua e sucessiva a cada ciclo de faturamento mensal a partir do mês em que se configurar o atraso na entrega do respectivo certificado, perdurando até que a pendência seja integralmente sanada ou até que se atinja o limite máximo tolerável para a inexecução (180 dias da assinatura do contrato).
- 4.3.11.1.1. Transcorrido o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias (6º mês) da assinatura do contrato, e persistindo a pendência na apresentação de qualquer uma das certificações, restará configurada a inexecução parcial do objeto contratado.
- 4.3.12. Por outro lado, dada a criticidade, o sigilo e os riscos cibernéticos inerentes aos dados jurisdicionais e administrativos do TJPA, o não cumprimento do prazo estabelecido para a apresentação das certificações institucionais ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação) e ISO 37301 (Compliance), fixado no término do Período de Ambientação, não será objeto de tolerância mediante glosa, configurando, de imediato, a inexecução parcial do contrato.
- 4.3.12.1.1. A configuração da inexecução parcial pelo descumprimento dos requisitos de segurança e compliance (conforme subitem 4.3.12) ensejará:
- 4.3.12.1.1.1. A imediata instauração de processo administrativo de responsabilização para a aplicação de multa compensatória sobre o valor do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis (como impedimento de licitar e contratar);
- 4.3.12.1.1.2. O imediato bloqueio e revogação das credenciais de acesso lógico da equipe da CONTRATADA aos bancos de dados, servidores e códigos-fonte do TJPA, até a regularização da pendência ou decisão final pela rescisão unilateral da avença.

Marcos operacionais recorrentes

- 4.3.13. Considerando a segregação de funções estabelecida nesta contratação, a dinâmica operacional exigirá forte sincronismo entre a CONTRATADA do Lote 1 (Desenvolvimento) e a CONTRATADA do Lote 2 (Testes), orquestrado pela equipe de Gestão e Fiscalização da CONTRATANTE.
- 4.3.13.1. Os marcos operacionais recorrentes dividem-se em cerimônias ágeis (focadas na construção e validação do produto) e marcos de medição (focados no faturamento mensal).



- 4.3.14. A execução dos serviços do Lote 1 será pautada pelo paradigma ágil, sendo compostas pelos seguintes marcos recorrentes (cerimônias):
- 4.3.14.1. Planejamento da Sprint (Sprint Planning): Reunião no início de cada ciclo (de 1 a 4 semanas) onde o time seleciona os itens do Backlog que serão desenvolvidos.
 - 4.3.14.2. Reuniões Diárias (Daily Scrum): Alinhamento diário de até 15 minutos para acompanhamento do progresso e identificação de impedimentos.
 - 4.3.14.3. Revisão da Sprint (Sprint Review): Reunião ao final da Sprint onde o Lote 1 apresenta o incremento de software construído para o Dono do Produto (PO) para avaliação preliminar dos critérios de aceitação.
 - 4.3.14.4. Retrospectiva da Sprint: Reunião focada na melhoria contínua dos processos do time.
 - 4.3.14.5. Disponibilização para Homologação (Entrega): Marco no qual o Lote 1 disponibiliza o código-fonte, scripts de banco de dados e evidências de testes unitários no ambiente da CONTRATANTE para início da validação independente.
- 4.3.15. A atuação do Lote 2 ocorrerá de forma complementar aos testes do desenvolvimento, sendo acionada via chamados no âmbito das Ordens de Serviço, com os seguintes marcos:
- 4.3.15.1. Planejamento de Testes: Ocorre em paralelo ao planejamento da Sprint do Lote 1. O Lote 2 elabora a estratégia, os roteiros e os Casos de Teste com base nas histórias de usuário que entraram na Sprint.
 - 4.3.15.2. Execução de Testes Independentes: Marco iniciado imediatamente após a "Disponibilização para Homologação" pelo Lote 1. O Lote 2 executará os testes funcionais, não funcionais, de segurança (SAST/DAST) e automatizados no ambiente de homologação.
 - 4.3.15.3. Emissão do Relatório Técnico de Qualidade (Devolução ou Aceite): Ao final de sua bateria de testes, o Lote 2 emitirá parecer técnico apontando as inconformidades.
 - 4.3.15.4. Caso haja falhas impeditivas, a demanda é REJEITADA ou tem ACEITAÇÃO PARCIAL, retornando ao backlog do Lote 1 para correção na Sprint seguinte.
 - 4.3.15.5. Caso não haja falhas, a demanda atinge a ACEITAÇÃO INTEGRAL (Definição de Pronto) e segue para implantação.
- 4.3.16. Independentemente da duração das Sprints, o ciclo de faturamento e avaliação de desempenho ocorrerá mensalmente, obedecendo aos seguintes marcos:
- 4.3.16.1. Entrega do Relatório Gerencial de Serviços (RGS): Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as CONTRATADAS (Lote 1 e Lote 2) deverão apresentar relatório detalhado contendo as OS executadas, profissionais alocados, produtos entregues e o cálculo inicial dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS/SLA).
 - 4.3.16.2. Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP): A ser emitido pela Fiscalização Técnica da CONTRATANTE no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos serviços e do RGS.
 - 4.3.16.3. Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD): A ser emitido em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão do TRP, consolidando a avaliação de qualidade, glosas aplicáveis e autorizando o faturamento.
 - 4.3.16.4. Autorização e Pagamento: A autorização para emissão da Nota Fiscal ocorrerá após o TRD, seguida da liquidação e pagamento no prazo regulamentar

Marco de avaliação de desempenho e níveis mínimos de serviço (NMS)



- 4.3.17. A avaliação da execução do objeto utilizará o Acordo de Nível de Serviço (ANS/SLA), composto por um conjunto de indicadores mensuráveis, com o objetivo de vincular o pagamento à efetiva entrega de resultados com qualidade, e não apenas à disponibilidade da mão de obra alocada.
- 4.3.17.1. A aferição dos níveis de serviço será realizada mensalmente pela Fiscalização Técnica, incidindo sobre todas as Ordens de Serviço (OS) encerradas ou parciais (Sprints) entregues no período.
- 4.3.18. A CONTRATADA será avaliada, no mínimo, pelos seguintes indicadores, cujas metas e fórmulas de cálculo encontram-se detalhadas no item 4.5 deste Termo de Referência.

Marco de transição contratual

- 4.3.19. A CONTRATADA deverá realizar, ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão, a transição estruturada dos serviços para a CONTRATANTE ou para empresa sucessora por esta indicada, visando garantir a continuidade do negócio e a integridade dos ativos de software, sem custo adicional para a Administração.
- 4.3.20. Com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Transição de Saída, contendo o cronograma detalhado para:
- 4.3.20.1. Entrega das versões finais (Builds/Releases) de todos os softwares desenvolvidos ou mantidos, garantindo que o código-fonte esteja atualizado, comentado e comitado nos repositórios oficiais da CONTRATANTE;
- 4.3.20.2. Atualização completa da documentação técnica e de negócio (Dicionário de Dados, Manual de Instalação, Diagramas de Arquitetura);
- 4.3.20.3. Repasse de conhecimento (Knowledge Transfer) à equipe técnica da CONTRATANTE ou da nova empresa contratada;
- 4.3.20.4. Devolução de credenciais, crachás e revogação de acessos lógicos.
- 4.3.20.5. A execução do Plano de Transição terá duração máxima de 90 (noventa) dias, podendo ocorrer concomitantemente com a execução das últimas Ordens de Serviço.
- 4.3.21. A CONTRATADA deverá realizar workshops ou reuniões técnicas gravadas para transferir o conhecimento tácito sobre as regras de negócio complexas e particularidades da arquitetura dos sistemas mantidos.
- 4.3.21.1. É vedada à CONTRATADA reter qualquer informação, senha de administração (root/admin), chave de criptografia ou parte do código-fonte, sob pena de caracterização de apropriação indébita e aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis.
- 4.3.21.2. Todos os direitos patrimoniais sobre o software, documentação e modelos de dados produzidos pertencem exclusivamente à CONTRATANTE.
- 4.3.22. O Atestado de Recebimento Definitivo da última medição ou faturamento, bem como a liberação da Garantia Contratual (se houver), ficarão condicionados à emissão do Termo de Encerramento de Transição, assinado pelo Gestor do Contrato, certificando que:
- 4.3.22.1. Todo o código-fonte foi auditado e encontra-se nos repositórios da CONTRATANTE;
- 4.3.22.2. Não existem pendências de documentação técnica;
- 4.3.22.3. O ambiente foi entregue operacional e livre de "bombas lógicas" ou travas proprietárias.
- 4.3.23. Caso haja uma empresa sucessora contratada antes do término do vínculo, a CONTRATADA atual deverá atuar em regime de colaboração, permitindo o acompanhamento (shadowing) por parte dos novos profissionais durante a execução das últimas Sprints, visando a transferência prática do conhecimento operacional.

Marco de encerramento



- 4.3.24. O encerramento contratual, seja pelo decurso do prazo de vigência ou por rescisão, obriga a CONTRATADA a realizar a desmobilização assistida e a transferência total de tecnologia, garantindo que a CONTRATANTE assuma o controle integral dos códigos-fonte, bancos de dados e documentação, sem solução de continuidade nos serviços.
- 4.3.25. Com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar e iniciar a execução do Plano de Transição de Saída, contemplando:
- 4.3.25.1. Atualização de Repositórios: Commit e Push final de todos os códigos-fonte desenvolvidos ou mantidos nos repositórios oficiais da CONTRATANTE, garantindo que a versão armazenada corresponda exatamente à versão em produção (Build reproduzível);
 - 4.3.25.2. Saneamento de Dívida Documental: Atualização obrigatória de toda a documentação técnica (arquitetura, modelo de dados, manual de instalação) que não tenha sido atualizada durante as Sprints;
 - 4.3.25.3. Transferência de Conhecimento: Realização de workshops gravados ou sessões de shadowing com a equipe técnica da CONTRATANTE ou da nova empresa contratada, repassando o conhecimento tácito sobre o negócio e o sistema;
 - 4.3.25.4. Inventário de Pendências: Relatório detalhado das Ordens de Serviço em andamento, backlog remanescente e dívida técnica conhecida (bugs não corrigidos).
- 4.3.26. A emissão do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato e a liberação do pagamento da última fatura (ou parcela proporcional final) ficarão condicionados à verificação, pela Fiscalização Técnica, dos seguintes requisitos:
- 4.3.26.1. Inexistência de pendências impeditivas nos repositórios de código (ex: código que não compila ou falta de bibliotecas proprietárias);
 - 4.3.26.2. Entrega de todas as senhas administrativas (root, admin), chaves de criptografia e certificados digitais geridos pela CONTRATADA;
 - 4.3.26.3. Comprovação da quitação das verbas rescisórias e encargos trabalhistas dos profissionais alocados, conforme legislação vigente, visando mitigar a responsabilidade subsidiária da Administração.
- 4.3.27. Até 15 (quinze) dias antes do término da vigência, será realizada a Reunião de Validação Final entre o Gestor do Contrato e o Preposto, para atestar o cumprimento do Plano de Transição e formalizar a entrega dos ativos de software.
- 4.3.28. A recusa da CONTRATADA em fornecer as informações técnicas, senhas ou a versão atualizada do código-fonte será considerada infração grave, sujeita à aplicação de multa compensatória, declaração de inidoneidade e retenção de créditos pendentes para ressarcimento dos prejuízos causados pela descontinuidade do serviço.

4.4. Dinâmica de execução

- 4.4.1. A execução contratual baseia-se no modelo de Alocação de Perfis Profissionais sob Demanda, condicionada à entrega efetiva de resultados mensuráveis (produtos de software, sprints ou artefatos) e ao cumprimento de Níveis Mínimos de Serviço (NMS).
- 4.4.1.1. Adota-se o princípio da delegação de responsabilidade, onde a CONTRATANTE atuará na gestão, priorização do *backlog* e fiscalização da aderência aos padrões de qualidade, enquanto a CONTRATADA será integralmente responsável pela execução técnica, gerenciamento de seus profissionais e cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS).
- 4.4.2. A execução das atividades de desenvolvimento (Lote 1) e testes (Lote 2) será estritamente sob demanda, formalizada previamente por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pelo Gestor do Contrato.
- 4.4.3. A Ordem de Serviço (OS), emitida pela Fiscalização Técnica, conterá, no mínimo:



- 4.4.3.1. descrição clara e objetiva da demanda;
- 4.4.3.2. classificação da demanda (sustentação, manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa, desenvolvimento, teste de qualidade);
- 4.4.3.3. perfis profissionais demandados e respectivos quantitativos;
- 4.4.3.4. prazo de execução;
- 4.4.3.5. critérios objetivos de aceite;
- 4.4.3.6. indicação de eventuais requisitos específicos de segurança da informação ou proteção de dados.
- 4.4.4. Todas as Ordens de Serviço deverão ser entregues aos Gerentes de Projetos (GEPRO) alocados nas dependências da CONTRATANTE para processamento pela CONTRATADA.
- 4.4.5. É vedada a execução de tarefas sem a prévia formalização da OS, salvo em casos de emergência crítica devidamente justificada e ratificada pelo Gestor do Contrato em até 24 horas.
- 4.4.6. Após o recebimento da OS, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para apresentar e mobilizar os profissionais com a qualificação exigida.
- 4.4.7. Para garantir que a alocação corresponda à senioridade remunerada, a CONTRATANTE poderá realizar entrevista técnica ou análise curricular dos profissionais indicados antes do início das atividades.
- 4.4.8. A não comprovação da capacidade técnica exigida para o perfil (Júnior, Pleno, Sênior) implicará na recusa do profissional, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de sanção por atraso no início da OS.
- 4.4.9. A execução técnica observará a metodologia ágil (preferencialmente Scrum ou Kanban), segmentada em iterações curtas (Sprints), com duração padrão de 2 a 4 semanas.
 - 4.4.9.1. Durante a Sprint, a equipe da CONTRATADA deverá participar das cerimônias ágeis, garantindo a transparência e a inspeção contínua do progresso, sem que a participação dos fiscais da CONTRATANTE configure subordinação hierárquica direta.
 - 4.4.9.2. A CONTRATADA deverá manter o código-fonte e os artefatos atualizados diariamente nos repositórios oficiais da CONTRATANTE, permitindo a auditoria contínua de qualidade e segurança (*Continuous Integration*).
- 4.4.10. Ao final de cada OS ou Sprint, a CONTRATADA entregará o produto de software acompanhado do Relatório de Evidências de Testes e da documentação técnica atualizada.
 - 4.4.10.1. O recebimento e aceite dos serviços seguirão o seguinte rito:
 - 4.4.10.1.1. Recebimento Provisório: Emitido em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da Sprint, para fins de verificação preliminar da conformidade.
 - 4.4.10.1.2. Homologação e Qualidade: A CONTRATADA do Lote 2 terá prazo de 10 (dez) dias para realizar testes de homologação e rodar ferramentas de análise estática de código.
 - 4.4.10.1.3. Recebimento Definitivo: Será emitido somente se o software estiver livre de defeitos impeditivos e cumprir a "Definição de Pronto" e os índices de qualidade (IQC) estabelecidos no ANS.
 - 4.4.10.2. Caso a entrega seja rejeitada por baixa qualidade, a força de trabalho correspondente à refatoração/correção não serão remunerados, devendo a correção ser realizada às expensas da CONTRATADA.
- 4.4.11. Os serviços de sustentação (Lote 1) serão demandados por meio de sistema de gerenciamento de serviços disponibilizado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE.
 - 4.4.11.1. Regime de Janela Padrão: A equipe alocada para sustentação deverá atuar de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 20:00, garantindo atendimento tempestivo a dúvidas, requisições de acesso e monitoramento.
 - 4.4.11.2. Regime de Plantão (24x7): Para os incidentes críticos (ex: queda de banco de dados ou sistemas essenciais indisponíveis), a prestação de serviços se dará em regime de



plantão e sobreaviso 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano). O atendimento a incidentes críticos não poderá ser interrompido até o restabelecimento do serviço ou aplicação de solução de contorno.

- 4.4.4.2.1 Os serviços realizados fora do horário de expediente ou aos finais de semana para cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) de incidentes críticos não implicarão em qualquer acréscimo ou majoração de valores pagos à CONTRATADA.

Forma e local de execução

- 4.4.12. Os serviços de desenvolvimento de software (Lote 1) e testes (Lote 2), cuja natureza seja estritamente sob demanda, poderão ser prestados preferencialmente de forma remota, à exceção daqueles que demandem a presença física por restrições contratuais ou de segurança da informação.
- 4.4.12.1. Na modalidade remota, a CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus à CONTRATANTE, todos os recursos tecnológicos necessários à prestação dos serviços aos seus profissionais, incluindo estação de trabalho, conectividade, softwares de desenvolvimento e ferramentas de segurança (antivírus, endpoint protection e VPN).
- 4.4.13. Para assegurar a disponibilidade exigida, os perfis alocados para a Sustentação de Sistemas e Infraestrutura, dentro do regime de janela padrão (dias úteis, horário comercial), deverão executar suas atividades preferencialmente de forma presencial nas dependências da CONTRATANTE.
- 4.4.13.1. A atuação presencial das equipes de sustentação visa garantir a continuidade dos serviços críticos, o monitoramento proativo em tempo real e prover um tempo de resposta ágil em caso de incidentes severos. A presença física facilita o acionamento imediato da equipe para atuar em gargalos de rede ou banco de dados, minimizando o tempo de inatividade (SLA) e estreitando a comunicação com os usuários e servidores locais. Nos horários de plantão 24x7 fora da janela padrão, a atuação da sustentação dar-se-á remotamente.
- 4.4.14. Fica estabelecida a obrigatoriedade de prestação de serviços na modalidade presencial, nas dependências da CONTRATANTE, para os profissionais alocados nos perfis de Gerente de Projetos de TI (GEPRO) e Líder Técnico de Desenvolvimento (LDESENV).
- 4.4.14.1. O sucesso da Fábrica de Software e a aderência à metodologia ágil dependem fortemente da interação humana. A presença física dessas lideranças é imprescindível para:
- 4.4.14.1.1. Facilitar a interlocução direta, a comunicação com os Fiscais Técnicos, Gestores e Donos do Produto (PO), permitindo o rápido destravamento de impedimentos institucionais e o alinhamento de expectativas de negócio;
- 4.4.14.1.2. Conduzir de forma qualificada e presencial as cerimônias ágeis críticas com a área demandante (como o refinamento de requisitos e o Sprint Review), garantindo a compreensão exata do escopo;
- 4.4.14.1.3. Assegurar o controle, a supervisão e o engajamento de suas respectivas equipes técnicas (mesmo as que atuem remotamente), garantindo que as diretrizes arquiteturais e de governança do TJPA sejam rigorosamente implementadas.
- 4.4.15. O endereço de execução presencial dos serviços será nas dependências da CONTRATANTE, localizadas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Pará – SETIC.
- 4.4.15.1. A CONTRATANTE disponibilizará o espaço físico, rede elétrica, rede lógica e mobiliário básico (mesas e cadeiras). A CONTRATADA é integralmente responsável por fornecer os equipamentos de informática (notebooks/desktops) para os profissionais que atuarão presencialmente.



- 4.4.15.2. Os profissionais alocados presencialmente deverão submeter-se aos regulamentos de segurança corporativa, acesso e disciplina instituídos pela Administração, devendo apresentar-se trajados de forma adequada ao ambiente institucional e portando, permanentemente, crachá de identificação com foto.

Horário de execução

- 4.4.16. Para fins de comunicação, reuniões de alinhamento, participação em cerimônias ágeis (Dailies, Planning, Review) e atendimento a chamados não críticos, a CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade da equipe técnica e do Preposto durante o Horário Comercial Padrão, compreendido entre 08h00 e 18h00, de segunda a sexta-feira (dias úteis).
- 4.4.16.1. Nas Ordens de Serviço voltadas especificamente para Sustentação de Infraestrutura ou Service Desk, a CONTRATANTE poderá estender a janela de atendimento obrigatório para 08h00 às 20h00, conforme necessidade operacional.
- 4.4.17. Ressalvada a obrigatoriedade de participação nas reuniões síncronas durante o horário comercial, a CONTRATADA possui autonomia para gerir a jornada de trabalho de seus profissionais (produção de código, testes, documentação), desde que cumpra os prazos das Sprints e as metas de produtividade estabelecidas na Ordem de Serviço.
- 4.4.18. Para serviços classificados como Críticos na Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá manter regime de plantão ou sobreaviso (24x7 - vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), visando o atendimento a incidentes de alta prioridade que causem indisponibilidade dos sistemas.
- 4.4.18.1. O acionamento em regime de plantão destina-se exclusivamente à contenção de incidentes e restabelecimento de serviços, não devendo ser utilizado para desenvolvimento de novas funcionalidades rotineiras.
- 4.4.19. As atividades de implantação de versões (Deploy), atualizações de banco de dados ou manutenções que exijam a parada temporária dos sistemas deverão ser executadas, preferencialmente, fora do horário de expediente (após as 20h00 ou em finais de semana), mediante agendamento prévio com a Gestão do Contrato.
- 4.4.20. Os valores propostos para os perfis profissionais devem contemplar a totalidade dos custos trabalhistas, incluindo eventuais adicionais noturnos, horas extras ou sobreaviso necessários para o cumprimento dos Prazos e Níveis de Serviço (SLA).
- 4.4.20.1. A execução de atividades fora do horário comercial, seja para recuperação de atrasos, cumprimento de janelas de manutenção ou atendimento a plantões previstos, não ensejará pagamento adicional ou majoração dos valores contratuais pela CONTRATANTE.

4.5. Acordo de Níveis de Serviço (ANS)

- 4.5.1. A execução contratual será avaliada mensalmente com base no Acordo de Nível de Serviço (ANS), cujos indicadores impactarão diretamente o faturamento da CONTRATADA.
- 4.5.1.1. O modelo de remuneração é o de Alocação por Resultado, onde o pagamento integral da fatura está condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas nos Eixos de Sustentação e Desenvolvimento. O não atingimento das metas implicará em glosas (descontos) sobre o valor da Ordem de Serviço (OS) ou da parcela mensal, conforme a criticidade do indicador.

Eixo de Sustentação



4.5.2. As disposições a seguir serão aplicadas às Ordens de Serviço ou itens de fatura referentes à manutenção corretiva, suporte, monitoramento e garantia de disponibilidade dos sistemas.

4.5.3. São indicadores relativos ao eixo de sustentação:

| INDICADOR S1 | INDICADOR DE SUSTENTAÇÃO (IS) |
|--------------------------------|---|
| Finalidade | Assegurar a resposta tempestiva aos chamados de correção e manutenção, garantindo não apenas o cumprimento do prazo (SLA), mas a eficácia da solução (ausência de reincidência) e a estabilidade do ambiente (ausência de novos defeitos gerados pela correção). |
| Metas a cumprir | Índice $\geq 90\%$ de conformidade. |
| Instrumento de medição | Ferramenta de Gestão de Demandas/Chamados (ITSM) utilizada pela Contratante (ex: Jira Service Management, GLPI) e ferramentas de monitoramento. |
| Forma de acompanhamento | Aferição automática da data/hora de abertura vs. data/hora de solução e verificação de reabertura de chamados (tickets) para o mesmo item de configuração. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | $IS = 100 \times (Q_{ok} / Q_{total})$ onde: Q_{total} = Total de chamados encerrados no período; Q_{ok} = Quantidade de chamados que atenderam simultaneamente aos três critérios: (1) Solucionado dentro do prazo SLA conforme criticidade (item 4.2.12 deste TR); (2) Não reaberto em até 48h (reincidência); (3) Não gerou indisponibilidade colateral (estabilidade). |
| Início da Vigência | A partir da emissão da primeira Ordem de Serviço ou Chamado, respeitadas as regras do Período de Estabilização. |
| Faixas de ajustes no pagamento | $\geq 90\%$: Sem desconto (Pagamento integral da OS/Item de Sustentação). |
| | $80\% \leq IS < 90\%$: Desconto de 10% sobre o valor da parcela de sustentação. |
| | $70\% \leq IS < 80\%$: Desconto de 20% sobre o valor da parcela de sustentação. |
| | $IS < 70\%$: Desconto de 30% sobre o valor da parcela de sustentação. |
| Sanções | Advertência formal se o indicador ficar abaixo de 70% por 2 meses consecutivos. Multa administrativa em caso de inexecução parcial reiterada (3 meses abaixo da meta), sem prejuízo da glosa financeira aplicada mensalmente |

| INDICADOR S2 | ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO DONO DO PRODUTO - SUSTENTAÇÃO (ISDP-S) |
|-------------------------|---|
| Finalidade | Avaliar a percepção de qualidade das áreas de negócio quanto à cordialidade, clareza técnica e efetividade das intervenções de sustentação que geram impacto visível. |
| Metas a cumprir | Média ≥ 4 (em escala 1 a 5) ou $\geq 80\%$. |
| Instrumento de medição | Formulário de Pesquisa de Satisfação (ANEXO VII) enviado eletronicamente ao fechamento de chamados relevantes. |
| Forma de acompanhamento | Consolidação das notas atribuídas pelos usuários/PO nas pesquisas respondidas. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | Média aritmética simples das avaliações recebidas no período. $ISDP-S = (\sum \text{Notas_Obtidas} / \sum \text{Notas_Possíveis}) \times 100$ |
| Início da Vigência | A partir da primeira OS avaliada |
| | ISDP-S $\geq 80\%$: Sem desconto. |



| | |
|--------------------------------|--|
| Faixas de ajustes no pagamento | $70\% \leq \text{ISDP-S} < 80\%$: Desconto de 2% sobre o valor da OS. |
| | $60\% \leq \text{ISDP-S} < 70\%$: Desconto de 5% sobre o valor da OS. |
| | $\text{ISDP-S} < 60\%$: Desconto de 10% sobre o valor da OS. |
| Sanções | Substituição obrigatória do profissional ou preposto caso a baixa satisfação seja atribuída a conduta inadequada ou imperícia técnica reiterada. |

| INDICADOR S3 | ÍNDICE DE REGULARIDADE DA DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE (IRDE-S) |
|-------------------------|---|
| Finalidade | Avaliar a regularidade, tempestividade e completude da desmobilização dos profissionais alocados em Ordens de Serviço do eixo de sustentação de software, assegurando a continuidade operacional dos sistemas, a preservação do conhecimento técnico, a atualização dos registros de sustentação, a transferência das demandas pendentes, a devolução ou revogação de acessos e a eliminação de pendências técnicas ao término da alocação. |
| Metas a cumprir | Índice = 100% de conformidade na desmobilização da equipe vinculada à Ordem de Serviço ou à solicitação formal de redução, substituição ou encerramento de alocação no âmbito da sustentação de software. |
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço de sustentação, solicitação formal de desmobilização, Plano de Desmobilização, Relatório de Encerramento ou Transferência de Sustentação, termo de repasse de atividades, registro de chamados pendentes, inventário de sistemas, módulos, rotinas, scripts e artefatos sob responsabilidade da equipe desmobilizada, comprovação de devolução de credenciais físicas, comprovação de revogação ou bloqueio de acessos lógicos, registros na ferramenta de gestão de demandas e manifestação da Fiscalização Técnica. |
| Forma de acompanhamento | Verificação, pela Fiscalização Técnica, do cumprimento integral das etapas de desmobilização previstas na Ordem de Serviço ou na solicitação formal da CONTRATANTE, incluindo a entrega dos artefatos de sustentação, o repasse de conhecimento técnico, a atualização dos registros operacionais, a indicação dos chamados concluídos, pendentes ou transferidos, a devolução de credenciais físicas, a revogação ou bloqueio de acessos lógicos e a formalização do encerramento da participação dos profissionais alocados na sustentação de software. |
| Periodicidade | Por evento de desmobilização, com consolidação mensal para fins de apuração do ANS e eventual repercussão financeira. |
| Mecanismo de Cálculo | $\text{IRDE-S} = 100 \times (\text{Econformes} / \text{Eprevistas})$ Onde: Eprevistas = quantidade total de etapas de desmobilização exigidas para a Ordem de Serviço ou para o evento de redução, substituição ou encerramento de alocação; Econformes = quantidade de etapas de desmobilização cumpridas integralmente, dentro do prazo e aceitas pela CONTRATANTE. Para fins de apuração, serão consideradas etapas mínimas de desmobilização: a) comunicação formal da desmobilização, com indicação dos profissionais afetados, perfis envolvidos, sistemas impactados e data prevista para encerramento da alocação; b) entrega do Relatório de Encerramento ou Transferência de Sustentação, contendo a situação atual dos sistemas, módulos, chamados, incidentes, correções, pendências e riscos operacionais vinculados à equipe desmobilizada; c) atualização dos registros de sustentação, incluindo chamados, filas de atendimento, backlog técnico, documentação operacional, scripts, |



| | |
|--------------------------------|--|
| | <p>bases de conhecimento, painéis, controles, indicadores e demais artefatos sob responsabilidade da equipe desmobilizada;</p> <p>d) indicação objetiva dos chamados concluídos, pendentes, em atendimento, reabertos, suspensos ou transferidos, com registro do estágio de execução, responsável indicado e providência necessária;</p> <p>e) repasse de conhecimento técnico à equipe indicada pela CONTRATANTE ou à equipe substituta, abrangendo rotinas críticas, particularidades dos sistemas sustentados, procedimentos de atendimento, integrações, scripts, recorrências, incidentes conhecidos e pontos de atenção operacional;</p> <p>f) devolução de credenciais físicas, crachás, equipamentos, mídias, documentos ou outros recursos eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE;</p> <p>g) solicitação e comprovação de revogação, bloqueio ou alteração dos acessos lógicos concedidos aos profissionais desmobilizados, incluindo acessos a ambientes de produção, homologação, desenvolvimento, repositórios, bancos de dados, ferramentas de gestão, VPN, painéis, servidores, logs e demais ativos de TIC;</p> <p>h) declaração de inexistência de retenção de informações, documentos, bases, scripts, relatórios, credenciais, códigos, registros de chamados ou artefatos necessários à continuidade da sustentação de software;</p> <p>i) validação, pela Fiscalização Técnica, de que a desmobilização não gerou interrupção, descontinuidade, perda de rastreabilidade ou comprometimento da capacidade de atendimento das demandas de sustentação.</p> <p>A etapa somente será considerada conforme quando executada integralmente, no prazo definido e com evidência validada pela Fiscalização Técnica.</p> |
| Início da Vigência | A partir da primeira desmobilização de profissional, equipe ou perfil alocado em Ordem de Serviço do eixo de sustentação de software. |
| Faixas de ajustes no pagamento | IRDE-S = 100%: sem desconto, com encerramento regular da alocação ou da Ordem de Serviço. |
| | $90\% \leq \text{IRDE-S} < 100\%$: desconto de 5% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de sustentação correspondente ao período de apuração. |
| | $80\% \leq \text{IRDE-S} < 90\%$: desconto de 10% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de sustentação correspondente ao período de apuração. |
| | $\text{IRDE-S} < 80\%$: desconto de 20% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de sustentação correspondente ao período de apuração. |
| Sanções | <p>A desmobilização sem repasse mínimo de informações, sem atualização dos registros de sustentação, sem transferência dos chamados pendentes ou sem comprovação de devolução ou revogação de acessos ensejará advertência formal e retenção do recebimento definitivo da parcela afetada até a regularização das pendências.</p> <p>A reincidência em desmobilização irregular, assim considerada a ocorrência de IRDE-S inferior a 80% por 2 (duas) vezes no período de 6 (seis) meses, caracterizará falha grave de gestão da execução contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sem prejuízo das glosas financeiras aplicáveis.</p> <p>Quando a desmobilização irregular comprometer a continuidade da sustentação, impedir o atendimento de chamados críticos, causar perda de rastreabilidade técnica ou manter acessos indevidos ativos após o encerramento da alocação, a ocorrência deverá ser registrada como infração grave, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da adoção das medidas administrativas cabíveis.</p> |



Eixo de Desenvolvimento

- 4.5.4. As disposições a seguir serão aplicadas às Ordens de Serviço de desenvolvimento de novo software, manutenção evolutiva ou melhorias funcionais.
- 4.5.5. São indicadores relativos ao eixo de desenvolvimento:

| INDICADOR D1 | INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO (ID) |
|--------------------------------|--|
| Finalidade | Mensurar a aderência ao escopo (entregáveis) planejado para a Sprint ou Release, garantindo que o pagamento corresponda estritamente às funcionalidades aceitas (Definition of Done). |
| Metas a cumprir | 100% de aceitação das histórias comprometidas no Sprint Planning. Tolerância para pagamento integral: ID \geq 90%. |
| Instrumento de medição | Ferramenta de gestão de ciclo de vida (ex: Jira, Azure DevOps), ata de Sprint Review e Termo de Recebimento Provisório. |
| Forma de acompanhamento | Verificação, ao final da Sprint, de quantos itens do Backlog foram entregues e aceitos pelo PO sem restrições. |
| Periodicidade | Por Sprint ou Entrega. |
| Mecanismo de Cálculo | $ID = (Q_{aceitas} + (Q_{parciais}/3) / Q_{total}) \times 100$ Onde $Q_{parciais}$ são entregas com ressalvas não impeditivas (peso 1/3). |
| Início da Vigência | A partir da primeira Sprint. |
| Faixas de ajustes no pagamento | ID \geq 90%: Pagamento de 100% do valor dos perfis/UST da Sprint. |
| | 75% \leq ID < 90%: Pagamento de 90% do valor (Glosa de 10%). |
| | 50% \leq ID < 75%: Pagamento de 80% do valor (Glosa de 20%). |
| | ID < 50%: A Sprint é considerada rejeitada. Pagamento de 0% ou apenas das horas úteis comprovadamente aproveitáveis, a critério da CONTRATANTE, devendo a refatoração ocorrer às expensas da CONTRATADA. |
| Sanções | O não atingimento da meta por 3 Sprints consecutivas ensejará abertura de processo administrativo para aplicação de advertência e multa compensatória. |

| INDICADOR D2 | INDICADOR DE ATENDIMENTO DE PRAZO (IAP-D) |
|--------------------------------|--|
| Finalidade | Mensurar o cumprimento rigoroso do cronograma pactuado na Ordem de Serviço, evitando atrasos que impactem as estratégias de negócio. |
| Metas a cumprir | 100% de entregas no prazo. |
| Instrumento de medição | Comparativo entre "Data Prevista de Entrega" (na OS) e "Data Efetiva de Entrega" (no sistema de gestão). |
| Forma de acompanhamento | Monitoramento dos marcos de entrega (milestones) e data final da OS. |
| Periodicidade | Mensal (consolidando todas as OSs do período). |
| Mecanismo de Cálculo | $IAP = 100 \times (Q_{no_prazo} / Q_{total_entregas})$ |
| Início da Vigência | Imediato. |
| Faixas de ajustes no pagamento | IAP \geq 90%: Sem desconto (tolerância operacional). |
| | 80% \leq IAP < 90%: Desconto de 10% sobre o valor das OSs atrasadas. |
| | IAP < 80%: Desconto de 20% a 30% sobre o valor das OSs atrasadas. |
| Sanções | Multa moratória diária (ex: 0,2% a 0,5% por dia de atraso) conforme cláusula de penalidades do contrato, aplicada independentemente da glosa no ANS. |

| INDICADOR D3 | INDICADOR DE QUALIDADE DE CÓDIGO (IQC) |
|--------------|--|
|--------------|--|



| | |
|--------------------------------|---|
| Finalidade | Assegurar a manutenibilidade, segurança e performance do software, impedindo a inserção de dívida técnica. |
| Metas a cumprir | 100% de conformidade com o Quality Gate (ex: 0 vulnerabilidades críticas/bloqueantes, cobertura de testes $\geq 70\%$). |
| Instrumento de medição | Ferramenta de análise estática de código (ex: SonarQube) integrada à esteira CI/CD. |
| Forma de acompanhamento | Automática. O código não passa para o ambiente de homologação se não atingir a meta. |
| Periodicidade | A cada commit ou entrega de versão (Release). |
| Mecanismo de Cálculo | $IQC = 100 \times (Req_Atendidos / Req_Avaliados)$ |
| Início da Vigência | Imediato. |
| Faixas de ajustes no pagamento | $IQC \geq 90\%$: Sem desconto (Aceite Técnico). |
| | $IQC < 90\%$: Rejeição total da entrega. O produto não é aceito e não há faturamento até a correção dos problemas apontados pela ferramenta (glosa de 100% temporária até o saneamento). |
| Sanções | Caso a Contratada insista em entregar código fora do padrão reiteradamente, aplica-se advertência por falha na execução técnica. |

| INDICADOR D4 | ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO DONO DO PRODUTO - DESENVOLVIMENTO (ISDP-D) |
|--------------------------------|---|
| Finalidade | Avaliar a qualidade da interação técnica, o entendimento do negócio e a proatividade da equipe ágil durante o ciclo de desenvolvimento. |
| Metas a cumprir | Média ≥ 4 ou 80%. |
| Instrumento de medição | Questionário de Avaliação (ANEXO VII) preenchido pelo PO na Sprint Review. |
| Forma de acompanhamento | Consolidação das notas da avaliação qualitativa. |
| Periodicidade | Por Sprint ou OS encerrada. |
| Mecanismo de Cálculo | Média ponderada das avaliações. |
| Início da Vigência | A partir da primeira Sprint. |
| Faixas de ajustes no pagamento | $ISDP-D \geq 80\%$: Sem desconto. |
| | $70\% \leq ISDP-D < 80\%$: Desconto de 2% sobre o valor da OS. |
| | $60\% \leq ISDP-D < 70\%$: Desconto de 5% sobre o valor da OS. |
| | $ISDP < 60\%$: Desconto de 10% sobre o valor da OS. |
| Sanções | Solicitação formal de troca de profissionais da equipe caso a insatisfação persista por 2 ciclos de avaliação. |

| INDICADOR D5 | ÍNDICE DE REGULARIDADE DA DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE (IRDE-D) |
|-----------------|---|
| Finalidade | Avaliar a regularidade, tempestividade e completude da desmobilização dos profissionais alocados em Ordens de Serviço do eixo de desenvolvimento de software, assegurando a continuidade das atividades de construção, evolução, manutenção evolutiva, manutenção adaptativa e modernização de sistemas, bem como a preservação do conhecimento técnico, a atualização dos artefatos de desenvolvimento, a transferência das demandas em andamento, a devolução ou revogação de acessos e a eliminação de pendências técnicas ao término da alocação. |
| Metas a cumprir | Índice = 100% de conformidade na desmobilização da equipe vinculada à Ordem de Serviço ou à solicitação formal de redução, substituição ou encerramento de alocação no âmbito do desenvolvimento de software. |



| | |
|-------------------------|--|
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço de desenvolvimento de software, solicitação formal de desmobilização, Plano de Desmobilização, Relatório de Encerramento ou Transferência de Desenvolvimento, termo de repasse de atividades, registro de histórias de usuário, tarefas, bugs, débitos técnicos, backlog, documentação técnica, repositórios de código-fonte, branches, commits, pull requests, scripts, pipelines, registros em ferramentas de gestão de demandas, comprovação de devolução de credenciais físicas, comprovação de revogação ou bloqueio de acessos lógicos e manifestação da Fiscalização Técnica. |
| Forma de acompanhamento | Verificação, pela Fiscalização Técnica, do cumprimento integral das etapas de desmobilização previstas na Ordem de Serviço ou na solicitação formal da CONTRATANTE, incluindo a entrega dos artefatos de desenvolvimento, a atualização do código-fonte e da documentação técnica, o repasse de conhecimento técnico, a indicação das demandas concluídas, pendentes ou transferidas, a devolução de credenciais físicas, a revogação ou bloqueio de acessos lógicos e a formalização do encerramento da participação dos profissionais alocados no desenvolvimento de software. |
| Periodicidade | Por evento de desmobilização, com consolidação mensal para fins de apuração do ANS e eventual repercussão financeira. |
| Mecanismo de Cálculo | <p>IRDE-D = 100 x (Econformes / Eprevistas)</p> <p>Onde:</p> <p>Eprevistas = quantidade total de etapas de desmobilização exigidas para a Ordem de Serviço de desenvolvimento de software ou para o evento de redução, substituição ou encerramento de alocação;</p> <p>Econformes = quantidade de etapas de desmobilização cumpridas integralmente, dentro do prazo e aceitas pela CONTRATANTE.</p> <p>Para fins de apuração, serão consideradas etapas mínimas de desmobilização:</p> <ul style="list-style-type: none">a) comunicação formal da desmobilização, com indicação dos profissionais afetados, perfis envolvidos, sistemas, módulos, funcionalidades ou produtos impactados e data prevista para encerramento da alocação;b) entrega do Relatório de Encerramento ou Transferência de Desenvolvimento, contendo a situação atual da Ordem de Serviço, histórias de usuário, tarefas, bugs, débitos técnicos, incrementos, funcionalidades, pendências, impedimentos e riscos técnicos vinculados à equipe desmobilizada;c) atualização dos registros de desenvolvimento, incluindo backlog, histórias de usuário, tarefas, épicas, bugs, critérios de aceite, documentação técnica, documentação de arquitetura, documentação de APIs, scripts, pipelines, evidências de testes, atas, painéis, controles e demais artefatos sob responsabilidade da equipe desmobilizada;d) indicação objetiva das atividades concluídas, pendentes, em desenvolvimento, bloqueadas, rejeitadas, suspensas ou transferidas, com registro do estágio de execução, responsável indicado, dependências existentes e providências necessárias;e) atualização e entrega do código-fonte nos repositórios oficiais da CONTRATANTE, incluindo commits, branches, pull requests, tags, scripts de banco de dados, configurações, arquivos de infraestrutura como código, documentação de build, instruções de deploy e demais componentes necessários à continuidade do desenvolvimento;f) repasse de conhecimento técnico à equipe indicada pela CONTRATANTE ou à equipe substituta, abrangendo regras de negócio, arquitetura da solução, decisões técnicas adotadas, integrações, dependências externas, padrões de desenvolvimento, pontos críticos, débitos técnicos, riscos de implementação e orientações necessárias à continuidade das entregas; |



| | |
|--------------------------------|--|
| | <p>g) devolução de credenciais físicas, crachás, equipamentos, mídias, documentos ou outros recursos eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE;</p> <p>h) solicitação e comprovação de revogação, bloqueio ou alteração dos acessos lógicos concedidos aos profissionais desmobilizados, incluindo acessos a ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, repositórios de código, ferramentas de integração contínua, bancos de dados, ferramentas de gestão de demandas, VPN, painéis, servidores, logs e demais ativos de TIC;</p> <p>i) declaração de inexistência de retenção de informações, documentos, bases, códigos, scripts, relatórios, credenciais, artefatos, componentes, bibliotecas, instruções de configuração ou registros necessários à continuidade do desenvolvimento de software;</p> <p>j) validação, pela Fiscalização Técnica, de que a desmobilização não gerou interrupção, perda de rastreabilidade, bloqueio de continuidade, comprometimento da qualidade técnica ou impossibilidade de evolução, correção, implantação ou manutenção dos sistemas afetados.</p> <p>A etapa somente será considerada conforme quando executada integralmente, no prazo definido e com evidência validada pela Fiscalização Técnica.</p> |
| Início da Vigência | A partir da primeira desmobilização de profissional, equipe ou perfil alocado em Ordem de Serviço do eixo de desenvolvimento de software. |
| Faixas de ajustes no pagamento | <p>IRDE-D = 100%: sem desconto, com encerramento regular da alocação ou da Ordem de Serviço de desenvolvimento de software.</p> <p>$90\% \leq \text{IRDE-D} < 100\%$: desconto de 5% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de desenvolvimento de software correspondente ao período de apuração.</p> <p>$80\% \leq \text{IRDE-D} < 90\%$: desconto de 10% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de desenvolvimento de software correspondente ao período de apuração.</p> <p>$\text{IRDE-D} < 80\%$: desconto de 20% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de desenvolvimento de software correspondente ao período de apuração.</p> |
| Sanções | <p>A desmobilização sem repasse mínimo de informações, sem atualização dos artefatos de desenvolvimento, sem entrega do código-fonte nos repositórios oficiais da CONTRATANTE, sem transferência das demandas pendentes ou sem comprovação de devolução ou revogação de acessos ensejará advertência formal e retenção do recebimento definitivo da parcela afetada até a regularização das pendências.</p> <p>A reincidência em desmobilização irregular, assim considerada a ocorrência de IRDE-D inferior a 80% por 2 (duas) vezes no período de 6 (seis) meses, caracterizará falha grave de gestão da execução contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sem prejuízo das glosas financeiras aplicáveis.</p> <p>Quando a desmobilização irregular comprometer a continuidade do desenvolvimento, impedir a evolução ou correção do sistema, causar perda de rastreabilidade técnica, inviabilizar build, deploy ou homologação, gerar indisponibilidade de artefatos essenciais ou manter acessos indevidos ativos após o encerramento da alocação, a ocorrência deverá ser registrada como infração grave, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da adoção das medidas administrativas cabíveis.</p> |

Eixo de Qualidade



4.5.6. As disposições a seguir serão aplicadas às Ordens de Serviço de qualidade e testes avançados de software (Lote 2).

4.5.6.1. São indicadores relativos ao eixo de qualidade:

| INDICADOR Q1 | INDICADOR DE ATENDIMENTO DE PRAZO (IAP-Q) |
|--------------------------------|--|
| Finalidade | Assegurar que os testes de software serão executados nos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço. A apuração verifica a quantidade de testes entregues no prazo em relação ao total de testes demandados. |
| Metas a cumprir | IAP-Q igual ou superior a 90%. |
| Instrumento de medição | Deve ser aferido por meio de ferramentas de gestão de chamados/demandas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção. |
| Forma de acompanhamento | É apurada pelos fiscais a quantidade de testes atendidos dentro do prazo máximo estabelecido em relação à quantidade total de testes atendidos no período de referência. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | $IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ Onde: ΣQ_{tap} = Somatório da Quantidade de testes atendidos no prazo máximo estabelecido na OS; ΣQ_{tr} = Somatório da Quantidade total de testes registrados com previsão de encerramento no período. |
| Início da Vigência | A partir da emissão da ordem de serviço. |
| Faixas de ajustes no pagamento | $IAP \geq 90\%$: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. |
| | $IAP \geq 80\%$ e $< 90\%$: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. |
| | $IAP \geq 70\%$ e $< 80\%$: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. |
| | $IAP < 70\%$: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal. |
| Sanções | Para valor abaixo de 70%, aplicar-se-á advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo, aplicar-se-á multa de 6% do valor referente à parcela mensal apurada da Ordem de Serviço. |

| INDICADOR Q2 | INDICADOR DE CONFORMIDADES EM HOMOLOGAÇÃO (ICH) |
|--------------------------------|---|
| Finalidade | Apura a quantidade de conformidades registradas pelo usuário durante a homologação do produto (avalia a efetividade dos testes realizados pelo Lote 2). |
| Metas a cumprir | ICH igual ou superior a 90%. |
| Instrumento de medição | A CONTRATANTE informará os defeitos na ferramenta de gerenciamento de demanda ou pelos mecanismos formais de comunicação. |
| Forma de acompanhamento | É apurada pelos fiscais a quantidade de produtos entregues em conformidade aos requisitos mínimos de qualidade e requisitos funcionais no período de referência. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | $ICH = ((Q_p - Q_{pe}) / Q_p) * 100$. Onde: Q_{pe} = Quantidade de produtos entregues com erros de codificação ou requisitos não implementados que foram identificados apenas no ambiente de homologação; Q_p = Quantidade de produtos prevista na Ordem de Serviço. (Obs: Não serão considerados erros identificados e reportados previamente pela equipe de testes e que não foram ajustados pela equipe de desenvolvimento). |
| Início da Vigência | A partir da emissão da ordem de serviço. |
| Faixas de ajustes no pagamento | $ICH \geq 90\%$: sem descontos sobre o valor da fatura. |
| | $ICH \geq 80\%$ e $< 90\%$: 10% de desconto sobre o valor da fatura. |
| | $ICH \geq 70\%$ e $< 80\%$: 20% de desconto sobre o valor da fatura. |
| | $ICH < 70\%$: 30% de desconto sobre o valor da fatura. |



| | |
|---------|--|
| Sanções | Para valor abaixo de 70%, aplicar-se-á advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo, aplicar-se-á multa de 6% do valor referente à parcela mensal apurada da Ordem de Serviço. |
|---------|--|

| INDICADOR Q3 | ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO DONO DO PRODUTO - DESENVOLVIMENTO (ISDP-Q) |
|--------------------------------|--|
| Finalidade | Assegurar a qualidade na execução dos processos de entrega dos produtos (testes) em termos de satisfação das partes interessadas, segundo critérios pré-estabelecidos. |
| Metas a cumprir | ISP-Q igual ou superior a 80%. |
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço e Questionário de Avaliação do Dono do Produto (ANEXO VII). |
| Forma de acompanhamento | Avaliação periódica junto aos donos de produtos (Gestores/Fiscais do TJPA) por meio de questionário estruturado baseado em critérios e pontuações previamente definidas. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | ISP = 100 * (Pafr / Ptot). Onde: Pafr = Somatório de Pontuação aferida; Ptot = Somatório de Pontuação total máxima possível. |
| Início da Vigência | A partir da emissão da ordem de serviço. |
| Faixas de ajustes no pagamento | ISDP-Q ≥ 80%: sem descontos sobre o valor da OS. |
| | ISDP-Q ≥ 70% e < 80%: 2% de desconto sobre o valor da OS |
| | ISDP-Q ≥ 60% e < 70%: 5% de desconto sobre o valor da OS. |
| | ISDP-Q < 60%: 10% de desconto sobre o valor da OS. |
| Sanções | Para valor abaixo de 60%, aplicar-se-á advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo, aplicar-se-á multa de 6% do valor referente à parcela mensal apurada da Ordem de Serviço. |

| INDICADOR Q4 | ÍNDICE DE REGULARIDADE DA DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE (IRDE-Q) |
|-------------------------|---|
| Finalidade | Avaliar a regularidade, tempestividade e completude da desmobilização dos profissionais alocados em Ordens de Serviço do eixo de qualidade de software, assegurando a continuidade das atividades de planejamento, execução, automação, registro e validação de testes, bem como a preservação do conhecimento técnico, a atualização dos artefatos de qualidade, a transferência das demandas em andamento, a devolução ou revogação de acessos e a eliminação de pendências técnicas ao término da alocação. |
| Metas a cumprir | Índice = 100% de conformidade na desmobilização da equipe vinculada à Ordem de Serviço ou à solicitação formal de redução, substituição ou encerramento de alocação no âmbito da qualidade de software. |
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço de qualidade de software, solicitação formal de desmobilização, Plano de Desmobilização, Relatório de Encerramento ou Transferência de Qualidade, termo de repasse de atividades, matriz de rastreabilidade, planos de teste, roteiros de teste, casos de teste, evidências de execução, scripts de testes automatizados, registros de defeitos, relatórios técnicos de qualidade, massas de teste, registros em ferramentas de gestão de demandas, comprovação de devolução de credenciais físicas, comprovação de revogação ou bloqueio de acessos lógicos e manifestação da Fiscalização Técnica. |
| Forma de acompanhamento | Verificação, pela Fiscalização Técnica, do cumprimento integral das etapas de desmobilização previstas na Ordem de Serviço ou na solicitação formal da CONTRATANTE, incluindo a entrega dos artefatos de qualidade, a atualização dos registros de testes, o repasse de conhecimento técnico, a indicação das validações concluídas, pendentes ou transferidas, a devolução de credenciais físicas, a |



| | |
|----------------------|--|
| | revogação ou bloqueio de acessos lógicos e a formalização do encerramento da participação dos profissionais alocados no eixo de qualidade de software. |
| Periodicidade | Por evento de desmobilização, com consolidação mensal para fins de apuração do ANS e eventual repercussão financeira. |
| Mecanismo de Cálculo | <p>IRDE-Q = 100 x (Econformes / Eprevistas)</p> <p>Onde:</p> <p>Eprevistas = quantidade total de etapas de desmobilização exigidas para a Ordem de Serviço de qualidade de software ou para o evento de redução, substituição ou encerramento de alocação;</p> <p>Econformes = quantidade de etapas de desmobilização cumpridas integralmente, dentro do prazo e aceitas pela CONTRATANTE.</p> <p>Para fins de apuração, serão consideradas etapas mínimas de desmobilização:</p> <ul style="list-style-type: none">a) comunicação formal da desmobilização, com indicação dos profissionais afetados, perfis envolvidos, sistemas, módulos, funcionalidades, ciclos de teste ou produtos impactados e data prevista para encerramento da alocação;b) entrega do Relatório de Encerramento ou Transferência de Qualidade, contendo a situação atual da Ordem de Serviço, ciclos de teste, planos de teste, casos de teste, execuções realizadas, defeitos identificados, inconformidades abertas, pendências, impedimentos e riscos de qualidade vinculados à equipe desmobilizada;c) atualização dos registros de qualidade, incluindo matriz de rastreabilidade, planos de teste, roteiros de teste, casos de teste, evidências de execução, relatórios de defeitos, relatórios de homologação, relatórios de regressão, atas, painéis, controles, indicadores e demais artefatos sob responsabilidade da equipe desmobilizada;d) indicação objetiva das atividades de qualidade concluídas, pendentes, em execução, bloqueadas, rejeitadas, suspensas ou transferidas, com registro do estágio de execução, responsável indicado, dependências existentes e providências necessárias;e) entrega dos scripts, projetos, pipelines e demais artefatos de testes automatizados nos repositórios ou ferramentas oficiais da CONTRATANTE, incluindo instruções de execução, dependências técnicas, dados de entrada, critérios de sucesso e registros de resultados;f) entrega ou indicação controlada das massas de teste utilizadas, observadas as regras de segurança da informação, proteção de dados pessoais, anonimização, mascaramento e segregação de ambientes;g) repasse de conhecimento técnico à equipe indicada pela CONTRATANTE ou à equipe substituta, abrangendo estratégia de testes, critérios de aceite, regras de negócio críticas para validação, histórico de defeitos recorrentes, riscos de qualidade, dependências técnicas, automações existentes, procedimentos de regressão e pontos de atenção para homologação;h) devolução de credenciais físicas, crachás, equipamentos, mídias, documentos ou outros recursos eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE;i) solicitação e comprovação de revogação, bloqueio ou alteração dos acessos lógicos concedidos aos profissionais desmobilizados, incluindo acessos a ambientes de teste, desenvolvimento, homologação e produção, ferramentas de gestão de testes, ferramentas de gestão de demandas, repositórios de automação, bancos de dados, VPN, painéis, servidores, logs e demais ativos de TIC;j) declaração de inexistência de retenção de informações, documentos, bases, massas de teste, scripts, relatórios, credenciais, evidências, |



| | |
|--------------------------------|---|
| | registros de defeitos, roteiros, planos de teste ou artefatos necessários à continuidade das atividades de qualidade de software; k) validação, pela Fiscalização Técnica, de que a desmobilização não gerou interrupção, perda de rastreabilidade, bloqueio de continuidade, comprometimento da qualidade técnica, perda de evidências ou impossibilidade de execução, reexecução, auditoria, regressão ou homologação dos testes relacionados aos sistemas afetados. A etapa somente será considerada conforme quando executada integralmente, no prazo definido e com evidência validada pela Fiscalização Técnica. |
| Início da Vigência | A partir da primeira desmobilização de profissional, equipe ou perfil alocado em Ordem de Serviço do eixo de qualidade de software. |
| Faixas de ajustes no pagamento | IRDE-Q = 100%: sem desconto, com encerramento regular da alocação ou da Ordem de Serviço. |
| | $90\% \leq \text{IRDE-Q} < 100\%$: desconto de 5% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de qualidade de software correspondente ao período de apuração. |
| | $80\% \leq \text{IRDE-Q} < 90\%$: desconto de 10% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de qualidade de software correspondente ao período de apuração. |
| | $\text{IRDE-Q} < 80\%$: desconto de 20% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de qualidade de software correspondente ao período de apuração. |
| Sanções | A desmobilização sem repasse mínimo de informações, sem atualização dos artefatos de qualidade, sem entrega das evidências de teste, sem transferência das pendências de validação ou sem comprovação de devolução ou revogação de acessos ensejará advertência formal e retenção do recebimento definitivo da parcela afetada até a regularização das pendências. A reincidência em desmobilização irregular, assim considerada a ocorrência de IRDE-Q inferior a 80% por 2 (duas) vezes no período de 6 (seis) meses, caracterizará falha grave de gestão da execução contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sem prejuízo das glosas financeiras aplicáveis. Quando a desmobilização irregular comprometer a continuidade dos testes, impedir a validação independente, causar perda de rastreabilidade entre requisitos e casos de teste, inviabilizar a reexecução de testes automatizados, gerar perda de evidências de qualidade, prejudicar a homologação ou manter acessos indevidos ativos após o encerramento da alocação, a ocorrência deverá ser registrada como infração grave, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da adoção das medidas administrativas cabíveis. |

Eixo de Processos de Monitoramento e Governança

4.5.7. As disposições a seguir serão aplicadas às Ordens de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança de TIC, compreendendo atividades de acompanhamento, controle, análise, consolidação, registro, reporte, apoio à governança, apoio à fiscalização, apoio à gestão de demandas, produção de evidências, elaboração de relatórios, consolidação de indicadores e demais atividades correlatas formalmente previstas na respectiva Ordem de Serviço.

4.5.7.1. São indicadores relativos ao eixo de Processos de Monitoramento e Governança:

| INDICADOR P1 | ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO E GOVERNANÇA (IEAMG) |
|---------------------|--|
| Finalidade | Mensurar o grau de execução das atividades de monitoramento e governança de TIC previstas na Ordem de Serviço, assegurando que |



| | |
|--------------------------------|---|
| | o pagamento corresponda às atividades efetivamente concluídas, evidenciadas e aceitas pela CONTRATANTE. |
| Metas a cumprir | Índice $\geq 90\%$ de atividades concluídas e aceitas no período de apuração. |
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança de TIC, Plano de Atividades, ferramenta de gestão de demandas, Relatório Gerencial de Serviços, artefatos produzidos, registros de reuniões, painéis, planilhas, relatórios, atas, evidências documentais e demais instrumentos definidos na Ordem de Serviço. |
| Forma de acompanhamento | Aferição, pela Fiscalização Técnica, da quantidade de atividades previstas na Ordem de Serviço em relação à quantidade de atividades efetivamente concluídas, entregues com evidências suficientes e aceitas pela CONTRATANTE no período de apuração. |
| Periodicidade | Mensal, ou ao encerramento da Ordem de Serviço, quando esta possuir duração inferior a um ciclo mensal de faturamento. |
| Mecanismo de Cálculo | $IEAMG = 100 \times (Q_{aceitas} / Q_{previstas})$ Onde: $Q_{previstas}$ = quantidade total de atividades de monitoramento e governança previstas na Ordem de Serviço para o período de apuração; $Q_{aceitas}$ = quantidade de atividades de monitoramento e governança concluídas, evidenciadas e aceitas pela CONTRATANTE no período de apuração. Para fins de cálculo, somente serão consideradas aceitas as atividades que atenderem simultaneamente aos seguintes critérios: a) tenham sido formalmente previstas na Ordem de Serviço ou em replanejamento aprovado pela CONTRATANTE; b) tenham sido executadas dentro do prazo definido; c) possuam evidências objetivas de execução; d) atendam ao resultado esperado descrito na Ordem de Serviço; e) tenham sido validadas pela Fiscalização Técnica ou pelo responsável indicado pela CONTRATANTE. Atividades parcialmente executadas, sem evidência suficiente ou rejeitadas pela CONTRATANTE não serão computadas como atividades aceitas. |
| Início da Vigência | A partir da emissão da primeira Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança de TIC. |
| Faixas de ajustes no pagamento | $IEAMG \geq 90\%$: sem desconto, com pagamento integral da parcela da Ordem de Serviço correspondente ao período de apuração. $80\% \leq IEAMG < 90\%$: desconto de 10% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança correspondente ao período de apuração. $70\% \leq IEAMG < 80\%$: desconto de 20% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança correspondente ao período de apuração. $IEAMG < 70\%$: desconto de 30% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança correspondente ao período de apuração. |
| Sanções | O não atingimento do índice mínimo de 70% por 2 (dois) meses consecutivos ensejará advertência formal à CONTRATADA, sem prejuízo da glosa financeira aplicável. A permanência do índice abaixo de 70% por 3 (três) meses, consecutivos ou não, no período de 6 (seis) meses de execução contratual, caracterizará inexecução parcial reiterada da Ordem de Serviço, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa. |



| INDICADOR P2 | ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO DONO DO PRODUTO – PROCESSO DE MONITORAMENTO E GOVERNANÇA (ISDP-PMG) |
|--------------------------------|--|
| Finalidade | Assegurar a qualidade na execução das atividades de monitoramento e governança de TIC previstas em termos de satisfação das partes interessadas, segundo critérios pré-estabelecidos. |
| Metas a cumprir | ISDP-PMG igual ou superior a 80%. |
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço e Questionário de Avaliação do Dono do Produto (ANEXO VII). |
| Forma de acompanhamento | Avaliação periódica junto aos donos de produtos (Gestores/Fiscais do TJPA) por meio de questionário estruturado baseado em critérios e pontuações previamente definidas. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | ISDP-PMG = 100 * (Pafr / Ptot). Onde: Pafr = Somatório de Pontuação aferida; Ptot = Somatório de Pontuação total máxima possível. |
| Início da Vigência | A partir da emissão da ordem de serviço. |
| Faixas de ajustes no pagamento | ISDP-PMG ≥ 80%: sem descontos sobre o valor da OS. |
| | ISDP-PMG ≥ 70% e < 80%: 2% de desconto sobre o valor da OS. |
| | ISDP-PMG ≥ 60% e < 70%: 5% de desconto sobre o valor da OS. |
| | ISDP-PMG < 60%: 10% de desconto sobre o valor da OS. |
| Sanções | Para valor abaixo de 60%, aplicar-se-á advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo, aplicar-se-á multa de 6% do valor referente à parcela mensal apurada da Ordem de Serviço. |

| INDICADOR P3 | ÍNDICE DE REGULARIDADE DA DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE (IRDE-PMG) |
|-------------------------|---|
| Finalidade | Avaliar a regularidade, tempestividade e completude da desmobilização dos profissionais alocados em Ordens de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança de TIC, assegurando a continuidade administrativa, a preservação do conhecimento, a atualização das informações, a devolução de acessos e a eliminação de pendências operacionais ao término da alocação. |
| Metas a cumprir | Índice = 100% de conformidade na desmobilização da equipe vinculada à Ordem de Serviço ou à solicitação formal de redução, substituição ou encerramento de alocação. |
| Instrumento de medição | Ordem de Serviço, solicitação formal de desmobilização, Plano de Desmobilização, Relatório de Encerramento da Ordem de Serviço, termo de repasse de atividades, registro de pendências, inventário de artefatos produzidos, comprovação de devolução ou revogação de acessos, registros na ferramenta de gestão de demandas e manifestação da Fiscalização Técnica. |
| Forma de acompanhamento | Verificação, pela Fiscalização Técnica, do cumprimento integral das etapas de desmobilização previstas na Ordem de Serviço ou na solicitação formal da CONTRATANTE, incluindo a entrega dos artefatos, o repasse de conhecimento, a atualização de registros, a indicação de pendências, a devolução ou revogação de acessos e a formalização do encerramento da participação dos profissionais alocados. |
| Periodicidade | Por evento de desmobilização, com consolidação mensal para fins de apuração do ANS e eventual repercussão financeira. |
| Mecanismo de Cálculo | IRDE-PMG = 100 x (Econformes / Eprevistas) Onde: Eprevistas = quantidade total de etapas de desmobilização exigidas para a Ordem de Serviço ou para o evento de redução, substituição ou encerramento de alocação; Econformes = quantidade de etapas de desmobilização cumpridas integralmente, dentro do prazo e aceitas pela CONTRATANTE. |



| | |
|--------------------------------|--|
| | <p>Para fins de apuração, serão consideradas etapas mínimas de desmobilização:</p> <ul style="list-style-type: none">a) comunicação formal da desmobilização, com indicação dos profissionais afetados e da data de encerramento da alocação;b) entrega do relatório de encerramento da Ordem de Serviço ou do relatório de transferência de atividades;c) atualização dos registros, painéis, controles, indicadores, atas, repositórios e demais artefatos sob responsabilidade da equipe desmobilizada;d) indicação objetiva das atividades concluídas, pendentes, em andamento ou transferidas;e) repasse de conhecimento à equipe indicada pela CONTRATANTE ou à equipe substituta, quando aplicável;f) devolução de credenciais físicas, quando houver;g) solicitação e comprovação de revogação ou bloqueio dos acessos lógicos concedidos aos profissionais desmobilizados;h) declaração de inexistência de retenção de informações, documentos, bases, painéis, scripts, relatórios, credenciais ou artefatos necessários à continuidade dos processos de monitoramento e governança. <p>A etapa somente será considerada conforme quando executada integralmente, no prazo definido e com evidência validada pela Fiscalização Técnica.</p> |
| Início da Vigência | A partir da primeira desmobilização de profissional, equipe ou perfil alocado em Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança de TIC. |
| Faixas de ajustes no pagamento | <p>IRDE-PMG = 100%: sem desconto, com encerramento regular da alocação ou da Ordem de Serviço.</p> <p>$90\% \leq \text{IRDE-PMG} < 100\%$: desconto de 5% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança correspondente ao período de apuração.</p> <p>$80\% \leq \text{IRDE-PMG} < 90\%$: desconto de 10% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança correspondente ao período de apuração.</p> <p>$\text{IRDE-PMG} < 80\%$: desconto de 20% sobre o valor da parcela da Ordem de Serviço de Processos de Monitoramento e Governança correspondente ao período de apuração.</p> |
| Sanções | <p>A desmobilização sem repasse mínimo de informações, sem atualização dos artefatos ou sem comprovação de devolução ou revogação de acessos ensejará advertência formal e retenção do recebimento definitivo da parcela afetada até a regularização das pendências.</p> <p>A reincidência em desmobilização irregular, assim considerada a ocorrência de IRDE-PMG inferior a 80% por 2 (duas) vezes no período de 6 (seis) meses, caracterizará falha grave de gestão da execução contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sem prejuízo das glosas financeiras aplicáveis.</p> |

4.6. Qualificação Técnica dos Profissionais

4.6.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados, detentores de formação acadêmica e experiência compatíveis com o Perfil Profissional solicitado na Ordem de Serviço (OS), conforme detalhado no ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS deste Termo de Referência.

4.6.1.1. A qualificação técnica divide-se em três dimensões de avaliação:

4.6.1.1.1. Formação Acadêmica: Nível de escolaridade;



- 4.6.1.1.2. Experiência Profissional: Tempo de atuação comprovada na função ou tecnologia específica;
- 4.6.1.1.3. Capacitação Técnica: Certificações de mercado e cursos específicos exigidos para o perfil.
- 4.6.2. Para fins de enquadramento e remuneração, os perfis profissionais são classificados nos seguintes níveis de senioridade, salvo disposição contrária no ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS:
 - 4.6.2.1. Perfil Júnior: Profissional com formação superior (completa) e experiência comprovada mínima de 1 (um) a 3 (três) anos na atividade;
 - 4.6.2.2. Perfil Pleno: Profissional com formação superior completa e experiência comprovada mínima de 3 (três) a 5 (cinco) anos na atividade;
 - 4.6.2.3. Perfil Sênior: Profissional com formação superior completa e experiência comprovada superior a 6 (seis) anos na atividade, com capacidade de liderança técnica e tomada de decisão arquitetural.
- 4.6.3. Após a emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá encaminhar, no prazo de mobilização, os currículos (CV) e documentos comprobatórios dos profissionais indicados.
 - 4.6.3.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar Entrevista Técnica (por videoconferência) ou aplicar teste prático de nivelamento com os profissionais indicados, visando validar se o conhecimento técnico e as habilidades comportamentais (soft skills) são compatíveis com a complexidade do resultado esperado na OS.
 - 4.6.3.2. A CONTRATANTE poderá recusar, motivadamente, o profissional que não demonstrar a proficiência técnica exigida para o perfil, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de sanções por atraso no início da execução.
 - 4.6.3.3. Caso o profissional indicado para atuar em uma Ordem de Serviço já tenha atuado em outra Ordem de Serviço que foi aprovada e finalizada, sem que tenha sido substituído a pedido da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica dispensa do envio de currículo e documentos comprobatórios daquele profissional.
- 4.6.4. A comprovação da experiência dar-se-á mediante apresentação de:
 - 4.6.4.1. Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - 4.6.4.2. Contrato de Prestação de Serviços ou contrato social (para sócios);
 - 4.6.4.3. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, detalhando as atividades desempenhadas e o período.
- 4.6.4.4. Para perfis críticos (ex: Arquiteto de Software, Especialista em Segurança, DBA), a apresentação das Certificações Técnicas vigentes listadas no ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS é condição obrigatória para a aceitação do profissional.
- 4.6.5. A CONTRATADA deve garantir que a equipe se mantenha atualizada tecnicamente durante a vigência do contrato.
 - 4.6.5.1. Em caso de substituição de profissional por interesse da CONTRATADA, o novo integrante deverá possuir qualificação técnica igual ou superior ao substituído, devendo haver um período de transferência de conhecimento (overlap) de no mínimo 5 (cinco) dias úteis, custeado exclusivamente pela CONTRATADA, para garantir a continuidade do serviço sem impacto nos resultados.

4.7. Forma de recebimento e qualidade

- 4.7.1. A aferição da execução contratual considerará os critérios de aceitação técnica dos serviços, sendo o pagamento vinculado estritamente à entrega de resultados (produtos ou Níveis Mínimos de Serviço alcançados) e não pela mera disponibilidade de horas.



- 4.7.1.1. Para os serviços de desenvolvimento (Lote 1), serão considerados entregues os produtos que observem integralmente as condições de qualidade definidas como "Definição de Pronto" (código versionado, documentação validada, testes unitários e aprovação em ferramentas de análise estática).
- 4.7.2. Para subsidiar o processo de recebimento, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, o Relatório Gerencial de Serviços (RGS).
- 4.7.2.1. O RGS deverá consolidar o trabalho de todas as equipes alocadas e conter, no mínimo:
 - 4.7.2.1.1. O número e a descrição das Ordens de Serviço e chamados técnicos encerrados no período;
 - 4.7.2.1.2. A relação dos perfis profissionais alocados e as respectivas entregas;
 - 4.7.2.1.3. O cálculo preliminar dos indicadores de Níveis Mínimos de Serviço (NMS/ANS) atingidos e eventuais glosas aplicáveis;
 - 4.7.2.1.4. O detalhamento dos incidentes e problemas ocorridos no ambiente de sustentação, com indicação de causa raiz e ações preventivas tomadas.

Recebimento Provisório

- 4.7.3. O recebimento provisório dar-se-á de acordo com a natureza da atividade executada:
- 4.7.3.1. Para os serviços de Sustentação (Lote 1): O recebimento provisório ocorrerá automaticamente no momento do fechamento de cada chamado na ferramenta de gestão (ex: GLPI/Jira). O aceite poderá ser recusado pelo usuário ou fiscal, mediante a reabertura do chamado, caso seja constatado que o incidente/requisição não foi devidamente solucionado com a qualidade exigida.
- 4.7.3.2. Para os serviços sob demanda de Desenvolvimento (Lote 1) e Testes (Lote 2): Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) pelo Fiscal Técnico, mediante termo detalhado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a entrega do RGS e disponibilização dos artefatos/produtos.
- 4.7.4. Durante o interstício entre o recebimento provisório e o definitivo, a Fiscalização Técnica realizará a inspeção de qualidade, observando:
 - 4.7.4.1. Definição de Pronto (DoD): Verificação se o software entregue cumpre todos os requisitos da "Definição de Pronto" (ex: código comitado, testes unitários aprovados, ausência de vulnerabilidades críticas, documentação atualizada).
 - 4.7.4.2. Análise de Código e Segurança: Execução de ferramentas de análise estática (ex: SonarQube) para validar o Indicador de Qualidade de Código (IQC) e testes de segurança.
 - 4.7.4.3. Homologação: Testes funcionais para validar a aderência às regras de negócio.
 - 4.7.4.4. Aferição do ANS: Cálculo final dos indicadores de desempenho (Eixo de Sustentação e Eixo de Desenvolvimento) para aplicação das eventuais glosas.
- 4.7.5. Caso os serviços não atendam aos critérios de aceitação ou apresentem vícios (bugs, falhas de segurança), o objeto será rejeitado, devendo a CONTRATADA realizar as correções necessárias às suas expensas, dentro do prazo fixado pela Fiscalização, sem prejuízo das sanções por atraso.

Recebimento Definitivo

- 4.7.6. O ateste e recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP).
- 4.7.6.1. O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será emitido pelo Gestor do Contrato, após análise do RGS e validação da fiscalização técnica e administrativa, consolidando o dimensionamento do valor a ser liquidado, já descontadas as glosas por não atendimento das metas de NMS.



- 4.7.6.2. São condições para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD):
- 4.7.6.2.1. As correções solicitadas tenham sido realizadas satisfatoriamente;
 - 4.7.6.2.2. O cálculo dos Níveis de Serviço e respectivas glosas tenha sido consolidado e aceito;
 - 4.7.6.2.3. A documentação técnica e o código-fonte estejam atualizadas nos repositórios da CONTRATANTE.
- 4.7.7. Apenas após a emissão do TRD, a CONTRATADA será comunicada para proceder com a emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 4.7.7.1. A emissão da Nota Fiscal deverá ser acompanhada do TRD e do Relatório de Cálculo das Glosas, discriminando o valor bruto, as deduções por falha de nível de serviço (se houver) e o valor líquido a ser pago, vedada a emissão de fatura com valores superiores aos atestados no Recebimento Definitivo.
- 4.7.8. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas e sem ônus adicional à Administração, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução técnica.
- 4.7.8.1. O Gestor do Contrato emitirá a recusa em caso de verificação de erros ou impropriedades impeditivos, devendo a CONTRATADA promover as correções necessárias nos prazos estipulados pela Fiscalização.
- 4.7.8.2. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório, podendo os serviços serem rejeitados integralmente caso estejam em desacordo com as especificações do Termo de Referência

4.8. Forma de Pagamento

- 4.8.1. O pagamento será efetuado mensalmente, referente aos serviços efetivamente prestados, entregues e aceitos definitivamente no mês de referência.
- 4.8.1.1. O valor a ser faturado (V_{pag}) corresponderá ao somatório dos valores das Ordens de Serviço (OS) executadas e aceitas no mês de referência, deduzidos os valores correspondentes às glosas (Gans) pelo descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço (ANS).

Fórmula de Cálculo: $V_{pag} = \sum(Vos) - \sum(Gans)$

Onde:

- **V_{pag}** : Valor líquido a ser pago;
- **Vos** : Valor das Ordens de Serviço executadas e aceitas (Produtividade Aferida);
- **$Gans$** : Valor total das glosas aplicadas pelos indicadores de desempenho.

- 4.8.1.1.1. A apuração dos descontos por descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço ocorrerá de forma individualizada para cada Ordem de Serviço ou item de faturamento.
- 4.8.1.1.2. Acúmulo de Glosas: Caso a execução de uma mesma Ordem de Serviço acarrete o descumprimento de mais de um indicador de nível de serviço simultaneamente (ex: atraso na entrega somado à baixa qualidade de código), os percentuais de desconto previstos nas faixas de ajuste de cada indicador infringido serão somados.
- 4.8.1.1.3. Limite de Glosa: Caso o somatório dos percentuais de desconto apurados na respectiva Ordem de Serviço ou na fatura mensal ultrapasse 50% (cinquenta por cento), aplicar-se-á o desconto máximo (teto) de 50% sobre o valor da respectiva OS ou da fatura mensal.
- 4.8.1.1.4. A limitação da retenção cautelar ao teto de 50% visa resguardar a viabilidade material da prestação contínua, mas não isenta a CONTRATADA da obrigação de refazer ou corrigir os serviços rejeitados às suas expensas, tampouco impede a aplicação



concomitante e cumulativa das sanções administrativas (multas punitivas e moratórias) previstas em contrato.

- 4.8.2. Sobre o valor líquido a ser pago à CONTRATADA também serão deduzidas as retenções tributárias legais obrigatórias na fonte.
- 4.8.3. Por se tratar de contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, cuja remuneração está atrelada à entrega de resultados e níveis de serviço, não haverá a retenção cautelar de parcelas remuneratórias em Conta-Depósito Vinculada.
 - 4.8.3.1. Restam inaplicáveis a esta contratação as disposições da Resolução CNJ nº 651/2025, uma vez que seu escopo normativo se restringe aos contratos que envolvam a dedicação exclusiva de mão de obra (art. 1º, § 1º).
- 4.8.4. A mitigação de eventuais riscos trabalhistas e previdenciários, aplicável a todos os modelos de vinculação adotados pela licitante (inclusive para profissionais em regime remoto ou híbrido), será garantida mediante a exigência de apólice de seguro-garantia com cláusula específica para cobertura de obrigações trabalhistas, nos termos do item 6.2.6 deste Termo de Referência e do art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8.5. Sendo o modelo de prestação de serviços estritamente sob demanda, a CONTRATADA possui total autonomia gerencial sobre seus profissionais, restando a Administração isenta de responsabilidade subsidiária ou solidária quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários, cabendo ao Fiscal Administrativo apenas a exigência rotineira das certidões de regularidade fiscal e trabalhista (SICAF/CNDT) previamente a cada pagamento.
- 4.8.6. A emissão da Nota Fiscal e a autorização do pagamento ficarão condicionadas à apresentação mensal dos seguintes documentos:
 - 4.8.6.1. Relatório Gerencial de Serviços (RGS) aprovado e Termo de Recebimento Definitivo (TRD);
 - 4.8.6.2. Certidão Conjunta RFB/PGFN (Regularidade Fiscal Federal);
 - 4.8.6.3. CRF/FGTS (Regularidade do Fundo de Garantia);
 - 4.8.6.4. CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- 4.8.7. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para emitir a Nota Fiscal/Fatura Eletrônica.
 - 4.8.7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o valor bruto, devendo destacar expressamente as retenções tributárias legais e, se houver, o valor das glosas aplicadas, para fins de transparência contábil.
 - 4.8.7.2. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do número do Contrato.
- 4.8.8. Ao receber a Nota Fiscal o Gestor do Contrato terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para atestá-la e iniciar o processamento do pagamento junto à unidade responsável.
- 4.8.9. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do ateste da Nota Fiscal, condicionada à regularidade da documentação.

4.9. Manutenção e Garantia do Serviço

- 4.9.1. A CONTRATADA garantirá a qualidade, a estabilidade e a segurança dos serviços prestados e produtos entregues durante toda a vigência do Contrato e pelo período técnico estendido após o seu término ou entrega definitiva.
 - 4.9.1.1. A Garantia Técnica abrange a obrigação da CONTRATADA de corrigir, reparar, refazer ou substituir, às suas expensas e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quaisquer produtos, módulos, rotinas ou artefatos que apresentem:
 - 4.9.1.1.1. Vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
 - 4.9.1.1.2. Divergências em relação às especificações da Ordem de Serviço ou Requisitos Funcionais/Não Funcionais;



- 4.9.1.1.3. Ausência de artefatos obrigatórios (documentação, scripts de banco, testes);
- 4.9.1.1.4. Comportamentos que provoquem interrupção inesperada (falhas) ou degradação de desempenho não previstas.
- 4.9.2. O prazo de garantia técnica dos produtos de software desenvolvidos será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo da respectiva Ordem de Serviço ou Entrega.
- 4.9.2.1. A CONTRATADA deverá manter a garantia de correções críticas por um período de 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual, para cobrir vícios ocultos identificados na transição para a próxima fornecedora ou para a equipe interna.
- 4.9.3. As correções solicitadas em garantia deverão ser atendidas obedecendo aos mesmos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) e prazos de atendimento estabelecidos para os serviços de Sustentação ou Desenvolvimento Corretivo vigentes neste TR.
- 4.9.3.1. O tempo gasto pela equipe da CONTRATADA para realizar correções em garantia (refatoração de código defeituoso) não será contabilizado para fins de faturamento sendo considerado ônus da má execução.
- 4.9.4. A CONTRATADA deverá realizar, sem custo adicional, as correções de vulnerabilidades de segurança classificadas como ALTA ou CRÍTICA, identificadas por ferramentas de análise ou auditorias, desde que tais vulnerabilidades tenham sido geradas por código desenvolvido ou mantido pela própria CONTRATADA.
- 4.9.5. A garantia cessará para os artefatos, módulos ou partes do código-fonte que forem alterados ou mantidos diretamente pela equipe da CONTRATANTE ou por terceiros não autorizados pela CONTRATADA, limitando-se a perda da garantia apenas aos componentes afetados pela intervenção externa.
- 4.9.6. Caso sejam identificados defeitos críticos no período de 180 dias após o encerramento do contrato e a CONTRATADA não realize a correção, os valores correspondentes às multas ou custos de correção por terceiros poderão ser descontados da Garantia Contratual (Caução/Seguro) ainda vigente ou de faturas finais ainda não liquidadas.
- 4.9.7. Não se confundem com a Garantia Técnica as atividades de Manutenção Evolutiva (novas funcionalidades), Adaptativa (mudança de plataforma/versão de SO não prevista) ou Perfectiva, as quais serão remuneradas normalmente mediante abertura de nova Ordem de Serviço, seguindo os ritos de contagem de tamanho funcional ou esforço definidos neste TR.

5. DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 5.1.1. A fixação deste prazo inicial justifica-se pela natureza da contratação, classificada como serviço continuado de Tecnologia da Informação e Comunicação, sob demanda e mediante alocação de perfis vinculados a resultados. O período de 24 meses é tecnicamente necessário e proporcional para assegurar:
 - 5.1.1.1. A implantação ordenada e a curva de aprendizado da equipe técnica (onboarding);
 - 5.1.1.2. A estabilização do modelo operacional de fábrica de software;
 - 5.1.1.3. A avaliação consistente de desempenho e aderência aos requisitos definidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), atendendo à necessidade permanente de manutenção evolutiva, corretiva e adaptativa de sistemas críticos do TJPA.
- 5.2. Dada a caracterização do objeto como serviço contínuo essencial, a vigência poderá ser prorrogada sucessivamente, por iguais ou diferenciados períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme faculta o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.1. A prorrogação contratual não é automática e estará condicionada, a cada renovação, à instrução processual que demonstre formalmente:



- 5.2.1.1. A manutenção da necessidade pública e a disponibilidade orçamentária;
- 5.2.1.2. A vantajosidade econômica e técnica para a Administração em manter o contrato vigente em detrimento de uma nova licitação;
- 5.2.1.3. A regularidade da execução contratual e o cumprimento satisfatório dos Níveis de Serviço (ANS) pela Contratada.
- 5.2.2. Em conformidade com a Resolução CNJ nº 468/2022, o processo de prorrogação deverá ser instruído com análise detalhada do histórico da contratação, evidenciando que a continuidade da solução de TIC permanece alinhada aos objetivos estratégicos do TJPA e aos princípios de governança digital.

6. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO

- 6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade de até 90 (noventa) dias após o seu encerramento, conforme art. 8, VI, do Decreto 9.507/2018, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação ou sobre o valor da contratação.
- 6.1.1. Nas contratações de serviços com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.
- 6.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a CONTRATADA terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação ou autorização da contratação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- 6.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 6.2.2. Caso a CONTRATADA não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 6.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 6.2.5. Na hipótese de opção pela modalidade de seguro-garantia a apólice deverá prever, expressa e incondicionalmente, a cobertura das dívidas trabalhistas e previdenciárias não apenas dos profissionais alocados nas dependências do TJPA, mas de todos os profissionais que executaram as Ordens de Serviço no período vigente, incluindo aqueles atuantes em regime remoto ou híbrido.
- 6.2.6. A apólice de seguro-garantia deverá conter cláusula de retomada e assegurar a cobertura para pagamento direto ao empregado das verbas rescisórias e salariais inadimplidas em razão de falência, recuperação judicial ou abandono do contrato pela CONTRATADA, nos moldes do art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. Caso a CONTRATADA não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 6.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do TJPA, com correção monetária.



- 6.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 6.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 6.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 6.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado a CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 6.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - 6.8.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório;
 - 6.8.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 6.9. Em caso de seguro - garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da CONTRATADA, independentemente de trânsito em julgado de decisão judícia, conforme art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, I.
- 6.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 6.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 6.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
 - 6.13.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 6.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 6.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.



- 6.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 6.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 6.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 6.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 6.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 6.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

7. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS AUTORAIS

- 7.1. A CONTRATANTE, para todos os efeitos legais (Lei nº 9.609/98 e Lei nº 9.610/98), é a única e exclusiva proprietária de todos os produtos, resultados, artefatos e entregáveis desenvolvidos no âmbito deste contrato.
- 7.1.1. A CONTRATADA cede à CONTRATANTE, em caráter definitivo, universal, irrevogável e irretratável, todos os direitos patrimoniais de autor sobre:
 - 7.1.1.1. Códigos-fonte e códigos-objeto de programas de computador;
 - 7.1.1.2. Scripts de banco de dados, DDLs (Data Definition Language) e modelos de dados;
 - 7.1.1.3. Documentação técnica, manuais de usuário, especificações de requisitos e desenhos de arquitetura;
 - 7.1.1.4. Relatórios gerenciais, planos de testes e roteiros de implantação.
- 7.2. A cessão dos direitos abrange a liberdade da CONTRATANTE para, a qualquer tempo e independente de nova autorização:
 - 7.2.1. Utilizar, fruir, dispor, alterar e evoluir os softwares;
 - 7.2.2. Distribuir o código-fonte (ex: Portal do Software Público) ou licenciá-lo sob modelos de código aberto (Open Source);
 - 7.2.3. Registrar a propriedade intelectual junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em seu próprio nome.
- 7.3. É vedado à CONTRATADA:
 - 7.3.1. Utilizar os códigos-fonte, regras de negócio ou componentes customizados desenvolvidos para a CONTRATANTE em projetos de terceiros ou em produtos comerciais próprios, salvo se o componente for disponibilizado publicamente pela Administração como Open Source;
 - 7.3.2. Reter quaisquer entregáveis, senhas ou documentação sob alegação de direito autoral ou segredo de negócio para criar dependência tecnológica (Vendor Lock-in).
- 7.4. Caso a solução desenvolvida utilize componentes, frameworks ou bibliotecas de terceiros (proprietários ou Open Source), a CONTRATADA deverá:
 - 7.4.1. Garantir que o uso não viola direitos de propriedade intelectual de terceiros;
 - 7.4.2. Listar explicitamente todas as licenças utilizadas, assegurando que estas sejam compatíveis com a política de software da CONTRATANTE e não imponham restrições virais que obriguem a abertura de código sigiloso do governo (atenção às licenças Copyleft restritivas).
- 7.5. A CONTRATADA assume integral responsabilidade por eventuais reclamações ou ações judiciais movidas por terceiros alegando violação de direitos autorais, patentes ou segredos industriais decorrentes do uso dos produtos entregues, cabendo-lhe arcar com



todas as despesas de defesa e indenizações, eximindo a Administração Pública de qualquer ônus.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Obrigações da CONTRATANTE

- 8.1.1. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- 8.1.2. Permitir o acesso às dependências do TJPA, aos técnicos do fornecedor responsáveis pela execução dos serviços de garantia quando necessários;
- 8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da fornecedora;
- 8.1.4. Comunicar formalmente qualquer anormalidade referente aos serviços de garantia quando necessários;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos bens fornecidos pela fornecedora;
- 8.1.6. Realizar a instalação dos produtos e o atendimento inicial dos chamados técnicos conforme o manual de instalação fornecido pelo fabricante.
- 8.1.7. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 8.1.8. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.

8.2. Obrigações da CONTRATADA

- 8.2.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 8.2.1.1. Entregar o objeto conforme especificações, prazos e locais constantes neste Termo, bem como regras descritas no edital e seus anexos.
 - 8.2.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer previamente os contatos de e-mail e telefone de seu(s) preposto(s). Estes serão os principais canais de comunicação a serem utilizados durante a execução do contrato, devendo as partes optarem pelo uso preferencial de e-mails, para geração de registros documentais.
 - 8.2.1.3. Atender as solicitações feitas caso o suporte necessite ser acionado, cumprindo os termos do contrato;
 - 8.2.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da contratação ou gestor do contrato;
 - 8.2.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 8.2.1.6. Manter seus profissionais, quando nas dependências do CONTRATANTE, em perfeitas condições de apresentação e asseio, submetendo-os às normas internas de conduta, segurança e disciplina e à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ 351/2020, sem que se configure, com isso, qualquer vínculo empregatício com o órgão.
 - 8.2.1.7. Substituir, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem, demonstre incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do CONTRATANTE, não acate as suas determinações ou não observe às normas internas do CONTRATANTE.



- 8.2.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.2.1.10. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação direta;
- 8.2.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.2.1.12. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2.1.13. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao número da Nota de Empenho a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com a descrição do objeto, a marca, fabricante e prazo de validade.
- 8.2.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Arts. 12, 13 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990).
- 8.2.1.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 8.2.1.16. Além do contido na Lei Nº 14.133/21, são obrigações da CONTRATADA responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 8.2.1.17. É expressamente vedado à CONTRATADA repassar, descontar ou deduzir da remuneração de seus profissionais eventuais glosas financeiras, redutores por não atingimento de Níveis Mínimos de Serviço (ANS/SLA) ou descontos por rejeição de entregas aplicados pela CONTRATANTE. O risco do negócio, inclusive os prejuízos decorrentes de falhas na execução ou ineficiência, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, resguardando-se a integralidade e a irredutibilidade dos salários dos profissionais.
- 8.2.1.18. Sendo o modelo de prestação de serviços estritamente sob demanda e sem dedicação exclusiva de mão de obra, a CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção do vínculo empregatício e pelo pagamento regular dos salários de seus profissionais durante eventuais períodos de ociosidade ou hiatos sem emissão de Ordens de Serviço (OS) pelo TJPA.
- 8.2.1.19. Para assegurar a higidez financeira deste modelo e afastar a presunção de dedicação exclusiva, faculta-se expressamente à CONTRATADA alocar os mesmos profissionais na prestação de serviços para outros clientes nos períodos em que não estiverem mobilizados em Ordens de Serviço ou Sprints ativas deste Tribunal.
- 8.2.1.20. Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação, em que se verificarem incorreções resultantes do transporte ou de meios empregados.
- 8.2.1.21. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca de dúvidas quanto a procedimentos de configuração ou atualização das licenças.
- 8.2.1.22. Executar o fornecimento por meio de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que eles venham a cometer no desempenho das funções, podendo o TJPA exigir a retirada daquela cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o TJPA por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.



- 8.2.1.23. Entregar todos os produtos mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, constando no campo “observações”, o número da NOTA DE EMPENHO a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com o Termo de Referência.
- 8.2.1.24. Estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 8.2.1.25. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da contratação, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócio, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 8.2.1.26. Para resguardar a Segurança da Informação e o cumprimento da LGPD, a CONTRATADA, na figura de seu representante legal, deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo institucional (conforme Anexo deste TR), atestando a responsabilidade corporativa pela proteção dos dados do CONTRATANTE.
- 8.2.1.26.1. Adicionalmente, é obrigatória a formalização de Acordos de Confidencialidade (Non-Disclosure Agreement — NDA) ou Termos de Ciência individuais com todos os profissionais da equipe técnica alocados para a prestação dos serviços (independentemente do modelo de vinculação adotada, seja CLT, PJ ou cooperado).
- 8.2.1.26.2. A liberação de credenciais de acesso lógico (VPN, banco de dados, repositórios de código e ambientes de nuvem) para qualquer profissional da equipe ficará estritamente condicionada à entrega prévia, pelo Preposto, da cópia do respectivo NDA individual devidamente assinado pelo profissional.
- 8.2.1.26.3. Em caso de substituição ou inclusão de novos profissionais durante a execução contratual, o Preposto deverá entregar ao Fiscal do Contrato o Termo de Ciência e Confidencialidade assinado pelo novo integrante antes que este inicie suas atividades ou receba qualquer acesso aos sistemas do TJPA.
- 8.2.1.26.4. O descumprimento desta regra ou o vazamento de credenciais implicará a responsabilização solidária da CONTRATADA e do profissional envolvido, sujeitando-os às sanções administrativas, civis e criminais cabíveis.

8.3. Obrigações de AMBAS AS PARTES

- 8.3.1. As definições e obrigações desta contratação seguirão a Lei 13.709/2018 (LGPD), bem como as demais normas e leis aplicáveis à proteção de dados, especialmente as editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.
- 8.3.2. A CONTRATANTE será considerado o titular dos dados pessoais.
- 8.3.3. As partes CONTRAENTES serão consideradas agentes de tratamento com os seguintes papéis:
- 8.3.4. TRIBUNAL DE JUSTIÇA: será a controladora dos dados pessoais.
- 8.3.5. CONTRATADA: será a operadora dos dados pessoais, sendo seu dever tratá-los respeitando a finalidade da contratação.
- 8.3.6. É proibido às partes utilizar qualquer informação pessoal fornecida em decorrência da execução do contrato para fins diferentes daqueles previstos no objeto do contrato, sujeitas à responsabilização administrativa, cível e criminal.
- 8.3.7. As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente dados pessoais e sensíveis, fornecidos em decorrência da execução do contrato, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedada a transferência dessas informações a outras empresas ou pessoas, exceto em casos de obrigações legais ou para cumprir o objeto do contrato.
- 8.3.8. As partes serão responsáveis administrativa e judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares dos dados pessoais fornecidos em



decorrência da execução do contrato, por descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

- 8.3.9. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e cópia do documento de identificação.
- 8.3.10. A CONTRATADA reconhece a existência da Lei Geral de Proteção de Dados e compromete-se a ajustar todos os procedimentos internos conforme o disposto na legislação, visando proteger os dados pessoais fornecidos pelo CONTRATANTE.
- 8.3.11. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, assim como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilegal, adotando as medidas previstas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 9.1.1. O valor total estimado para a contratação, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, é de R\$ R\$ 61.016.146,51 (sessenta e um milhões, dezesseis mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos), conforme detalhamento constante neste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Ação orçamentária | 8180 (65%), 8181 (9%), 8182 (26%) |
| Fonte de recursos | 0118 |
| Elemento de despesa | 339040 |
| Exercício financeiro | 2026, 2027 e 2028 (24 meses) |

11. REAJUSTAMENTO

- 11.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em 28 de abril de 2026.
- 11.1.1. Após o interregno de 01 (um) ano, e a cada período subsequente de 12 (doze) meses, os preços unitários poderão ser reajustados visando à compensação dos efeitos das variações inflacionárias, mediante solicitação da CONTRATADA.
- 11.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.1.3. O reajuste incidirá exclusivamente sobre as parcelas remanescentes do contrato.
- 11.2. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou outro oficial que venha a substituí-lo para o setor.
- 11.2.1. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida.
- 11.2.2. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 11.2.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



- 11.3. O reajuste será formalizado por meio de Apostilamento ao Contrato, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, exceto se houver coincidência com prorrogação contratual ou outras alterações que exijam aditamento.
- 11.4. A CONTRATANTE deverá negociar com a CONTRATADA a possibilidade de não aplicar o reajuste ou aplicá-lo a menor. Devendo haver manifestação expressa da CONTRATADA acerca da aceitação dos termos da negociação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa N° 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal N° 14.133/2021.
- 12.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6° da IN N° 003/2024-GP):
 - 12.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 12.2.4. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
 - 12.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.2.6. não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 12.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 12.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
 - 12.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei N° 12.846/2013.
- 12.3. Aos licitantes ou às empresas que praticarem infrações administrativas previstas no parágrafo anterior deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:
 - 12.3.1. advertência;
 - 12.3.2. multa: moratória e/ou compensatória;
 - 12.3.3. impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 12.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
 - 12.4.2. as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5° da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
 - 12.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.4.4. os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e



- 12.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.
- 12.5. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:
- 12.5.1. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.
- 12.5.1.1. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.
- 12.5.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- 12.5.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- 12.5.2.2. dar causa à inexecução total do Contrato (de seis meses a três anos);
- 12.5.2.3. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do Contrato mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- 12.5.2.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- 12.5.2.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- 12.5.2.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).
- 12.5.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:
- 12.5.3.1. aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- 12.5.3.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.5.3.3. fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.5.3.4. comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- 12.5.3.5. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 12.5.3.6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho.
- 12.5.5. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:
- 12.5.5.1. De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial do contrato;
- 12.5.5.1.1. A inexecução parcial do contrato restará configurado, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA atrasar em prazo superior a 30 (trinta) dias a entrega do objeto e está, apesar de realizada, não ocorreu em sua totalidade.
- 12.5.5.2. De 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total do contrato.



- 12.5.5.2.1. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias e a sua totalidade não for entregue.
- 12.5.5.3. Para fins de caracterização objetiva das infrações contratuais dispostas neste Termo de Referência, considera-se inexecução total do contrato (ensejando a abertura imediata de processo administrativo sancionatório para aplicação de multa compensatória máxima, declaração de inidoneidade e rescisão contratual) a completa inobservância dos critérios contratuais mínimos de qualidade, a qual restará presumida pela ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:
- 12.5.5.3.1. Incidência de glosas (descontos no faturamento por descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço) iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor faturado em um único mês de apuração;
- 12.5.5.3.2. Incidência de glosas (descontos no faturamento por descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço) iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do valor faturado por 3 (três) meses, consecutivos ou não, dentro do período de um exercício anual.
- 12.5.5.4. Verificadas as hipóteses acima, a fiscalização técnica e administrativa emitirá relatório circunstanciado apontando a inviabilidade da continuidade da prestação dos serviços, suspendendo-se o repasse de novas Ordens de Serviço (OS) à CONTRATADA até a deliberação da autoridade competente sobre a extinção da avença.
- 12.5.6. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado e aceito pela TJPA, entre outras hipóteses, em 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do produto, por dia e produto em atraso.
- 12.5.7. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a EMPRESA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas do contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.
- 12.5.8. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN Nº 003/2024-GP).

Belém, 02 de junho de 2026.

| | | |
|------------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| | | |
| Integrante Demandante | Integrante Técnico | Integrante Administrativo |



ANEXO I

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Fase da Contratação: Planejamento [] Seleção do Fornecedor [] Execução [X]

| Objetivo(s) específico do processo |
|---|
| Garantir aderência das entregas aos requisitos e prioridades institucionais |

| Risco específico do processo |
|---|
| Entregas com desalinhamento funcional ou técnico em relação às necessidades do TJPA |

| Fator de Risco / Causa | Avaliação | | | | Resposta / Tratamento |
|---|-------------------|-------------|------------------------|--|-----------------------|
| | Probabilidade [P] | Impacto [I] | Nível de risco [P x I] | Dano / Consequência | |
| Entregas com desalinhamento funcional ou técnico em relação às necessidades do TJPA | 2 | 4 | 8 | Retrabalho, atrasos e comprometimento da previsibilidade da execução | Reduzir |

| Controles | | | |
|-----------|--|-------------------------|------------------------|
| Id | Ação preventiva | Fase da contratação | Responsável |
| 1 | Definir critérios claros de priorização, aceite e validação, com ritos regulares de acompanhamento | Execução da contratação | Equipe de fiscalização |
| Id | Ação de contingência / corretiva | Fase da contratação | Responsável |
| 1 | Repriorizar backlog, ajustar escopo das demandas em curso e reforçar validações intermediárias | Execução da contratação | Equipe de fiscalização |



Fase da Contratação: Planejamento [] Seleção do Fornecedor [] Execução [X]

| Objetivo(s) específico do processo |
|--|
| Assegurar a adequada execução contratual com observância das obrigações trabalhistas pela contratada, mitigando riscos de responsabilização subsidiária da Administração e garantindo a continuidade dos serviços. |

| Risco específico do processo |
|---|
| Inadimplemento de obrigações trabalhistas relativas aos profissionais alocados em regime remoto ou híbrido, não abrangidos por conta vinculada. |

| Fator de Risco / Causa | Avaliação | | | | Resposta / Tratamento |
|--|-------------------|-------------|------------------------|--|--|
| | Probabilidade [P] | Impacto [I] | Nível de risco [P x I] | Dano / Consequência | |
| Ausência de mecanismos contratuais eficazes de garantia para cobertura de encargos trabalhistas dos profissionais alocados sem dedicação exclusiva, especialmente em regime remoto ou híbrido, associada à fragilidade econômico-financeira da contratada. | 3 | 4 | 12 | Responsabilização subsidiária do TJPA por obrigações trabalhistas inadimplidas, com geração de passivos judiciais, impacto orçamentário não previsto, prejuízo à continuidade dos serviços contratados e risco à imagem institucional. | Mitigar e transferir o risco, mediante exigência de seguro-garantia com cobertura ampliada para obrigações trabalhistas, inclusive para profissionais em regime remoto ou híbrido, aliada à intensificação dos controles de fiscalização do adimplemento trabalhista e à previsão de mecanismos contratuais de retenção e execução de garantias em caso de inadimplemento. |

| Controles | | | |
|-----------|--|-------------------------|---------------------------------------|
| Id | Ação preventiva | Fase da contratação | Responsável |
| 1 | Exigir seguro-garantia com cláusula específica para cobertura de obrigações trabalhistas, inclusive para profissionais em regime remoto ou híbrido Planejamento da contratação | Execução da contratação | Equipe de planejamento e fiscalização |
| 2 | Estabelecer rotinas de fiscalização documental periódica quanto ao adimplemento de encargos trabalhistas (FGTS, INSS e folha de pagamento) | Execução da contratação | Equipe de fiscalização |
| Id | Ação de contingência / corretiva | Fase da contratação | Responsável |



| | | | |
|---|--|-------------------------|--------------------|
| 1 | Executar a apólice de seguro-garantia em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas | Execução da contratação | Gestor do contrato |
| 2 | Promover retenção de pagamentos e adoção de medidas para substituição da contratada, assegurando a continuidade do serviço | Execução da contratação | Gestor do contrato |



ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EQUIPE TÉCNICA

- 1.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência (Lote 1 e Lote 2) deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados, cujas formações, certificações e experiências mínimas estão detalhadas nos quadros constantes neste anexo, garantindo a excelência técnica exigida para o ambiente tecnológico do TJPA.
- 1.1.1. A alocação dos profissionais de TI dar-se-á por meio de emissão de Ordem de Serviço (OS), devendo a CONTRATADA observar rigorosamente a composição da equipe solicitada e a senioridade exigida para o atendimento da demanda.

2. DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS (FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA)

- 2.1. A comprovação dos requisitos exigidos para cada perfil profissional deverá ser apresentada pela CONTRATADA no momento da alocação do profissional (resposta à Ordem de Serviço) ou no prazo estabelecido na etapa de Iniciação do Contrato.
- 2.1.1. A escolaridade será comprovada mediante apresentação de cópia simples de Diploma de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.
- 2.1.2. A experiência será comprovada mediante apresentação de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, contrato de prestação de serviços executado pelo profissional ou declaração de vínculo.
- 2.1.3. As certificações exigidas deverão estar dentro do prazo de validade. Caso uma certificação listada neste anexo seja descontinuada ou substituída pelo seu fabricante/instituição instituidora durante a vigência contratual, será aceita a nova certificação equivalente correspondente.

3. DAS HABILIDADES COMPORTAMENTAIS E AVALIAÇÃO DE PERFIL

- 3.1. Além dos conhecimentos técnicos descritos nos quadros abaixo, todos os profissionais alocados deverão possuir as seguintes habilidades comportamentais (soft skills) obrigatórias:
- 12.5.8.1.1. Comunicação oral e escrita clara e objetiva;
 - 12.5.8.1.2. Capacidade de trabalho em equipe e colaboração com a metodologia ágil;
 - 12.5.8.1.3. Proatividade na resolução de problemas; e
 - 12.5.8.1.4. Bom relacionamento interpessoal e profissional.
- 3.1.1. Os conhecimentos técnicos e as habilidades comportamentais de cada profissional serão avaliados periodicamente pela fiscalização técnica do TJPA.

4. DA VALIDAÇÃO TÉCNICA E RECUSA DE PROFISSIONAIS

- 4.1. O TJPA reserva-se o direito de realizar entrevista técnica (estruturada ou semiestruturada) com os profissionais indicados pela CONTRATADA, previamente ao início de suas atividades nas Ordens de Serviço, com o objetivo de confirmar o domínio prático dos conhecimentos exigidos para o perfil.



- 4.2. A não comprovação dos conhecimentos técnicos mínimos durante a execução das atividades, a avaliação do ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO DONO DO PRODUTO - SUSTENTAÇÃO (ISDP-S) recorrentemente insatisfatória ou a inadequação comportamental implicará na recusa imediata do profissional pelo Gestor do Contrato.
- 4.3. Em caso de recusa, desligamento ou necessidade de substituição, a CONTRATADA deverá apresentar um novo profissional com qualificação igual ou superior no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sem que isso represente suspensão de prazos ou ônus adicional ao Tribunal.

5. DO COMPARTILHAMENTO E ACÚMULO DE FUNÇÕES

- 5.1. Não será permitido que um mesmo profissional acumule perfis ou funções distintas (ex: atuar como Desenvolvedor Sênior e Líder Técnico simultaneamente) dentro da mesma Ordem de Serviço.
- 5.2. É admitido o compartilhamento de um mesmo profissional (ex: Arquiteto de Software ou DBA) para atuar em projetos ou Ordens de Serviço simultâneas dentro deste contrato, desde que autorizado pela fiscalização, garantindo que não haja comprometimento da qualidade e dos prazos das entregas.

6. QUADROS DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PERFIS

6.1. LOTE 01 - DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA

| LOTE - 01 | | ITEM - 01 | |
|---|--|---|--|
| CÓDIGO DO PERFIL | | ADADOS-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | | Administrador de Dados - Pleno | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias | |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização ou mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos na garantia da qualidade das estruturas dos metadados das soluções alinhadas aos padrões de arquitetura de dados da organização, apoio na organização da informação corporativa objeto das aplicações em desenvolvimento, na garantia da integração e na aplicação das melhores práticas de administração de dados corporativos | *Projeta modelos de dados (conceitual, lógico e físico). *Acompanha e orienta as equipes durante a modelagem de dados. *Avalia modelos de dados produzidos pelas equipes de desenvolvimento. *Apoia na busca e utilização de informações corporativas e compartilhadas. *Dissemina os conceitos das entidades representadas nos modelos de dados. *Mantém atualizados os repositórios de modelos de dados e metadados. *Propõe mudanças na arquitetura corporativa de dados. *Realiza estudos sobre a análise de impacto das alterações propostas nos modelos de dados corporativos e compartilhados. *Emite relatórios técnicos e pareceres sobre o uso dos metadados nos âmbitos conceitual e lógico. *Apoia os demais profissionais nas atividades referentes à qualidade de dados e gestão de dados mestres e de referência. *Apoia na elaboração de Vocabulário e Glossário Corporativo de Dados, metodologia de gestão e governança de dados e demais documentos relativos à gestão de dados. *Apoia na criação e manutenção de padrões e políticas para bancos de dados. | *Conhecimentos em administração de dados; *Domínio de tecnologias de bancos de dados relacionais e não relacionais (Oracle, MS SQL, MySQL, PostgreSQL e DynamoDB); *Experiência em modelagem e arquitetura de dados; *Habilidades em gestão de projetos nos modelos Tradicional e Ágil; *Experiência prática com métodos ágeis (SCRUM; SAFe); *Experiência com implementação de projeto de banco de dados; *Experiência com implementação, manutenção, monitoração e tuning de SGBDs relacionais e não relacionais; *Experiência em migrações de bases de dados entre SGBDs distintos; *Utilização de linguagem SQL e PL/SQL. | |



| | | |
|--|---|--|
| | <p>*Apoia no gerenciamento da disponibilidade e performance de banco de dados.</p> <p>*Mantém os SGBDs em funcionamento, garantindo sua estabilidade, confiabilidade e desempenho.</p> <p>*Mantém documentação completa da instalação e funcionamento dos SGBDs, inclusive topologias dos nós de clusters e sistemas de balanceamento de carga.</p> | |
| LOTE - 01 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ADADOS-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Administrador de Dados - Sênior | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos na garantia da qualidade das estruturas dos metadados das soluções alinhadas aos padrões de arquitetura de dados da organização, apoio na organização da informação corporativa objeto das aplicações em desenvolvimento, na garantia da integração e na aplicação das melhores práticas de administração de dados corporativos.</p> | <p>*Projeta modelos de dados (conceitual, lógico e físico).</p> <p>*Acompanha e orienta as equipes durante a modelagem de dados.</p> <p>*Avalia modelos de dados produzidos pelas equipes de desenvolvimento.</p> <p>*Apoia na busca e utilização de informações corporativas e compartilhadas.</p> <p>*Dissemina os conceitos das entidades representadas nos modelos de dados.</p> <p>*Mantém atualizados os repositórios de modelos de dados e metadados.</p> <p>*Propõe mudanças na arquitetura corporativa de dados.</p> <p>*Realiza estudos sobre a análise de impacto das alterações propostas nos modelos de dados corporativos e compartilhados.</p> <p>*Emite relatórios técnicos e pareceres sobre o uso dos metadados nos âmbitos conceitual e lógico.</p> <p>*Apoia os demais profissionais nas atividades referentes à qualidade de dados e gestão de dados mestres e de referência.</p> <p>*Apoia na elaboração de Vocabulário e Glossário Corporativo de Dados, metodologia de gestão e governança de dados e demais documentos relativos à gestão de dados.</p> <p>*Apoia na criação e manutenção de padrões e políticas para bancos de dados;</p> <p>*Apoia no gerenciamento da disponibilidade e performance de banco de dados;</p> <p>*Mantém os SGBDs em funcionamento, garantindo sua estabilidade, confiabilidade e desempenho;</p> <p>*Mantém documentação completa da instalação e funcionamento dos SGBDs, inclusive topologias dos nós de clusters e sistemas de balanceamento de carga.</p> | <p>*Conhecimentos em administração de dados;</p> <p>*Domínio de tecnologias de bancos de dados relacionais e não relacionais (Oracle, MS SQL, MySQL, PostgreSQL e DynamoDB);</p> <p>*Experiência em modelagem e arquitetura de dados;</p> <p>*Habilidades em gestão de projetos nos modelos Tradicional e Ágil;</p> <p>*Experiência prática com métodos ágeis (SCRUM; SAFE);</p> <p>*Experiência com implementação de projeto de banco de dados;</p> <p>*Experiência com implementação, manutenção, monitoração e tuning de SGBDs relacionais e não relacionais;</p> <p>*Experiência em migrações de bases de dados entre SGBDs distintos;</p> <p>*Utilização de linguagem SQL e PL/SQL.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 03 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ABI-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de BI - Júnior | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível</p> | <p>*Responsável pela análise de dados, desenho/modelagem de painéis e dashboards complexos para identificar tendências de negócios e de mercado;</p> <p>*Requer conhecimento em técnicas de</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> |



| | | | |
|--|--|---|---|
| <p>de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 1 (um) ano na modelagem de repositórios de dados de apoio à tomada de decisão, na implementação de processos de extração, transformação e carga de dados, no projeto e implementação de aplicações de automação e inteligência artificial, no processamento de dados massivos, na análise da qualidade de dados, na criação e evolução de painéis de business intelligence.</p> | <p>modelagem e análise de dados, plataformas analíticas, ferramentas de relatório e dashboards; *Coleta, limpa e minera dados e os transforma em informações úteis para a empresa, auxiliando na tomada de decisões; *Possui proficiência em linguagens de programação como Python e SQL, plataformas de BI, fundamentos de manuseio, limpeza, compilação, modelagem e análise de dados, além de habilidades de matemática e pensamento crítico.</p> | | <p>*Análise de requisitos funcionais, não funcionais e requisitos ágeis utilizando histórias de usuário (User Stories) ou outro artefato de requisito ágil; *Integração de dados de diferentes fontes (bancos de dados, planilhas, APIs etc.); *Elaboração de dashboards e cockpits; *Aplicar conceitos de User Experience (UX) e conceitos de usabilidade no desenvolvimento de aplicações de BI; *Domínio da linguagem SQL (DDL e DML); *Experiência exercendo atividades de construção de processos ETL; *Experiência utilizando alguma plataforma de integração de dados; *Conhecimento de metodologia ágil de desenvolvimento de software; *Vivência em projetos de DW, BI e ML; *Conhecimento em modelagem de dados (Data Warehouse e modelagem dimensional); *Conhecimento avançado em banco de dados e linguagem SQL.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 04 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ABI-02 | | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de BI - Sênior | | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias | |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos na modelagem de repositórios de dados de apoio à tomada de decisão, na implementação de processos de extração, transformação e carga de dados, no projeto e implementação de aplicações de automação e inteligência artificial, no processamento de dados massivos, na análise da qualidade de dados, na criação e evolução de painéis de business intelligence.</p> | <p>*Responsável pela análise de dados, desenho/modelagem de painéis e dashboards complexos para identificar tendências de negócios e de mercado; *Requer conhecimento em técnicas de modelagem e análise de dados, plataformas analíticas, ferramentas de relatório e dashboards; *Coleta, limpa e minera dados e os transforma em informações úteis para a empresa, auxiliando na tomada de decisões; *Possui proficiência em linguagens de programação como Python e SQL, plataformas de BI, fundamentos de manuseio, limpeza, compilação, modelagem e análise de dados, além de habilidades de matemática e pensamento crítico.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Análise de requisitos funcionais, não funcionais e requisitos ágeis utilizando histórias de usuário (User Stories) ou outro artefato de requisito ágil; *Integração de dados de diferentes fontes (bancos de dados, planilhas, APIs etc.); *Elaboração de dashboards e cockpits; *Aplicar conceitos de User Experience (UX) e conceitos de usabilidade no desenvolvimento de aplicações de BI; *Domínio da linguagem SQL (DDL e DML); *Experiência exercendo atividades de construção de processos ETL; *Experiência utilizando alguma plataforma de integração de dados; *Conhecimento de metodologia ágil de desenvolvimento de software; *Vivência em projetos de DW, BI e ML; *Conhecimento em modelagem de dados (Data Warehouse e modelagem dimensional); *Conhecimento avançado em banco de dados e linguagem SQL.</p> | |
| LOTE - 02 | ITEM - 05 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ANR-01 | | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Requisitos - Júnior | | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias | |



| | | |
|--|--|--|
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> | <p>*Desenho de solução para novos produtos e serviços, para posterior desdobramento em especificações funcionais para desenvolvimento de sistemas, com base em metodologia ágil; *Realizar pesquisas que tenham impacto na unidade de negócio e que estejam alinhadas com a estratégia da empresa; *Dar suporte ao time de design e produto para executar pesquisas exploratórias e de validação; *Gerenciar e conduzir pesquisa de usuário e desenvolvimento de conceito; *Conduzir estudos de personas e de comportamento; *Planejar, executar e consolidar pesquisas qualitativas com usuários; *Coletar, sintetizar e analisar achados de pesquisa, identificando áreas de desenvolvimento e fornecendo recomendações; *Compreender necessidades de usuários, motivações e comportamentos, transformando informações em insights e features.</p> | <p>*Experiência como analista de requisitos ou analista de negócios em projetos de construção de software utilizando práticas ágeis; *Técnicas de levantamento de requisitos; *Capacidade analítica de dados; *Conhecimento em arquitetura de microserviços e SOA; *Capacidade de definição e negociação de prazos; *Metodologias ágeis (Scrum e Kanban); *Conhecimento de processos BPM; *Gestão de backlog e definição de escopo por entrega; *Capacidade de interação com múltiplos stakeholders; *Conhecimento avançado em padrões de projetos de software (design patterns); *Conhecimento avançado em arquitetura de sistemas web; *Conhecimento avançado em experiência de usuário; *Conhecimento avançado em segurança de aplicação; *Conhecimento avançado em arquitetura de processos de negócio; *Fazer análise arquitetural de sistemas; *Provar viabilidade de conceito arquitetural de sistemas.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 06 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ANR-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Requisitos - Pleno | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos na identificação, definição e documentação de processos de negócios e de requisitos de software a serem implementados.</p> | <p>*Desenho de solução para novos produtos e serviços, para posterior desdobramento em especificações funcionais para desenvolvimento de sistemas, com base em metodologia ágil; *Realizar pesquisas que tenham impacto na unidade de negócio e que estejam alinhadas com a estratégia da empresa; *Dar suporte ao time de design e produto para executar pesquisas exploratórias e de validação; *Gerenciar e conduzir pesquisa de usuário e desenvolvimento de conceito; *Conduzir estudos de personas e de comportamento; *Planejar, executar e consolidar pesquisas qualitativas com usuários; *Coletar, sintetizar e analisar achados de pesquisa, identificando áreas de desenvolvimento e fornecendo recomendações; *Compreender necessidades de usuários, motivações e comportamentos, transformando informações em insights e features.</p> | <p>*Experiência como analista de requisitos ou analista de negócios em projetos de construção de software utilizando práticas ágeis; *Técnicas de levantamento de requisitos; *Capacidade analítica de dados; *Conhecimento em arquitetura de microserviços e SOA; *Capacidade de definição e negociação de prazos; *Metodologias ágeis (Scrum e Kanban); *Conhecimento de processos BPM; *Gestão de backlog e definição de escopo por entrega; *Capacidade de interação com múltiplos stakeholders; *Conhecimento avançado em padrões de projetos de software (design patterns); *Conhecimento avançado em arquitetura de sistemas web; *Conhecimento avançado em experiência de usuário; *Conhecimento avançado em segurança de aplicação; *Conhecimento avançado em arquitetura de processos de negócio; *Fazer análise arquitetural de sistemas; *Provar viabilidade de conceito</p> |



| | | |
|---|--|--|
| | arquitetural de sistemas. | |
| LOTE - 01 | ITEM - 07 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ANR-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Requisitos - Sênior | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 6 (seis) anos na identificação, definição e documentação de processos de negócios e de requisitos de software a serem implementados. | *Desenho de solução para novos produtos e serviços, para posterior desdobramento em especificações funcionais para desenvolvimento de sistemas, com base em metodologia ágil; *Realizar pesquisas que tenham impacto na unidade de negócio e que estejam alinhadas com a estratégia da empresa; *Dar suporte ao time de design e produto para executar pesquisas exploratórias e de validação; *Gerenciar e conduzir pesquisa de usuário e desenvolvimento de conceito; *Conduzir estudos de personas e de comportamento; *Planejar, executar e consolidar pesquisas qualitativas com usuários; *Coletar, sintetizar e analisar achados de pesquisa, identificando áreas de desenvolvimento e fornecendo recomendações; *Compreender necessidades de usuários, motivações e comportamentos, transformando informações em insights e features. | *Experiência como analista de requisitos ou analista de negócios em projetos de construção de software utilizando práticas ágeis; *Técnicas de levantamento de requisitos; *Capacidade analítica de dados; *Conhecimento em arquitetura de microserviços e SOA; *Capacidade de definição e negociação de prazos; *Metodologias ágeis (Scrum e Kanban); *Conhecimento de processos BPM; *Gestão de backlog e definição de escopo por entrega; *Capacidade de interação com múltiplos stakeholders; *Conhecimento avançado em padrões de projetos de software (design patterns); *Conhecimento avançado em arquitetura de sistemas web; *Conhecimento avançado em experiência de usuário; *Conhecimento avançado em segurança de aplicação; *Conhecimento avançado em arquitetura de processos de negócio; *Fazer análise arquitetural de sistemas; *Provar viabilidade de conceito arquitetural de sistemas. |
| LOTE - 01 | ITEM - 08 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ANPROC-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Processos | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos em processos de Tecnologia da Informação e mínima de 1 (um) ano nas atividades descritas ao lado. c) - Certificado de conclusão de curso de Power BI ou equivalente. - LGPD – Certificado em Proteção de Dados (mínimo 6h). - Certificação ou Certificado em BPM (ABPMP ou equivalente) (mínimo 20h). | • Apoiar a elaboração e atualização de políticas, normas e manuais de governança de TIC, em conformidade com diretrizes do CNJ e do TJPA; • Elaborar relatórios de conformidade e monitorar indicadores de desempenho (KPIs/SLAs) relacionados aos processos e projetos de TIC; • Apoiar auditorias internas e externas, reunindo evidências e preparando documentos de acompanhamento; • Analisar criticamente lacunas de conformidade e propor melhorias para correção; • Organizar informações, manter registros atualizados e assegurar rastreabilidade documental em processos de governança; • Apoiar a gestão de riscos de TIC, colaborando na identificação de vulnerabilidades e no acompanhamento de planos de mitigação; • Apoiar o monitoramento da execução de contratos e fornecedores de TIC, verificando indicadores de | • Capacidade analítica para identificar lacunas de conformidade e apoiar na proposição de soluções; • Organização e atenção a detalhes para garantir rastreabilidade documental e padronização de processos; • Boa comunicação escrita e verbal para elaborar relatórios técnicos, atas e pareceres; • Conhecimento em frameworks de governança (COBIT, ITIL, ISO/IEC 38500) em nível de aplicação prática; • Domínio de ferramentas de BI e monitoramento (Power BI, Tableau ou equivalentes); • Capacidade de elaborar e consolidar dashboards de acompanhamento de projetos; • Capacidade de apoiar auditorias internas e externas, reunindo evidências e consolidando informações; • Capacidade de analisar e mapear processos de TIC utilizando |



| <p>COBIT 19 (mínimo 8h). - Certificação ITIL v3 ou superior ou certificado de conclusão de curso ITIL v3 (mínimo de 20h).</p> | <p>conformidade e níveis de serviço (SLAs/OLAs);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a comunicação institucional da CGOV, elaborando atas, pautas e relatórios técnicos; • Utilizar ferramentas de BI e monitoramento (Power BI ou equivalentes) para análise e consolidação de dados; • Analisar e mapear processos de TIC utilizando ferramentas de modelagem, propondo melhorias aos processos de trabalho da instituição; • Colaborar na integração entre o Serviço de Conformidade de Processos de TIC e o Escritório de Projetos de TIC, garantindo alinhamento e padronização de práticas; • Auxiliar na disseminação de boas práticas de governança digital e no cumprimento das políticas de segurança da informação e proteção de dados (LGPD); • Apoiar a execução e monitoramento de projetos de TIC sob a ótica da governança; • Contribuir no mapeamento de riscos de projetos e na proposição de planos de ação; • Manter registros atualizados de conformidade e execução de projetos em sistemas corporativos (SEI, GLPI, Bizagi). | <p>ferramentas de modelagem, propondo melhorias aos processos de trabalho da instituição (Bizagi, MS Visio, ARIS ou similares);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aptidão para trabalhar em equipe multidisciplinar, colaborando com especialistas e gestores; • Capacidade de acompanhar e propor indicadores de desempenho (KPIs/SLAs) e preparar relatórios gerenciais; • Conhecimento em segurança da informação e proteção de dados (LGPD) em nível de conformidade; • Capacidade de apoiar na gestão de projetos de TIC, acompanhando cronogramas, escopo e indicadores; • Utilização de ferramentas de monitoramento e gestão de projetos (tais como MS Project, Redmine). |
|--|---|---|
| LOTE - 01 | ITEM – 09 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - A | Arquiteto Pleno - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias PHP.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns);</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, REST, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Plataforma GeoNode;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Análise de código: SonarQube;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> <p>*Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber;</p> <p>*Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 09 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - B | Arquiteto Pleno - ASP e .NET | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias ASP ou .NET.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns);</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em C#, ASP.NET, .NET Framework, Angular, XML, REST, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Análise de código: SonarQube;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> <p>*Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber;</p> <p>*Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
|--|---|---|
| LOTE - 01 | ITEM - 09 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - C | Arquiteto Pleno - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações utilizando tecnologias mobile.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns);</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps;</p> <p>*Conhecimento do processo de distribuição dos apps nas lojas Google Play Store e Apple Store.</p> | <p>*Conhecimento em Java, Objective-C/Swift e React Native, Ionic, Angular, Spring, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Análise de código: SonarQube;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> <p>*Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber;</p> <p>*Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 10 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - A | Arquiteto Sênior - JAVA | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | |
|---|--|---|
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns); *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços, sua aplicação e padrões;</p> | <p>*Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Análise de código: SonarQube; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; *Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber; *Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
| <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias Java.</p> | <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | |
| LOTE - 01 | ITEM - 10 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - B | Arquiteto Sênior - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns); *Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços, sua aplicação e padrões;</p> | <p>*Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, REST, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Análise de código: SonarQube; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> |
| <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias PHP.</p> | <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Containers: Kubernetes, Docker; *Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber; *Ferramentas de avaliação de performance: Jmeter.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 10 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - C | Arquiteto Sênior - ASP e .NET | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns);</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em C#, ASP.NET, .NET Framework, Angular, XML, REST, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Análise de código: SonarQube;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> <p>*Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber;</p> <p>*Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
|---|---|---|
| LOTE - 01 | ITEM - 10 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ARQSOF-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Arquiteto de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - D | Arquiteto Sênior - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de arquiteto de aplicações web utilizando tecnologias mobile.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto (Design Patterns);</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas Orientadas a Serviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps;</p> <p>*Conhecimento do processo de distribuição dos apps nas lojas Google Play Store e Apple Store.</p> | <p>*Conhecimento em Java, Objective-C/Swift e React Native, Ionic, Angular, Spring, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Análise de código: SonarQube;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> <p>*Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber;</p> <p>*Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 11 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - A | Desenvolvedor Júnior - JAVA | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | |
|--|---|--|
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Java.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps.</p> | <p>*Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 11 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - B | Desenvolvedor Júnior - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias PHP.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps.</p> | <p>*Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, REST, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 11 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - C | Desenvolvedor Júnior - PYTHON | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Python.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps.</p> | <p>*Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Celery, Leaflet, GeoServer, MapServer, OpenLayers, MapProxy/Mapnik, bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil, Nginx; *Banco de dados transacionais como PostgreSQL; *Plataforma GeoNode; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 11 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - D | Desenvolvedor Júnior - ASP e .NET. | |



| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
|---|--|---|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps. | *Conhecimento em C#, ASP.NET, .NET Framework, Angular, XML, REST, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; |
| LOTE - 01 | | |
| ITEM - 11 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - E | Desenvolvedor Júnior - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias mobile. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps. | *Conhecimento em Java, Objective-C/Swift e React Native, Ionic, Angular, Spring, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; |
| LOTE - 01 | | |
| ITEM - 11 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - F | Desenvolvedor Júnior – Especialidade em IA Generativa | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | |
|---|---|---|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando IA Generativa. | *Implementar integrações simples entre aplicações e serviços de IA generativa; *Apoiar na construção e teste de prompts para casos de uso definidos; *Auxiliar na criação de fluxos automatizados que utilizem geração de texto, classificação ou sumarização automática; *Apoiar na implementação de mecanismos básicos de validação e pós-processamento das respostas geradas; *Participar da documentação técnica das integrações de IA. | *Conhecimento básico em fundamentos de Inteligência Artificial, Machine Learning e Processamento de Linguagem Natural (PLN); *Conhecimento prático no consumo de APIs de modelos de IA generativa (LLMs), tais como serviços compatíveis com OpenAI, Azure OpenAI, Anthropic, Google ou equivalentes; *Noções de engenharia de prompts (prompt engineering), incluindo estruturação de instruções, controle de contexto e ajustes de temperatura e parâmetros; *Conhecimento básico de integração de modelos de IA com aplicações web ou APIs REST; *Noções de manipulação de dados estruturados e não estruturados para uso em pipelines de IA; *Conhecimento básico sobre vetorização de textos e uso introdutório de bases vetoriais (vector databases); *Noções de segurança da informação aplicadas ao uso de IA generativa, especialmente quanto a dados sensíveis. |
| | | |
| LOTE - 01 | | ITEM - 11 |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - G | Desenvolvedor Júnior – Especialidade em Ruby | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando a tecnologia Ruby on Rails. | *Desenvolver funcionalidades de baixa complexidade em aplicações Ruby/Rails sob supervisão técnica; *Realizar manutenção corretiva e evolutiva em módulos existentes; *Implementar APIs simples e integrações com serviços externos; *Elaborar testes unitários básicos para funcionalidades desenvolvidas; *Apoiar na documentação técnica do código e das funcionalidades implementadas. | *Conhecimento básico da linguagem Ruby e de seus conceitos fundamentais (orientação a objetos, módulos, blocos, metaprogramação básica); *Conhecimento básico do framework Ruby on Rails ou equivalente; *Conhecimento básico de desenvolvimento de aplicações web baseadas em arquitetura MVC; *Noções de integração com bancos de dados relacionais utilizando ActiveRecord ou ORM equivalente; *Conhecimento básico de consumo e desenvolvimento de APIs REST; *Noções de versionamento de código com Git; *Conhecimento básico de testes automatizados (RSpec, Minitest ou equivalentes); *Noções de segurança em aplicações web (validação de entrada, proteção contra ataques comuns como SQL Injection e XSS). |
| LOTE - 01 | | ITEM - 11 |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Júnior | |
| ESPECIALIDADE - H | Desenvolvedor Júnior – Especialidade em Front-end | |



| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
|---|--|--|
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 1 (um) ano desempenhando funções de desenvolvimento de Front-end de aplicações web.</p> | <p>*Desenvolver componentes visuais de baixa complexidade conforme especificações técnicas e de UX/UI;</p> <p>*Implementar telas e formulários integrados a APIs existentes;</p> <p>*Realizar ajustes de layout e responsividade;</p> <p>*Corrigir defeitos identificados em ambiente de testes;</p> <p>*Apoiar na documentação técnica e na organização de componentes reutilizáveis.</p> | <p>*Conhecimento básico de HTML5, CSS3 e JavaScript;</p> <p>*Conhecimento básico de frameworks ou bibliotecas front-end (ex.: React, Angular, Vue ou equivalentes);</p> <p>*Noções de consumo de APIs REST por meio de requisições HTTP;</p> <p>*Conhecimento básico de controle de versão com Git;</p> <p>*Noções de responsividade e design adaptativo;</p> <p>*Conhecimento básico de padrões de usabilidade e acessibilidade (ex.: diretrizes WCAG);</p> <p>*Noções de testes de interface e depuração em navegadores;</p> <p>*Conhecimento básico sobre integração contínua e ambientes de homologação.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - A | Desenvolvedor Pleno - JAVA | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Java.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto;</p> <p>*Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - B | Desenvolvedor Pleno - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto;</p> <p>*Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, REST, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> |



| | | |
|--|---|--|
| utilizando tecnologias PHP. | | |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - C | Desenvolvedor Pleno - PYTHON | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Python.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto;</p> <p>*Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Celery, Leaflet, GeoServer, MapServer, OpenLayers, MapProxy/Mapnik, bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil, Nginx;</p> <p>*Banco de dados transacionais como PostgreSQL;</p> <p>*Plataforma GeoNode;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - D | Desenvolvedor Pleno - ASP e .NET | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias ASP ou .NET.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimentos em padrões de projeto;</p> <p>*Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC;</p> <p>*Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços;</p> <p>*Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em C#, ASP.NET, .NET Framework, Angular, XML, REST, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap;</p> <p>*Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle;</p> <p>*Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis;</p> <p>*Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git;</p> <p>*Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven;</p> <p>*Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - E | Desenvolvedor Pleno – Especialidade em IA Generativa | |



| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
|--|---|--|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias de IA Generativa. | *Projetar e implementar soluções baseadas em IA generativa integradas aos sistemas institucionais; *Desenvolver pipelines de ingestão, vetorização e recuperação de dados para uso em RAG; *Definir estratégias de prompt engineering estruturado e reutilizável; *Implementar mecanismos de monitoramento e controle de qualidade das respostas geradas *Atuar na definição de arquitetura técnica para aplicações que utilizem IA generativa; *Apoiar a equipe na adoção de boas práticas de segurança, privacidade e conformidade no uso de IA. | *Conhecimento intermediário em arquiteturas de modelos de linguagem (LLMs), embeddings e mecanismos de atenção; *Experiência prática na implementação de soluções baseadas em Retrieval-Augmented Generation (RAG); *Experiência com bases vetoriais e indexação semântica; *Conhecimento em orquestração de fluxos de IA generativa utilizando frameworks especializados (ex.: LangChain, LlamaIndex ou equivalentes); *Experiência na criação de APIs para exposição de funcionalidades baseadas em IA; *Conhecimento de técnicas de avaliação de desempenho de modelos generativos (métricas qualitativas e quantitativas); *Conhecimento em controle de vieses e mitigação de alucinações; *Conhecimento de políticas de governança de dados e uso ético de IA. |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - F | Desenvolvedor Pleno – Especialidade em Ruby | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Ruby on Rails. | *Desenvolver e manter módulos de média complexidade em aplicações Ruby; *Projetar e implementar APIs e integrações com outros sistemas institucionais; *Refatorar código visando melhoria de desempenho, legibilidade e manutenibilidade; *Implementar testes automatizados garantindo cobertura adequada; *Apoiar na definição de padrões de desenvolvimento e revisão de código; *Atuar na análise técnica de requisitos e estimativa de esforço. | *Domínio intermediário da linguagem Ruby e do framework Ruby on Rails; *Experiência na modelagem de domínio e estruturação de aplicações web robustas em arquitetura MVC; *Experiência na criação e manutenção de APIs RESTful e integração com sistemas externos; *Conhecimento em autenticação e autorização (ex.: Devise, JWT, OAuth ou equivalentes); *Experiência em testes automatizados (unitários, integração e request specs); *Conhecimento em otimização de consultas e desempenho em bancos de dados relacionais; *Experiência com background jobs (Sidekiq, Resque ou equivalentes); *Conhecimento em containerização (Docker) e ambientes de deploy; *Conhecimento em boas práticas de segurança e proteção de dados. |
| LOTE - 01 | ITEM - 12 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - G | Desenvolvedor Pleno – Especialidade em Front-end | |



| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
|--|--|--|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento Front-end de aplicações web. | *Desenvolver e manter aplicações front-end de média complexidade; *Projetar componentes reutilizáveis e padronizados; *Implementar integrações complexas com serviços back-end; *Garantir conformidade com padrões de acessibilidade e identidade visual institucional; *Atuar na revisão de código e na melhoria contínua da base de front-end; *Apoiar na definição de padrões técnicos e boas práticas. | *Domínio intermediário de HTML5, CSS3 e JavaScript moderno (ES6+); *Experiência consolidada com frameworks front-end (React, Angular, Vue ou equivalentes); *Experiência com gerenciamento de estado (Redux, Context API, NgRx ou equivalentes); *Experiência no consumo seguro e eficiente de APIs REST e/ou GraphQL; *Conhecimento em arquitetura de aplicações front-end escaláveis; *Experiência com testes automatizados de interface (ex.: Jest, Testing Library, Cypress ou equivalentes); *Conhecimento em otimização de desempenho (lazy loading, code splitting, caching); *Conhecimento de práticas de acessibilidade digital e conformidade com padrões institucionais; *Noções de segurança no front-end (proteção contra XSS, CSRF e manipulação indevida de dados). |
| LOTE - 01 | | |
| ITEM - 12 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - H | Desenvolvedor Pleno - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias mobile. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microsserviços; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps; *Conhecimento do processo de distribuição dos apps nas lojas Google Play Store e Apple Store. | *Conhecimento em Java, Objective-C/Swift e React Native, Ionic, Angular, Spring, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; |
| LOTE - 01 | | |
| ITEM - 13 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - A | Desenvolvedor Sênior - JAVA | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Java.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps;</p> | <p>*Conhecimento em Java, Angular, Spring Boot, Spring MVC, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
|---|---|---|
| LOTE - 01 | ITEM - 13 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - B | Desenvolvedor Sênior - Python | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Python.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps;</p> | <p>*Conhecimento em Python, Django (GeoDjango), Celery, Leaflet, GeoServer, MapServer, OpenLayers, MapProxy/Mapnik, bibliotecas GDAL, OGR, Proj4, autenticação por certificação digital padrão ICP-Brasil, Nginx; *Banco de dados transacionais como PostgreSQL com extensão PostGIS; *Plataforma GeoNode; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 13 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - C | Desenvolvedor Sênior - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias PHP.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps;</p> | <p>*Conhecimento em PHP 5.x, PHP 7.x, Laravel, REST, JavaScript, HTML, CSS, API, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker;</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 13 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - D | Desenvolvedor Sênior - ASP e .NET | |



| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
|--|---|---|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps; | *Conhecimento em C#, ASP.NET, .NET Framework, Angular, XML, REST, SOAP, JavaScript, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; |
| LOTE - 01 | ITEM - 13 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - E | Desenvolvedor Sênior - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias mobile. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto; *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps; *Conhecimento do processo de distribuição dos apps nas lojas Google Play Store e Apple Store. | *Conhecimento em Java, Objective-C/Swift e React Native, Ionic, Angular, Spring, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; |
| LOTE - 01 | ITEM - 13 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | DESENV-03 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Desenvolvedor de Software - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - F | Desenvolvedor Sênior – Especialidade em IA Generativa | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | | | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|---|--|--|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | | | *Definir a arquitetura de referência para soluções institucionais baseadas em IA generativa; *Liderar tecnicamente a implementação de soluções complexas envolvendo múltiplos serviços de IA; *Estabelecer padrões técnicos de uso, segurança e monitoramento de ferramentas de IA; *Avaliar tecnicamente modelos e provedores de IA quanto a desempenho, custo, conformidade e riscos; *Apoiar a Administração na análise de viabilidade técnica e tecnológica de novos casos de uso de IA; *Conduzir revisões técnicas e orientar desenvolvedores júnior e pleno na especialidade. | | | *Conhecimento avançado em arquiteturas de modelos generativos, fine-tuning e adaptação de modelos; *Experiência em desenho de arquiteturas corporativas baseadas em IA generativa, incluindo alta disponibilidade, escalabilidade e observabilidade; *Experiência na definição de estratégias de governança, segurança e conformidade para uso de IA no setor público; *Conhecimento aprofundado em técnicas de mitigação de riscos, como controle de alucinação, validação cruzada e human-in-the-loop; *Experiência na implementação de sistemas multiagentes ou agentes autônomos baseados em LLMs; *Conhecimento de técnicas de avaliação contínua de desempenho, auditoria e rastreabilidade das decisões automatizadas; *Experiência na integração de IA generativa com sistemas legados e ambientes de missão crítica. | | |
| LOTE - 01 | | | ITEM - 13 | | | | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | | | DESENV-03 | | | | | |
| PERFIL PROFISSIONAL | | | Desenvolvedor de Software - Sênior | | | | | |
| ESPECIALIDADE - G | | | Desenvolvedor Sênior – Especialidade em Ruby | | | | | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | | | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | | | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias | | |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | | | *Definir arquitetura técnica de aplicações baseadas em Ruby; *Liderar tecnicamente o desenvolvimento de soluções complexas; *Estabelecer padrões de codificação, testes e integração contínua; *Avaliar e selecionar bibliotecas, frameworks e ferramentas complementares; *Atuar na resolução de problemas críticos de desempenho e segurança; *Orientar tecnicamente desenvolvedores Júnior e Pleno; | | | *Domínio avançado da linguagem Ruby, incluindo metaprogramação e otimização de código; Domínio avançado do framework Ruby on Rails e de suas extensões; *Experiência no desenho de arquiteturas escaláveis e resilientes baseadas em Ruby; *Experiência com microsserviços e integração entre sistemas distribuídos; *Conhecimento aprofundado em modelagem de dados e performance de aplicações; *Experiência em estratégias de cache, filas de processamento assíncrono e mensageria; *Experiência com integração contínua e entrega contínua (CI/CD); *Conhecimento avançado em segurança de aplicações web e conformidade com normas de proteção de dados; *Experiência em revisão arquitetural, definição de padrões técnicos e liderança técnica. | | |
| b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web utilizando tecnologias Ruby on Rails. | | | *Apoiar a Administração na análise de viabilidade técnica de evoluções e integrações sistêmicas. | | | | | |
| LOTE - 01 | | | ITEM - 13 | | | | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | | | DESENV-03 | | | | | |
| PERFIL PROFISSIONAL | | | Desenvolvedor de Software - Sênior | | | | | |
| ESPECIALIDADE - H | | | Desenvolvedor Sênior – Especialidade em Front-end | | | | | |



| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
|---|--|--|
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de desenvolvimento Front-end de aplicações web.</p> | <p>*Definir a arquitetura técnica das aplicações front-end;</p> <p>*Estabelecer padrões de desenvolvimento, organização de componentes e versionamento;</p> <p>*Garantir escalabilidade, segurança e desempenho das aplicações;</p> <p>*Liderar tecnicamente implementações de alta complexidade;</p> <p>*Avaliar tecnologias, frameworks e bibliotecas para adoção institucional;</p> <p>*Orientar desenvolvedores Júnior e Pleno;</p> <p>*Apoiar tecnicamente a Administração na análise de viabilidade de novas soluções de interface digital.</p> | <p>*Domínio avançado de JavaScript/TypeScript e arquiteturas modernas de front-end;</p> <p>*Experiência no desenho de arquiteturas SPA (Single Page Applications) e/ou micro front-ends;</p> <p>*Experiência na definição de design systems e bibliotecas de componentes corporativas;</p> <p>*Conhecimento avançado em performance e otimização de aplicações web;</p> <p>*Experiência com testes automatizados de ponta a ponta (E2E) e integração contínua;</p> <p>*Conhecimento aprofundado em acessibilidade digital e conformidade com normas aplicáveis ao setor público;</p> <p>*Experiência na integração de aplicações front-end com ambientes seguros e sistemas legados;</p> <p>*Conhecimento em estratégias de versionamento e deploy contínuo;</p> <p>*Experiência em revisão arquitetural e liderança técnica de times front-end.</p> |
| LOTE - 01 | | |
| ITEM - 14 | | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ESPGOV-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Especialista em Governança de TIC | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) • Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização ou mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma;</p> <p>• Pós-graduação (Especialização ou MBA) compatível com as atividades descritas nesse item. (especializações, MBAs)</p> <p>b) - Mínimo de 3 (três) anos em mapeamento, análise e melhoria de processos de TIC;</p> <p>- Mínimo de 3 (três) anos atuando em Governança de TIC;</p> <p>- Mínimo de 3 (três) anos atuando como Gerente de Projetos.;</p> <p>- Experiência com BPM (Business Process Management) e notação BPMN e ferramentas de modelagem (Bizagi, MS Visio).</p> <p>c) - Certificação ou Certificado em BPM (ABPMP ou equivalente) (mínimo 20h).</p> <p>- COBIT 19 (mínimo 8h).</p> <p>- Certificação ITIL v3 ou superior ou certificado de conclusão de curso</p> | <p>• Mapear, documentar, revisar e otimizar processos de TIC, assegurando alinhamento às normas do CNJ (Resoluções 370/2021, 446/2022, 591/2024, 615/2025) e ao Plano Estratégico de TIC do TJPA.</p> <p>• Auxiliar na revisão e atualização de políticas, normas, manuais e guias operacionais de governança de TIC, promovendo padronização, eficiência e transparência nos processos.</p> <p>• Auxiliar a coordenação e acompanhar auditorias internas e externas, conduzindo planos de ação corretivos e preventivos, além de responder tecnicamente a órgãos de controle.</p> <p>• Auxiliar a implantação e monitoramento dos modelos de gestão de riscos de TIC, integrando metodologias reconhecidas (ISO 31000, COBIT, ITIL, ISO 27005), e assegurar aderência ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) do TJPA.</p> <p>• Auxiliar o monitoramento e consolidação dos indicadores de desempenho, maturidade, riscos e níveis de serviço (KPIs, SLAs e OLAs), apresentando relatórios técnicos e executivos para a alta gestão.</p> <p>• Apoiar na gestão de contratos e fornecedores de TIC, assegurando cumprimento de SLAs, mitigação de riscos contratuais e alinhamento às melhores práticas de compliance.</p> <p>• Atuar como referência técnica para analistas e equipes de apoio,</p> | <p>• Capacidade analítica e visão sistêmica para alinhar governança de TIC às estratégias institucionais.</p> <p>• Liderança técnica para orientar analistas, assistentes e equipes multidisciplinares.</p> <p>• Apoio na tomada de decisão baseada em dados, indicadores e análise de riscos</p> <p>• Planejamento estratégico e priorização de demandas de TIC em conformidade com normativos do CNJ.</p> <p>• Comunicação clara e assertiva para elaboração de relatórios técnicos, executivos e pareceres.</p> <p>• Conhecimento avançado em frameworks de governança e gestão (COBIT, ITIL, ISO/IEC 38500, ISO 31000 e ISO 27000).</p> <p>• Domínio de metodologias de gestão de riscos, compliance e auditoria.</p> <p>• Capacidade de atuar em ambientes regulados, assegurando aderência a legislações e normas (LGPD, Res. CNJ 396/2021, Res. CNJ 591/2024, Res. CNJ 615/2025).</p> <p>• Capacidade em mapear, documentar e otimizar processos de TIC com uso de BPMN e ferramentas de gestão (Bizagi, MS Visio).</p> <p>• Proatividade na identificação de melhorias e inovação em governança digital.</p> <p>• Vivência em processos de certificação e auditoria (CMMi,</p> |



| | | |
|---|--|---|
| <p>ITIL v3 (mínimo de 20h). - LGPD – Certificado em Proteção de Dados (mínimo 6h). - Capacitação em Governança em Segurança da Informação ou correlatas (mínimo 20h). - Certificado de conclusão de curso de Power BI.</p> | <p>promovendo orientação, treinamento e disseminação da cultura de governança digital no TJPA. • Incentivar a inovação em governança de TIC, propondo melhorias baseadas em tendências nacionais e internacionais (GovTech, transformação digital, governança baseada em dados). • Participar da elaboração de painéis de BI e relatórios estratégicos, executivos e técnicos para subsidiar o planejamento, a tomada de decisão e a prestação de contas do TJPA em governança de TIC. • Auxiliar a coordenação da governança de projetos estratégicos de TIC e portfólio de projetos, assegurando alinhamento com o planejamento estratégico do TJPA. • Auxiliar na definição, implementação e monitoração de metodologias de gestão de projetos em conformidade com frameworks reconhecidos. • Elaborar relatórios executivos de acompanhamento de projetos e consolidar indicadores de portfólio. • Acompanhar o desempenho de fornecedores em projetos de TIC, verificando aderência a contratos e SLAs. • Auxiliar e referência técnica em governança de projetos, assessorando a CGOV e a SETIC em fóruns e comitês.</p> | <p>MPS.Br, ISO ou ITIL). • Fluência em ferramentas de BI, análise de dados e monitoramento (Power BI, Tableau ou equivalentes).</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 15 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | GEPRO | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Gerente de projetos de tecnologia da informação | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 8 (oito) anos na organização das atividades dos times, no monitoramento e solução de conflitos, no apoio à tomada de decisão técnica, na aplicação das melhores práticas de gerenciamento de projetos para assegurar a entrega de uma ou mais soluções em conjunto.</p> | <p>*Experiência em gestão de contratos relacionados com a prestação de serviços de Tecnologia da Informação; *Experiência em atividades de engenharia de software, em gestão de atividades de desenvolvimento e/ou sustentação de software; *Certificado Profissional Scrum Master PSM I emitido pela Scrum.org ou CSM (Certified Scrum Master) emitido pela Scrum Alliance.</p> | <p>*Garantir que as equipes de sustentação cumpram os requisitos de cobertura e disponibilidade mínima exigidos; *Apoiar os processos de indicação, seleção, alocação e desalocação de recursos gerenciados junto ao Contratado e à Contratante; *Apoiar a CONTRATANTE na solução de entraves para garantir o sucesso das atividades; *Apoiar a CONTRATANTE na gestão da sustentação; *Apoiar as equipes de sustentação no que se refere aos processos de organização de atividades; *Monitorar os times de sustentação visando à resolução de problemas e erros. Comunicar as partes envolvidas sobre o andamento de atividades desenvolvidas pelas equipes de sustentação, com transparência e de forma aberta e clara.</p> |
| LOTE - 01 | ITEM - 16 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | LDESENV | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Líder Técnico de Desenvolvimento | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | |
|---|--|---|
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimentos em padrões de projeto (Enterprise Integration Patterns, Design Patterns, SOA, Microservices Patterns); *Arquitetura de aplicações em três camadas, modelo MVC; *Conhecimentos sobre Arquiteturas de Microserviços, sua aplicação e padrões; *Conhecimento em DevOps e DevSecOps.</p> | <p>*Conhecimento em Java, PHP, Ionic, Angular, Spring Boot, Spring MVC, Node.js, XML, REST, JSON, SOAP, EJB, JMS, JavaScript, JSP, HTML, CSS, API, Web Services, Bootstrap; *Banco de dados transacionais como MySQL ou PostgreSQL, SQL Server e Oracle; *Bancos de dados NoSQL, como MongoDB e Redis; *Ferramentas de controle de versão: Subversion e Git; *Análise de código: SonarQube; *Ferramentas CI/CD: Jenkins, GitLab, Maven; *Containers: Kubernetes, Docker; *Testes funcionais e automatizados: JUnit, Selenium, Cucumber; *Ferramentas de avaliação de performance: JMeter.</p> |
| <p>b) Experiência mínima de 8 (oito) anos desempenhando funções de desenvolvimento de aplicações web.</p> | | |

6.2. LOTE 02 - TESTE E QUALIDADE

| LOTE - 02 | ITEM - 01 | |
|---|--|---|
| CÓDIGO DO PERFIL | GEPRO | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Gerente de projetos de tecnologia da informação | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 8 (oito) anos na organização das atividades dos times, no monitoramento e solução de conflitos, no apoio à tomada de decisão técnica, na aplicação das melhores práticas de gerenciamento de projetos para assegurar a entrega de uma ou mais soluções em conjunto.</p> | <p>*Experiência em gestão de contratos relacionados com a prestação de serviços de Tecnologia da Informação; *Experiência em atividades de engenharia de software, em gestão de atividades de desenvolvimento e/ou sustentação de software; *Certificado Profissional Scrum Master PSM I emitido pela Scrum.org ou CSM (Certified Scrum Master) emitido pela Scrum Alliance.</p> | <p>*Garantir que as equipes de sustentação cumpram os requisitos de cobertura e disponibilidade mínima exigidos; *Apoiar os processos de indicação, seleção, alocação e desalocação de recursos gerenciados junto ao Contratado e à Contratante; *Apoiar a CONTRATANTE na solução de entraves para garantir o sucesso das atividades; *Apoiar a CONTRATANTE na gestão da sustentação; *Apoiar as equipes de sustentação no que se refere aos processos de organização de atividades; *Monitorar os times de sustentação visando à resolução de problemas e erros. Comunicar as partes envolvidas sobre o andamento de atividades desenvolvidas pelas equipes de sustentação, com transparência e de forma aberta e clara.</p> |
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - A | Analista de Testes/Qualidade - Pleno - JAVA | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias Java.</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</p> <p>*Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</p> | <p>*Conhecimento em linguagem de programação Java, JavaScript;</p> <p>*Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</p> <p>*Conhecimento em REST Client API;</p> <p>*Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</p> |
|---|--|--|
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - B | Analista de Testes/Qualidade - Pleno - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 2 (dois) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias PHP</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</p> <p>*Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</p> | <p>*Conhecimento em linguagem de programação PHP, JavaScript;</p> <p>*Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</p> <p>*Conhecimento em REST Client API;</p> <p>*Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</p> |
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - C | Analista de Testes/Qualidade - Pleno - ASP e .NET | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| <p>a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma.</p> <p>b) Experiência mínima de 2 (dois) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET</p> | <p>*Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio;</p> <p>*Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados;</p> <p>*Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</p> | <p>*Conhecimento em linguagem de programação C#, ASP.NET;</p> <p>*Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar;</p> <p>*Conhecimento em REST Client API;</p> <p>*Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais.</p> |
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |



| | | |
|---|--|--|
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - D | Analista de Testes/Qualidade - Pleno - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias Mobile | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio; *Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. | *Conhecimento em linguagem de programação Java, Ionic, Angular, Objective-C/Swift e React Native; *Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar; *Conhecimento em REST Client API; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. |
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - E | Analista de Testes/Qualidade Pleno – Especialidade IA Generativa | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias de IA Generativa. | *Elaborar planos de teste específicos para funcionalidades baseadas em IA generativa; *Definir critérios objetivos de aceitação para respostas automatizadas; *Executar testes funcionais, exploratórios e de regressão em soluções com IA; *Validar a consistência, relevância e aderência das respostas aos requisitos definidos; *Apoiar na definição de métricas de qualidade para soluções baseadas em IA; *Registrar evidências e elaborar relatórios técnicos de não conformidade. | *Conhecimento em fundamentos de IA generativa, LLMs e pipelines baseados em RAG; *Experiência na definição de critérios de validação para respostas geradas por modelos de IA; *Conhecimento em técnicas de avaliação qualitativa e quantitativa de modelos generativos; *Experiência na elaboração de cenários de teste envolvendo prompts estruturados; *Conhecimento em testes de integração entre aplicações e APIs de IA; *Noções de identificação de vieses, alucinações e inconsistências semânticas; *Conhecimento de ferramentas de automação de testes aplicáveis a APIs e serviços; *Conhecimento em segurança da informação aplicada a dados utilizados por IA. |
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - F | Analista de Testes/Qualidade Pleno – Especialidade Ruby | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | |
|--|---|--|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Elaborar e executar planos de teste para aplicações Ruby; *Criar e manter scripts de automação de testes; *Validar regras de negócio e fluxos funcionais; *Identificar defeitos e registrar evidências técnicas; *Apoiar na análise de impacto de alterações no código. | *Experiência em testes funcionais e de integração em aplicações Ruby/Rails; *Conhecimento em frameworks de testes (RSpec, Minitest ou equivalentes); *Experiência em testes de APIs REST; *Conhecimento em testes de regressão e testes automatizados; *Noções de testes de desempenho e carga; *Conhecimento básico em segurança de aplicações web. |
| b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologia Ruby on Rails. | | |
| LOTE - 02 | ITEM - 02 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-01 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | |
| ESPECIALIDADE - G | Analista de Testes/Qualidade Pleno – Especialidade Front-end | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Elaborar e executar roteiros de teste para aplicações web; *Automatizar cenários críticos de interface; *Validar conformidade com requisitos de usabilidade e acessibilidade; *Registrar defeitos e acompanhar sua correção; *Apoiar na validação de integrações front-end/back-end. | *Experiência em testes funcionais de interfaces web; *Conhecimento em ferramentas de automação de testes de UI (Cypress, Selenium, Playwright ou equivalentes); *Conhecimento em testes de responsividade e compatibilidade entre navegadores; *Noções de testes de acessibilidade digital; *Experiência em validação de consumo de APIs pelo front-end. |
| b) Experiência mínima de 3 (três) anos desempenhando funções de testes em Front-end de aplicações web. | | |
| LOTE - 02 | ITEM - 03 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - A | Analista de Testes/Qualidade - Sênior - JAVA | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio; *Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. | *Conhecimento em linguagem de programação Java, JavaScript; *Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar; *Conhecimento em REST Client API; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. |
| b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias Java. | | |
| LOTE - 02 | ITEM - 03 | |



| | | |
|---|---|--|
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - B | Analista de Testes/Qualidade - Sênior - PHP | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias PHP. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio; *Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. | *Conhecimento em linguagem de programação PHP, JavaScript; *Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar; *Conhecimento em REST Client API; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. |
| LOTE - 02 | ITEM - 03 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - C | Analista de Testes/Qualidade - Sênior - ASP e .NET | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias ASP e .NET. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio; *Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. | *Conhecimento em linguagem de programação C#, ASP.NET; *Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar; *Conhecimento em REST Client API; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. |
| LOTE - 02 | ITEM - 03 | |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - D | Analista de Testes/Qualidade - Sênior - Mobile | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |



| | | |
|--|---|---|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Princípios e práticas de desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum, Extreme Programming (XP) e Kanban; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de requisitos; *Conhecimento de técnicas de levantamento e documentação de processos de negócio; *Conhecimento de técnicas de testes manuais e automatizados; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. | *Conhecimento em linguagem de programação Java, Ionic, Angular, Objective-C/Swift e React Native; *Conhecimento da ferramenta de automação de testes Cucumber, Selenium ou similar; *Conhecimento em REST Client API; *Conhecimento básico de modelagem de banco de dados relacionais. |
| b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias mobile. | | |

| LOTE - 02 | | ITEM - 03 | |
|--|---|--|--|
| CÓDIGO DO PERFIL | | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - E | | Analista de Testes/Qualidade Sênior – Especialidade IA Generativa | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias | |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Definir estratégia institucional de testes para soluções baseadas em IA generativa; *Estruturar métricas e indicadores de qualidade específicos para IA; *Conduzir avaliações técnicas de risco e impacto das funcionalidades automatizadas; *Validar aderência às políticas de segurança, privacidade e governança de dados; *Liderar revisões técnicas e orientar analistas plenos; *Apoiar a Administração na análise técnica de conformidade e confiabilidade das soluções de IA. | *Conhecimento avançado em avaliação de desempenho e confiabilidade de modelos generativos; *Experiência na definição de estratégias de validação contínua e monitoramento de qualidade de IA; *Experiência em testes de robustez, testes adversariais e análise de riscos; *Conhecimento em auditoria e rastreabilidade de decisões automatizadas; *Experiência na definição de critérios de governança e controle de qualidade para uso de IA no setor público; *Conhecimento em técnicas de mitigação de vieses e controle de alucinação; *Experiência na automação de testes complexos envolvendo múltiplos serviços de IA. | |
| b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologias de IA Generativa. | | | |

| LOTE - 02 | | ITEM - 03 | |
|----------------------------|---|---|--|
| CÓDIGO DO PERFIL | | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - F | | Analista de Testes/Qualidade Sênior – Especialidade Ruby | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias | |



| | | |
|--|---|---|
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Definir estratégia de testes para aplicações Ruby; *Estruturar pipelines de testes automatizados integrados a CI/CD; *Conduzir testes de carga, estresse e segurança; *Avaliar cobertura de testes e propor melhorias estruturais; *Liderar tecnicamente atividades de garantia de qualidade. | *Experiência avançada em testes automatizados e integração contínua em ambientes Ruby; *Experiência em testes de desempenho e análise de gargalos; *Conhecimento em testes de segurança de aplicações web; *Experiência na definição de estratégias de qualidade para aplicações escaláveis; *Experiência em análise de arquitetura sob a perspectiva de testabilidade. |
| b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes de aplicações web utilizando tecnologia Ruby on Rails. | | |
| LOTE - 02 | | ITEM - 03 |
| CÓDIGO DO PERFIL | ATQ-02 | |
| PERFIL PROFISSIONAL | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | |
| ESPECIALIDADE - G | Analista de Testes/Qualidade Sênior – Especialidade Front-end | |
| EXPERIÊNCIA / QUALIFICAÇÃO | CONHECIMENTO TÉCNICO - Processos e práticas | CONHECIMENTO TÉCNICO - Tecnologias |
| a) Curso superior completo na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo órgão competente para tanto no país de emissão do diploma. | *Definir estratégia de qualidade para aplicações front-end; *Estruturar arquitetura de testes automatizados de interface; *Conduzir testes de desempenho e acessibilidade; *Avaliar riscos de regressão em evoluções sistêmicas; *Orientar tecnicamente analistas plenos e apoiar decisões técnicas relacionadas à qualidade. | *Experiência avançada em automação de testes E2E; *Experiência em testes de performance de aplicações web; *Conhecimento aprofundado em acessibilidade digital e conformidade com normas aplicáveis ao setor público; *Experiência na definição de estratégias de testes para aplicações SPA e micro front-ends; *Conhecimento em integração de testes a pipelines CI/CD. |
| b) Experiência mínima de 6 (seis) anos desempenhando funções de testes Front-end de aplicações web. | | |



ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO DE REFERENCIAMENTO SALARIAL PARA OS PERFIS PROFISSIONAIS

A sustentabilidade das operações jurisdicionais no contexto contemporâneo depende intrinsecamente da robustez dos sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) enfrenta o desafio de garantir a continuidade e a modernização de ecossistemas digitais de alta criticidade.¹ Este relatório fundamenta os valores de salário-base e a definição do Fator K para os 18 perfis profissionais de TIC, visando mitigar as falhas estruturais observadas no ciclo contratual anterior.

1. Introdução e Justificativa de Eficiência

A governança de TIC no Poder Judiciário exige um equilíbrio entre economicidade e a necessidade de reter talentos altamente qualificados. O histórico do TJPA, baseado nas lições aprendidas com o Contrato 08/2021, demonstra que salários defasados resultaram em uma instabilidade operacional crônica.

A elevada rotatividade (turnover) comprometeu a continuidade dos serviços e gerou perda constante de capital intelectual, obrigando a equipe interna da SETIC a realizar retrabalhos frequentes de treinamento.¹ A nova estratégia de precificação visa inverter este ciclo, estabelecendo patamares de remuneração que permitam atrair profissionais de níveis Pleno e Sênior com capacidade de autogestão.

2. Metodologia de Precificação e Demonstrativo de Pesquisa

A definição dos valores referenciais adota o cruzamento tripartite de dados: Referencial Público (Teto), Referencial de Mercado (Realidade) e Referencial Local/Social.¹

2.1. Demonstrativo de Pesquisa Salarial (Cruzamento de Fontes)

Conforme metodologia detalhada no processo administrativo, a pesquisa salarial utilizou amostras de portais especializados e bases governamentais para validar a atratividade ¹:

- Referencial Público (Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025):** Utilizado como âncora para os tetos nacionais de perfis de desenvolvimento e sustentação de software.²
- Referencial de Mercado:** Coleta de dados em portais como Catho, Glassdoor e Salario.com.br, focando em Belém-PA e Brasília.⁴
- Referencial Local (CCT SEAC-SINELPA):** Utilizado para comparar os pisos salariais e benefícios obrigatórios na praça de Belém.

| Perfil (CBO 2124-05) | Média Portaria MGI | Média Market Scraping | CCT SEAC/SINELPA |
|--------------------------------|-------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|
| Desenvolvedor Sênior | R\$ 15.750,00 | R\$ 14.850,00 | R\$ 13.292,90 |
| Desenvolvedor Pleno | R\$ 10.713,73 | R\$ 9.800,00 | R\$ 8.442,85 |
| Desenvolvedor Júnior | R\$ 6.500,00 | R\$ 5.800,00 | R\$ 5.212,50 |

Tabela: Demonstrativo de Convergência (Médias Identificadas)



2.2. Memória de Cálculo do Salário-Base (Retro análise)

O cálculo do Salário-Base (SB) a ser oferecido pelas contratadas é derivado do Custo Unitário Mensal (CUM) estabelecido pelas portarias federais, aplicando-se a retro análise para garantir que o valor nominal suporte a retenção de talentos.

A fórmula de formação do preço unitário é:

$$CUM = SB \times K$$

Para verificar a exequibilidade do salário proposto, aplica-se a retro análise:

$$SB = \frac{CUM}{K}$$

Exemplo de Cálculo para Arquiteto de Software Sênior ⁵:

- CUM (Referência MGI): R\$ 35.971,00
- K (Fator adotado): 1,94
- SB Resultante: $35.971,00 / 1,94 = R\$18.542,27$ (valor convergente com o teto da Portaria nº 6.040/2025).⁵

3. Matriz de Correspondência e Perfis Profissionais

O mapeamento entre os perfis do Termo de Referência do TJPA e as Portarias do MGI assegura a conformidade legal e a auditabilidade dos custos.¹

| Nível | Experiência Mínima | Exigência Acadêmica | Atribuições Focais |
|--------|--------------------|---------------------|--|
| Júnior | 1 a 3 anos | Superior Completo | Codificação, testes unitários e suporte. |
| Pleno | 3 a 5 anos | Superior Completo | Design de componentes e manutenção complexa. |
| Sênior | > 6 anos | Superior Completo | Liderança técnica e decisões arquiteturais. |

4. Análise de Mercado do Fator K (Teto Prudencial)

O Fator K é o multiplicador que engloba encargos sociais, benefícios, reserva técnica e margem de lucro.¹

Após a realização de pesquisa de preços no mercado, consubstanciada no Mapa Referencial de Preços Saneado, apurou-se um Fator K de referência de 3,31. Este multiplicador foi adotado como o Teto Máximo Aceitável da licitação e deverá ser ofertado de forma única e linear por cada licitante para todos os perfis. Essa adoção de fator único e padronizado garante a isonomia técnica das propostas, resguarda o equilíbrio financeiro da Administração e inviabiliza a ocorrência de jogos de planilha.

1. [Fundamentação no Judiciário](#): O Guia do CNJ e análises do TCU (Acórdão 371/2022-TCU-Plenário) identificam que contratos de alta complexidade no Judiciário operam em um intervalo entre 1,94 e 2,85.⁸
2. [Conta Vinculada \(Resolução CNJ nº 651/2025\)](#): A exigência de retenção mensal de provisões trabalhistas em conta bloqueada (férias, 13º e FGTS) gera pressão no fluxo de caixa, exigindo que o Fator K suporte o custo financeiro da imobilização de recursos.
3. [Encargos Locais \(CCT Belém-PA\)](#): O multiplicador deve cobrir benefícios obrigatórios como



vale-alimentação (R\$ 26,70/dia) e assistência médica qualificada na praça de Belém.⁹

No mais, cabe frisar, que o teto prudencial adotado para este estudo não deverá ser confundido com o a ser estabelecido como referencial para fins de seleção de fornecedor, que será aferido através da pesquisa de preços de mercado.

4.1. Demonstrativo de Composição do Fator K Médio (Estimativa)

- **Encargos Sociais e Trabalhistas (Grupo A, B, C, D):** ~75% a 85% sobre o SB.¹
- **Benefícios (VA, VR, Planos de Saúde):** ~15% a 20%.⁹
- **Custos Indiretos e Tributos (PIS, COFINS, ISS):** ~15%.
- **Margem de Lucro e Reserva de Contingência:** ~10%.

A soma desses componentes resulta na necessidade técnica de um fator acima de 2,10, validando o teto de 3,31, após a realização de pesquisa de preços no mercado.

5. Tabela Consolidada de Preços Máximos

Apresenta-se a tabela completa com todos os perfis profissionais do Termo de Referência do TJPA. Os valores de salário-base foram extraídos e atualizados conforme a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.⁵

| Item | Perfil Profissional (TR/TJPA) | Salário-Base (SB) | Fator K (Teto) ¹ | Valor Unitário (CUM) |
|------|---------------------------------------|-------------------|-----------------------------|----------------------|
| 1 | Administrador de Dados - Pleno | R\$ 7.714,04 | 3,31 | R\$25.533,47 |
| 2 | Administrador de Dados - Sênior | R\$ 11.345,67 | 3,31 | R\$37.554,17 |
| 3 | Analista de BI - Júnior | R\$ 7.375,32 | 3,31 | R\$24.412,31 |
| 4 | Analista de BI - Sênior | R\$ 14.083,33 | 3,31 | R\$46.615,82 |
| 5 | Analista de Requisitos - Júnior | R\$ 6.567,23 | 3,31 | R\$21.737,53 |
| 6 | Analista de Requisitos - Pleno | R\$ 8.744,98 | 3,31 | R\$28.945,88 |
| 7 | Analista de Requisitos - Sênior | R\$ 11.227,93 | 3,31 | R\$37.164,45 |
| 8 | Analista de Processos ² | R\$ 9.500,00 | 3,31 | R\$31.445,00 |
| 9 | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | R\$ 7.795,75 | 3,31 | R\$25.803,93 |
| 10 | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | R\$ 11.081,16 | 3,31 | R\$36.678,64 |
| 11 | Arquiteto de Software - Pleno | R\$ 12.073,70 | 3,31 | R\$39.963,95 |
| 12 | Arquiteto de Software - Sênior | R\$ 18.542,27 | 3,31 | R\$61.374,91 |
| 13 | Desenvolvedor de Software - Júnior | R\$ 6.500,00 | 3,31 | R\$21.515,00 |
| 14 | Desenvolvedor de Software - Pleno | R\$ 10.713,73 | 3,31 | R\$35.462,45 |
| 15 | Desenvolvedor de Software - Sênior | R\$ 15.750,00 | 3,31 | R\$52.132,50 |

¹ Valor ajustado a partir da pesquisa de mercado que culminou com o Mapa de Preços Saneado, acostado aos autos do processo em 27/04/2026.

² Os salários-base dos perfis Analista de Processos e Especialista em Governança foram ajustados para manter a competitividade média de mercado, dada a ausência de correspondência direta nominal na Portaria 6.040/2025.¹



| | | | | |
|----|--|----------------------------|------|--------------|
| 16 | Especialista em Governança de TIC ¹ | R\$ 13.800,00 | 3,31 | R\$45.678,00 |
| 17 | Gerente de Projetos de TI | R\$ 15.048,00 | 3,31 | R\$49.808,88 |
| 18 | Líder Técnico de Desenvolvimento | R\$ 20.360,00 ⁴ | 3,31 | R\$67.391,60 |

Para o perfil de Líder Técnico de Desenvolvimento, este estudo fundamenta um acréscimo de 20% sobre o salário-base de referência da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, fixando-o em R\$ 20.360,00. Esta medida é tecnicamente necessária devido aos seguintes fatores:

- Criticidade do Ecossistema que suporta a atividade fim:** O Líder Técnico do TJPA é responsável pela integridade arquitetural dos sistemas que suportam a atividade jurisdicional, onde qualquer falha de liderança impacta diretamente o acesso à justiça de milhões de cidadãos.
- Custos de Substituição e Perda de Capital Intelectual:** O custo de reposição de um Líder Técnico em ambientes judiciais é estimado entre 20% e 30% do seu custo anual bruto. A perda deste perfil resulta em uma "drenagem de produtividade" catastrófica, pois ele detém o domínio das complexas regras de negócio e da arquitetura legada que garantem a celeridade processual.
- Realidade do Mercado 2026:** Dados de mercado para profissionais de "Tech Lead Sênior" em ambientes de alta disponibilidade projetam remunerações entre R\$ 18.000,00 e R\$ 26.000,00 para o regime CLT. Sem o acréscimo proposto, o TJPA ficaria posicionado no limite inferior, reativando o risco de turnover observado no Contrato 08/2021.
- Mentoria e Gestão Técnica:** O Líder é o mentor técnico de uma equipe externa de até 66 perfis, exigindo não apenas proficiência em código, mas capacidade de gestão de riscos tecnológicos e governança em conformidade com as normas do CNJ.

6. Conclusão

A adoção integral dos 18 perfis e valores referenciais deste estudo é a medida técnica necessária para romper o ciclo de alta rotatividade e perda de capital intelectual no TJPA.¹ O investimento em salários competitivos e um Fator K adequado garante o cumprimento das normas do CNJ e a estabilidade necessária para a sustentação digital da prestação jurisdicional paraense.¹¹

Referências Normativas e Fontes

- **Governo Federal:** Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 ⁵; Portaria SGD/MGI nº 750/2023.¹³
- **Conselho Nacional de Justiça (CNJ):** Resolução nº 651/2025 (Conta Vinculada) ¹⁴; Resolução nº 468/2022 (Contratações de TIC).¹²
- **Tribunal de Contas da União:** Acórdão 371/2022-TCU-Plenário (Fundamentação de Fator K).⁸
- **Normas Coletivas:** Convenção Coletiva SEAC-SINELPA 2025 (Belém-PA).⁹
- **Mercado:** Levantamento via Glassdoor, Indeed e Salario.com.br (TIC 2025/2026).⁴



Referências citadas

1. Estudo Técnico Preliminar
2. portaria sgd/mgi nº 6.040, de 11 de agosto de 2025 - Ordem Jurídica, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://www.ordemjuridica.com.br/news/portaria-sgd-mgi-no-6-040-de-11-de-agosto-de-2025>
3. New Ordinance 6,040/2025: Changes in IT hiring — Salaries, labor and oversight - YouTube, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://www.youtube.com/watch?v=T-m2PLh2KK4>
4. Analista de BI (Business Intelligence) - Salário Brasil, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://www.salario.com.br/profissao/analista-de-bi-business-intelligence/>
5. Termo de Referência - TRF6, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://portal.trf6.jus.br/wp-content/uploads/2026/02/03.TR-e-Anexos.pdf>
6. Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023 - Serviços e Informações do Brasil, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/legislacao/modelo-de-contratacao-de-servicos-de-desenvolvimento-manutencao-e-sustentacao-de-software/portaria-sgd-mgi-no-750-de-20-de-marco-de-2023>
7. Portaria Sgd-Mgi #750, de 20 de Março de 2023 - Scribd, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://pt.scribd.com/document/632986275/PORTARIA-SGD-MGI-N%C2%BA-750-DE-20-DE-MARC-O-DE-2023-PORTARIA-SGD-MGI-N%C2%BA-750-DE-20-pdf>
8. SEÇÃO I - SINJ-DF, acessado em fevereiro 18, 2026, https://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=fdee35ee-4ebc-312a-b388-b8bb592c14a5
9. Data-base: trabalhadores/as aprovam acordo coletivo de trabalho (ACT 2025/2026) - Sindicato dos Urbanitários, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://urbanitariosdopara.org/data-base-trabalhadores-as-aprovam-acordo-coletivo-de-trabalho-act-2025-2026/>
10. Resolução n. 651, de 29 de setembro de 2025 - CNJ, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6344>
11. RESOLUÇÃO Nº 651, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025. Dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, prevê - STJ, acessado em fevereiro 18, 2026, https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Res_651_2025_CNJ.pdf
12. Contratações de Soluções de TIC - Portal CNJ, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/contratacoes-de-solucoes-de-tic/>
13. Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, acessado em fevereiro 18, 2026, https://goias.gov.br/seinfra/wp-content/uploads/sites/6/2024/02/ANEXO-No-09-Portaria-SGD_MGI-no-750-de-20-de-marco-de-2023-%E2%80%94-Governo-Digital.-PE-07-2024.pdf
14. Resolução n. 651, de 29 de setembro de 2025 - JusLaboris, acessado em fevereiro 18, 2026, <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/256911>



ANEXO IV

TECNOLOGIAS EMPREGADAS NO AMBIENTE DO TJPA

| Nome do Sistema | Descrição | Tecnologias | Versão da Linguagem | Banco de Dados | Tamanho |
|---------------------------------------|---|--|---------------------|----------------|--|
| Credencia TJPA | Sistema de Credenciamento Administrativo | Java 21, PostgreSQL, Flyway, H2, Junit 5 | 21 | PostgreSQL | Sistema em fase inicial de implantação, sendo utilizado por 200 usuários atualmente com potencial de expansão de até 10x. |
| CEPs Administrativos | Serviço de CEPs - Sistemas Administrativos | Java 21, PostgreSQL, Flyway, H2, Junit 5 | 21 | PostgreSQL | API interna que responde aos sistemas administrativos, progressivamente será utilizada em todos os sistemas administrativos e deverá alcançar uma média de 50 respostas/dia. |
| Adm Estrutura Judiciária | Serviço de Estrutura Judiciária para Sistemas Administrativos | Java 21, PostgreSQL, Flyway, H2, Junit 5 | 21 | PostgreSQL | API interna que responde aos sistemas administrativos, sendo utilizada atualmente somente para cadastro de usuários externos do Sistema Credencia. |
| Adm Auth | Serviço de Autenticação para Sistemas Administrativos | Java 21, PostgreSQL, Flyway, H2, Junit 5 | 21 | PostgreSQL | API interna que responde aos sistemas administrativos, que futuramente servirá para todos os sistemas com previsão de mil acessos por dia. |
| Notificações Sistemas Administrativos | Serviço de Notificações Sistemas Administrativos | Java 21, PostgreSQL, Flyway, H2, Junit 5 | 21 | PostgreSQL | API interna que concentrará o envio de notificações dos sistemas administrativos, previsão de envio médio de 100 e-mails/dia. |
| Identifica | Sistema de heteroidentificação | Java, Vue, Quasar | 21 | PostgreSQL | Sistema em fase inicial de implantação, sendo utilizado para 20 inscrições/avaliações em média por dia. |
| Adm Reconhecimento Facial | Serviço de Reconhecimento Facial | Python | 3.7 | - | Em construção |
| PROMAG | Sistema de Promoção de Magistrados(Promag) | C#/ .Net/Core2.1 /SQL Ser. | 2.1 | SQL Server | Sistema que controla a movimentação da carreira de 400 magistrados, com uma média de 20 inscrições/avaliações por dia. |



| | | | | | |
|-----------------|--|---|--------|------------|---|
| SIGADOC | Sistema Administrativo de Documentos(SIGAD OC) | Java1.8 | 1.8 | Oracle | Sistema sendo descontinuado, utilizado apenas para consulta, com média de 50acessos/dia. |
| SISGEAC | Sistema de Gestão Acadêmica da EJPA | C#/.Net/Core2.1 /SQL Ser. | 2.1 | SQL Server | Sistema sendo descontinuado, utilizado apenas para consulta, com média de 20 acessos/dia. |
| DJe | Diário de Justiça Eletrônico | Java1.8/SOAP/ Angular.js /SpringBoot / Oracle | 1.8 | Oracle | Sistema de publicação de matérias administrativas que tem em média 100 matérias cadastradas por dia. |
| ATOS NORMATIVOS | Sistema de Atos Normativos/Administrativos | Java 1.8/Maven /Oracle | 1.8 | Oracle | Cadastro de 10 atos normativos/administrativos por dia. |
| CAPJUS | Sistema de Cadastro de Peritos e Auxiliares de Justiça | Java/Primefaces/Hibernate/ Maven/Oracle | 1.8 | Oracle | Sistema que controla o cadastro de peritos e outros auxiliares da justiça, com uma média de 50 inscrições/avaliações por dia. |
| SISGEMEC | Sistema de Gestão de Mediadores e Conciliadores | Java/Angular/ Node.js/PostGre | 1.8 | PostgreSQL | Controla cerca de 10 cadastro/avaliação de mediadores por dia. |
| Portal Externo | Portal Externo do TJPB - Itens fora do CMS | Vue.js | 2 | | Cerca de cem mil visitas por mês. |
| Portal Interno | Portal Interno do TJPB - Itens fora do CMS | Vue.js | 2 | | Cerca de vinte mil visitas por mês. |
| CMS Portal | Ferramenta de Gestão de Conteúdos do Portal Externo, Interno do TJPB e do Portal EJPA. | Java 1.6/JSF/ Primefaces/ Oracle | 1.6 | Oracle | Controla cerca de 100 cadastros de matéria/notícias por dia. |
| Portal EJPA | Sistema de Gestão Acadêmica da EJPA | Angular | | | Cerca de vinte mil visitas por mês. |
| Contatos | Sistema de Manutenção da Lista de Contatos do TJPB | Java/Spring/PostgreSQL/ Vue.js | 17 | PostgreSQL | Lista telefônica do TJPB com cerca de 800 acessos por dia. |
| Malote | Sistema de transferências documentos Malote Digital | - | | Oracle | Cerca de 500 documentos movimentados diariamente. |
| SIMPLAN | Sistema de Monitoramento de Planejamento - SIMPLAN (Gestão do Biênio) | Ruby on Rails | 3.2.13 | PostgreSQL | Cerca de 500 visitas por mês. |
| DSPACE | Sistema Repositório Virtual (Biblioteca Virtual) | Angular | | PostgreSQL | Cerca de mil visitas por mês. |



ANEXO V

DADOS VOLUMÉTRICOS DOS SISTEMAS DO TJPA

| Sistema/Serviço/Painel BI | Issues Fechadas | | | Issues Abertas |
|---------------------------------------|--|-------|--------|----------------|
| | Série Histórica Anual | Total | Média | |
| Custas Web | 2017: 10, 2018: 8, 2019: 8, 2022: 47, 2021: 24, 2024: 52, 2020: 6, 2023: 50, 2025: 39, 2026: 5 | 249 | 24,9 | 31 |
| Central Boletos API | 2020: 2, 2021: 7, 2023: 11, 2022: 1, 2024: 26, 2026: 13 | 60 | 10 | 18 |
| SIC/ArrecadacaoVendas | 2022: 177, 2019: 14, 2021: 130, 2025: 206, 2020: 8, 2023: 182, 2024: 197, 2026: 12 | 926 | 115,75 | 118 |
| Sistema de Depósito Judicial | 2017: 3, 2018: 7, 2020: 3, 2019: 1, 2024: 4, 2022: 1, 2021: 2, 2025: 6, 2023: 3 | 30 | 3,33 | 5 |
| Sistema de Pagamento de Precatórios | 2023: 13, 2024: 84, 2025: 18, 2026: 2 | 117 | 29,25 | 11 |
| Divida Ativa | 2020: 5, 2023: 4, 2021: 26, 2022: 11, 2024: 3, 2025: 2 | 51 | 8,5 | 13 |
| Divida Ativa Batch | 2021: 2, 2022: 2, 2023: 3, 2024: 2 | 9 | 2,25 | 3 |
| GDR Gestor | 2018: 3, 2019: 1, 2021: 1, 2024: 8, 2023: 1 | 14 | 2,8 | 13 |
| GDR Portal | 2023: 1, 2024: 7 | 8 | 4 | 4 |
| Protesto API | - | 0 | 0 | 32 |
| Token API | 2025: 3, 2026: 3 | 6 | 3 | 1 |
| ExtraJudicial-API | 2022: 2, 2023: 6 | 8 | 4 | 2 |
| Arrecadação Judicial | 2017: 48, 2018: 39, 2019: 45, 2022: 92, 2021: 160, 2020: 32, 2026: 23, 2023: 91, 2024: 113, 2025: 97 | 740 | 74 | 127 |
| Arrecadação Judicial Batch | 2024: 2, 2025: 5 | 7 | 3,5 | 2 |
| Arrecadação ExtraJudicial Batch | 2025: 5, 2026: 1 | 6 | 3 | 4 |
| Selo Portal | 2021: 8, 2022: 15, 2023: 8, 2025: 8, 2024: 6 | 45 | 9 | 3 |
| Selo Digital | 2020: 1, 2021: 12, 2023: 10, 2022: 6, 2024: 27, 2025: 13, 2026: 6 | 75 | 10,71 | 17 |
| banco-de-jurisprudencia-tjpa | 2023: 22, 2024: 75, 2026: 13, 2025: 17 | 127 | 31,75 | 165 |
| banco-de-prompt | 2025: 91, 2024: 5 | 96 | 48 | 75 |
| app-novoportalcertidao | 2024: 9, 2025: 19 | 28 | 14 | 257 |
| novoportalcertidao | 2024: 16, 2025: 9 | 25 | 12,5 | 99 |
| plenario-service | - | 0 | 0 | 24 |
| puj | - | 0 | 0 | 22 |
| plenariovirtual | 2019: 3, 2023: 74, 2024: 57, 2020: 20, 2022: 48, 2025: 11, 2021: 10 | 223 | 31,86 | 43 |
| libra-lite-web | 2021: 55, 2022: 66, 2023: 50, 2024: 55, 2025: 6 | 232 | 46,4 | 26 |
| promptus | - | 0 | 0 | 11 |
| central-certidoes | 2017: 2, 2018: 2, 2023: 46, 2019: 3, 2020: 2, 2022: 17, 2021: 7, 2024: 55, 2025: 19 | 153 | 17 | 45 |
| certidoes-portal | 2022: 4, 2021: 7, 2023: 5, 2024: 14, 2025: 3 | 33 | 6,6 | 25 |
| Banco de Sentença | 2024: 1 | 1 | 1 | 10 |
| Credencia TJPA | 2025: 209, 2026: 72 | 281 | 140,5 | 16 |
| CEPs Administrativos | 2026: 10 | 10 | 10 | 3 |
| Adm Estrutura Judiciaria | 2026: 8 | 8 | 8 | 3 |
| Adm Auth | 2025: 23 | 23 | 23 | 6 |
| Notificações Sistemas Administrativos | 2025: 8 | 8 | 8 | 1 |
| Identifica | 2025: 169, 2026: 93 | 262 | 131 | 9 |
| Adm Reconhecimento Facial | - | 0 | 0 | 1 |
| PROMAG | 2021: 82, 2019: 22, 2022: 106, 2024: 169, 2020: 31, 2023: 115, 2025: 86, 2026: 5 | 616 | 77 | 39 |



| | | | | |
|----------------------|---|-----|-------|----|
| SIGADOC | 2025: 1 | 1 | 1 | 0 |
| SISGEAC | 2018: 42, 2019: 16, 2020: 57, 2022: 11, 2024: 99, 2025: 32, 2021: 16, 2023: 29, 2026: 1 | 303 | 33,67 | 0 |
| DJe | 2021: 9, 2023: 32, 2024: 17, 2022: 4, 2025: 24, 2026: 7 | 93 | 15,5 | 13 |
| ATOS NORMATIVOS | 2017: 6, 2021: 13, 2018: 1, 2022: 7, 2023: 14, 2024: 2, 2026: 7, 2025: 1 | 51 | 6,38 | 8 |
| CAPJUS | 2019: 2, 2021: 1, 2023: 81, 2022: 33, 2025: 32, 2024: 54, 2026: 1 | 204 | 29,14 | 0 |
| SISGEMEC | 2020: 144, 2021: 30, 2022: 15, 2025: 7, 2023: 41, 2024: 36 | 273 | 45,5 | 0 |
| Portal Externo | 2019: 7, 2021: 19, 2023: 71, 2022: 12, 2024: 83, 2025: 81, 2026: 11 | 284 | 40,57 | 16 |
| Portal Interno | 2021: 7, 2022: 6, 2023: 16, 2024: 11, 2025: 2 | 42 | 8,4 | 0 |
| CMS Portal | 2019: 3, 2024: 23, 2023: 10, 2021: 3, 2025: 10 | 49 | 9,8 | 5 |
| Portal EJPA | 2024: 4, 2021: 1, 2023: 1, 2022: 7, 2025: 4 | 17 | 3,4 | 1 |
| Contatos | 2024: 43, 2025: 47, 2026: 3 | 93 | 31 | 0 |
| Contatos (Front-end) | 2024: 6 | 6 | 6 | 0 |
| Malote | 2023: 1, 2024: 6, 2025: 2 | 9 | 3 | 1 |
| SIMPLAN | 2023: 2 | 2 | 2 | 0 |
| SIMPLAN Relatórios | 2017: 2, 2025: 1 | 3 | 1,5 | 0 |
| DSPACE | 2023: 26, 2024: 44, 2025: 1 | 71 | 23,67 | 2 |

Fonte: Dados obtidos do GitLab Institucional em 02/03/2026.



ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA

AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA

PREGÃO Nº ____/2026

SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2026

HORÁRIO: ____ HORAS

Proposta que faz a sociedade empresária:

"AVISO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA: A coluna 'FATOR K ÚNICO (C)' destas tabelas deverá ser preenchida pela licitante com um multiplicador **ÚNICO e IDÊNTICO** para todos os itens do certame. É expressamente vedada a cotação de Fatores K variáveis entre os diferentes perfis. O Fator K único ofertado deverá **ser igual ou inferior ao teto máximo aceitável de 3,31** estabelecido pelo Tribunal. Propostas que apresentarem multiplicadores (Fatores K) distintos entre os perfis **serão desclassificadas**, conforme disposto no item 3.3.9.1 deste Termo de Referência. "

(Favor preencher somente os Lotes a que se pretende participar)

| LOTE 1 - DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|------------------|-------------------|------------------------|-----------------------------|
| Nº do ITEM | CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE MENSAL MÁXIMA (A) | SALÁRIO-BASE (B) | FATOR K ÚNICO (C) | VALOR UNITÁRIO (D=BxC) | VALOR MENSAL MÁXIMO (E=AxD) |
| 1 | ADADOS-01 | Administrador de Dados - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | | | | |
| 2 | ADADOS-02 | Administrador de Dados - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | | | | |
| 3 | ABI-01 | Analista de BI - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | | | | |
| 4 | ABI-02 | Analista de BI - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | | | | |
| 5 | ANR-01 | Analista de Requisitos - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 3 | | | | |
| 6 | ANR-02 | Analista de Requisitos - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 4 | | | | |
| 7 | ANR-03 | Analista de Requisitos - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | | | | |
| 8 | ANPROC-01 | Analista de Processos | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 3 | | | | |
| 9 | ARQSOF-01 | Arquiteto de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | | | | |
| 10 | ARQSOF-02 | Arquiteto de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | | | | |
| 11 | DESENV-01 | Desenvolvedor de Software - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 9 | | | | |



| | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|---|-------------------------------------|----|--|--|--|--|
| 12 | DESENV-02 | Desenvolvedor de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 18 | | | | |
| 13 | DESENV-03 | Desenvolvedor de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 6 | | | | |
| 14 | ESPGOV-01 | Especialista em Governança de TIC | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | | | | |
| 15 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 5 | | | | |
| 16 | LDESENV | Líder Técnico de Desenvolvimento | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | | | | |
| VALOR MENSAL ESTIMADO (F) | | | | | | | | |
| VALOR ANUAL ESTIMADO (G=Ex12) | | | | | | | | |
| FATOR K ÚNICO | | | | | | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO (H=Fx24) | | | | | | | | |

Tabela 1 – Modelo de Proposta Comercial – LOTE 1

| LOTE 2 - TESTE E QUALIDADE | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|---|-------------------------------------|------------------------------|------------------|-------------|------------------------|-----------------------------|
| Nº do ITEM | CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE MENSAL MÁXIMA (A) | SALÁRIO-BASE (B) | FATOR K (C) | VALOR UNITÁRIO (D=BxC) | VALOR MENSAL MÁXIMO (E=AxD) |
| 1 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | | | | |
| 2 | ATQ-01 | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 6 | | | | |
| 3 | ATQ-02 | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | | | | |
| VALOR MENSAL ESTIMADO (F) | | | | | | | | |
| VALOR ANUAL ESTIMADO (G=Ex12) | | | | | | | | |
| FATOR K ÚNICO | | | | | | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO (H=Fx24) | | | | | | | | |

Tabela 2 – Modelo de Proposta Comercial – LOTE 2

1. O valor total da proposta para o LOTE 1 – DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA é de R\$ _____ (valor por extenso).
2. O valor total da proposta para o LOTE 1 – DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA é de R\$ _____ (valor por extenso).

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no edital de Pregão nº ____/2023-TRE-PA, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaro pleno conhecimento de todas as condições para a prestação dos serviços objeto desta licitação estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaro também anuência quanto a todas obrigações e responsabilidades especificadas nos instrumentos convocatórios.



Declaro que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Por fim, nos propomos a fornecer os serviços de acordo com as especificações concordando com o prazo de pagamento e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (_____) dias, a contar da data de abertura da licitação (*o prazo não poderá ser inferior a 60 dias*).

| |
|--|
| DADOS DA EMPRESA |
| Razão Social: |
| CNPJ (MF) nº: |
| Endereço: |
| Cidade (UF): |
| CEP: |
| Telefone: |
| Endereço Eletrônico: |
| DADOS BANCÁRIOS |
| BANCO: |
| AGÊNCIA: |
| CONTA: |
| Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato |
| Nome: |
| CPF: |
| Cargo/Função: |
| Carteira de Identidade: Expedido por: |
| Endereço Eletrônico: |

ANEXO: Planilha de Custo e Formação de Preços, conforme modelo do Anexo XIII do Termo de Referência.

Representante da empresa
ASSINATURA ELETRÔNICA



ANEXO VII

**MODELO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DONO DO
PRODUTO**

| QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DONO DO PRODUTO | |
|---|--|
| CONTRATO nº ____/____ | Período de Referência: ____/____/____ a ____/____/____ |
| 1. Das Demandas Aprovadas | |
| 1.1. Declaro ter aprovado somente as demandas que geraram incrementos usáveis e que representam agregação de valor ao negócio da área que represento. Desse modo, informo que, do ponto de vista funcional, as seguintes demandas foram concluídas: <ul style="list-style-type: none">• Demanda A• ...• Demanda N | |
| 2. Da Avaliação de Satisfação do Dono do Produto | |
| 1 - Periodicidade de entrega de software/atividade para homologação | Entregas realizadas em período igual ou menor a 4 semanas: |
| | <input type="checkbox"/> 4 – Todas |
| | <input type="checkbox"/> 3 – Maioria |
| | <input type="checkbox"/> 2 – Metade |
| | <input type="checkbox"/> 1 – Minoria |
| | <input type="checkbox"/> 0 – Nenhuma |
| 2 - Receptividade da equipe a mudança de requisitos/diretrizes, mesmo em estágio avançado de desenvolvimento. | <input type="checkbox"/> 4 – Não houve resistência à nenhuma solicitação de mudança de requisitos |
| | <input type="checkbox"/> 3 – Não houve resistência à maioria das solicitações de mudança de requisitos |
| | <input type="checkbox"/> 2 – Não houve resistência à metade das solicitações de mudança de requisitos |
| | <input type="checkbox"/> 1 – Não houve resistência à minoria das solicitações de mudança de requisitos |
| | <input type="checkbox"/> 0 – Houve resistência a todas às solicitações de mudança de requisitos |
| 3 - Manutenção pela equipe de diálogo contínuo e eficiente com o requerente para esclarecer dúvidas e obter feedback | Eventual falta de comunicação da equipe de desenvolvimento com o PO ocasionou: |
| | <input type="checkbox"/> 4 – Nenhuma falha ou desvio |
| | <input type="checkbox"/> 3 – Falha ou desvio na minoria das entregas |
| | <input type="checkbox"/> 2 – Falha ou desvio na metade das entregas |
| | <input type="checkbox"/> 1 – Falha ou desvio na maioria das entregas |
| | <input type="checkbox"/> 0 – Falha ou desvio em todas as entregas |
| Pontuação obtida | (Valor do Item 1 + Valor do Item 2 + Valor do Item 3) |
| Pontuação máxima | 12 |
| Observação [Opcional]: | |
| 3. Da identificação do Dono do Produto | |
| Nome: | |
| Área Representada: | |
| <div><div>Assinatura do Dono do Produto</div><div>Assinatura do Fiscal Técnico</div></div> | |



ANEXO VIII

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

| ORDEM DE SERVIÇO | | | | |
|--|--|--|--|---|
| 1. IDENTIFICAÇÃO | | | | |
| Nº da OS | ___/___/___ | Data de emissão | ___/___/___ | |
| EIXO de serviço da OS | <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de Software | <input type="checkbox"/> Sustentação de Software | <input type="checkbox"/> Teste e Qualidade | <input type="checkbox"/> Processo de Monitoramento e Governança |
| Contrato nº | ___/2026 | | | |
| Contratado | | | | |
| CNPJ | | | | |
| Preposto | | | | |
| Início vigência | ___/___/___ | Fim vigência | ___/___/___ | |
| 2. ÁREA REQUISITANTE | | | | |
| Unidade | | | | |
| Solicitante | | | | |
| 3. OBJETIVO DA ORDEM DE SERVIÇO | | | | |
| | | | | |
| 4. QUANTITATIVO DE PROFISIONAIS DE TI A SEREM ALOCADOS | | | | |
| Perfil Profissional (*) | Quantidade de profissionais | Memória de cálculo do quantitativos de profissionais / Justificativa | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| 5. META DE PRODUTIVIDADE | | | | |
| | | | | |
| 6. PERÍODO DE ALOCAÇÃO | | | | |
| Prazo para alocação dos perfis | 10 dias úteis | | | |
| Data de início | ___/___/___ | | | |
| Data de encerramento | ___/___/___ | | | |
| Nº de dias corridos | ___ dias | | | |
| 7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, ENTREGÁVEIS E PRAZOS | | | | |



Incluir o cronograma de realização dos serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software incluindo as tarefas significativas e seus respectivos prazos.

8. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS

Exemplo:

Critérios mínimos de desempenho operacional da solução:

- Tempo de resposta máximo das consultas de XX ms Critérios de segurança da informação:

- Integração com autenticador XYZ

- Adoção de práticas de codificação Segura Critérios de identidade visual e usabilidade:

- Adoção do Design System XPTO

9. ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a execução dos serviços correspondentes à presente OS, no período e nos quantitativos acima identificados.

Belém-PA, xx de xxxxxxxx de xxxx

<Nome >

<Responsável pela demanda/ Fiscal Técnico>

Matrícula: <Nº da matrícula>



ANEXO IX

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, sediado na Avenida Almirante Barroso nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, com inscrição no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADO;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, o CONTRATADO poderá ter acesso a informações sigilosas do Contratante;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do Contratante;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pelo Contratado, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- I. **INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- II. **INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- III. **CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, o Contratado venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.



Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão do Contratado;
- II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – O Contratado se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do Contratante.

Parágrafo Segundo – O Contratado compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I. O Contratado deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – O Contratado obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo Contratante.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – O Contratado obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas ao Contratado, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - O Contratado, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e



- outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III. Comunicar ao Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
 - IV. Identificar as pessoas que, em nome do Contratado, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que o Contratado teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, o Contratado, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, o Contratado assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do Contratante.

Parágrafo Quarto – Ao assinar o presente instrumento, o Contratado manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. O Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades do Contratado;
- II. O Contratado deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo Contratante, todas as informações requeri das pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;
- III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;



- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para o Contratado não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para o Contratado, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrar qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O Contratante elege o foro da cidade de Belém-PA, onde está localizada a sede do Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Belém-PA, __ de _____ de 20__.

De acordo.

| CONTRATANTE | CONTRATADO |
|--|--|
| <hr/> <div><Nome> Matrícula: <Matr.></div> | <hr/> <div><Nome> <Qualificação></div> |
| TESTEMUNHAS | |
| <hr/> <div><Nome> <Qualificação></div> | <hr/> <div><Nome> <Qualificação></div> |



ANEXO X

MAPA REFERENCIAL DE PREÇOS – COMPLETO E SANEADO

| 23/04/2026 | | MAPA REFERENCIAL DE PREÇOS - COMPLETO E SANEADO | | | | | | 0006513-28.2026.8.14.0900 | | Desvio Padrão | Coef. de variaçã o % |
|--|------------------------------------|---|-------------------------------------|--|---|--|--|---------------------------|------|------------------|----------------------------|
| Item | CÓD. DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | CS-CONSFT CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA CNPJ: 83.208.454/0001-80 | STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S/A CNPJ: 58.069.360/0001-20 | VIBE DESENVOLVIMENTO E SERVICOS DE COMPUTACAO LTDA CNPJ: 13.956.365-0001-36 | VOXDATA TELECOM - COM E SERV EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA CNPJ: 18.516.905/0001-84 | FATOR K | | | |
| LOTE 1 - DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA | | | | | | | | | | | |
| 1 | ADADOS-01 | Administrador de Dados - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 2 | ADADOS-02 | Administrador de Dados - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 3 | ABI-01 | Analista de BI - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 4 | ABI-02 | Analista de BI - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 5 | ANR-01 | Analista de Requisitos - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 6 | ANR-02 | Analista de Requisitos - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 7 | ANR-03 | Analista de Requisitos - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 8 | ANPROC-01 | Analista de Processos | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 9 | ARQSOF-01 | Arquiteto de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 10 | ARQSOF-02 | Arquiteto de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 11 | DESENV-01 | Desenvolvedor de Software - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 12 | DESENV-02 | Desenvolvedor de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 13 | DESENV-03 | Desenvolvedor de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 14 | ESPGOV-01 | Especialista em Governança de TIC | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 15 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 16 | LDESENV | Líder Técnico de Desenvolvimento | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| LOTE 2 - TESTE E QUALIDADE | | | | | | | | | | | |
| 1 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 2 | ATQ-01 | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| 3 | ATQ-02 | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2,31 | 3,68 | 3,74 | 3,5 | 3,31 | 0,67 | 20,24 | |
| FATOR K DE REFERÊNCIA | | | | | | | | 3,31 | | | |
| OBSERVAÇÕES | | | | | | | | | | | |
| OBS 1 Mapa Referencial, dos valores obtidos, com coeficiente de variação inferior a 25%. | | | | | | | | | | | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ANEXO XI

CONTRATO Nº **00X/202X/TJPA**, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO PARÁ E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO, VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO,
SUSTENTAÇÃO E EVOLUÇÃO DE SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ – TJPA, A SEREM EXECUTADOS
POR MEIO DA ALOCAÇÃO DE PERFIS
PROFISSIONAIS DE TI, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
DE MÃO DE OBRA, PREVIAMENTE DEFINIDOS E
QUALIFICADOS, VINCULADA À ENTREGA DE
RESULTADOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, com sede na **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, CEP: **xx.xxx-xxx**, Tel./Fax: **(0xx) xxxxxxxxx**, e-mail: **xxxxxxxxxxxxxx**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos SEI Nº 0007447-20.2025.8.14.0900, resolvem celebrar, perante as testemunhas que subscrevem, o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e decorre do Pregão Eletrônico nº 028/2026, conforme consta no Processo SEI nº 0006513-28.2026.8.14.0900.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, voltados ao desenvolvimento, sustentação e evolução de sistemas de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, a serem executados por meio da alocação de perfis profissionais de TI, sem dedicação exclusiva de mão de obra, previamente definidos e qualificados, vinculada à entrega de resultados. Os serviços serão prestados sob demanda da Administração, mediante ordens de serviço, com a alocação de um ou mais perfis profissionais, considerando a natureza, complexidade e volume das demandas, sem a constituição obrigatória de equipes fixas, e com execução em regime híbrido, combinando atividades presenciais e remotas, de acordo com as necessidades técnicas e operacionais do TJPA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Este instrumento se vincula ao termo de referência, à proposta e aos anexos dos respectivos documentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O serviço descrito no termo de referência é o seguinte:

| LOTE 1 - DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|------------------|-------------------|------------------------|-----------------------------|
| Nº do ITEM | CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE MENSAL MÁXIMA (A) | SALÁRIO-BASE (B) | FATOR K ÚNICO (C) | VALOR UNITÁRIO (D=BxC) | VALOR MENSAL MÁXIMO (E=AxD) |
| 1 | ADADOS-01 | Administrador de Dados - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$7.714,04 | | | |
| 2 | ADADOS-02 | Administrador de Dados - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$11.345,67 | | | |
| 3 | ABI-01 | Analista de BI - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$7.375,32 | | | |
| 4 | ABI-02 | Analista de BI - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$14.083,33 | | | |
| 5 | ANR-01 | Analista de Requisitos - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 3 | R\$6.567,23 | | | |
| 6 | ANR-02 | Analista de Requisitos - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 4 | R\$8.744,98 | | | |
| 7 | ANR-03 | Analista de Requisitos - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$11.227,93 | | | |
| 8 | ANPROC-01 | Analista de Processos | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 3 | R\$9.500,00 | | | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

| | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|---|-------------------------------------|----|--------------|--|--|--|
| 9 | ARQSOF-01 | Arquiteto de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$12.073,70 | | | |
| 10 | ARQSOF-02 | Arquiteto de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$18.542,27 | | | |
| 11 | DESENV-01 | Desenvolvedor de Software - Júnior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 9 | R\$6.500,00 | | | |
| 12 | DESENV-02 | Desenvolvedor de Software - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 18 | R\$10.713,73 | | | |
| 13 | DESENV-03 | Desenvolvedor de Software - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 6 | R\$15.750,00 | | | |
| 14 | ESPGOV-01 | Especialista em Governança de TIC | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$13.800,00 | | | |
| 15 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 5 | R\$15.048,00 | | | |
| 16 | LDESENV | Líder Técnico de Desenvolvimento | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$20.360,00 | | | |
| VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO (F) | | | | | | | | |
| VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (G=Ex12) | | | | | | | | |
| FATOR K ÚNICO MÁXIMO (C) | | | | | | | | |
| VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (H=Fx24) | | | | | | | | |

| LOTE 2 - TESTE E QUALIDADE | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|---|-------------------------------------|------------------------------|------------------|-------------------|------------------------|-----------------------------|
| Nº do ITEM | CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE | QUANTIDADE MENSAL MÁXIMA (A) | SALÁRIO-BASE (B) | FATOR K ÚNICO (C) | VALOR UNITÁRIO (D=BxC) | VALOR MENSAL MÁXIMO (E=AxD) |
| 1 | GEPRO | Gerente de projetos de tecnologia da informação | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 1 | R\$ 15.048,00 | | | |
| 2 | ATQ-01 | Analista de Testes/Qualidade - Pleno | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 6 | R\$ 7.795,75 | | | |
| 3 | ATQ-02 | Analista de Testes/Qualidade - Sênior | Perfis Profissionais Alocados - PPA | 2 | R\$ 11.081,16 | | | |
| VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO (F) | | | | | | | | |
| VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO (G=Ex12) | | | | | | | | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

| | |
|---|--|
| FATOR K ÚNICO MÁXIMO (C) | |
| VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (H=Fx24) | |

PARÁGRAFO QUARTO - Todo detalhamento do objeto, requisitos funcionais e não funcionais estão descritos no termo de referência e seus anexos.

PARÁGRAFO QUINTO – O LOTE 1 – DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA abrange as atividades de projeto, requisitos, processos, arquitetura, construção, governança de TIC e sustentação. O LOTE 2 – TESTE E QUALIDADE abrange as atividades de garantia da qualidade dos sistemas (QA), execução de testes funcionais, não funcionais e automatizados, minimizando a ocorrência de erros no ambiente de produção.

PARÁGRAFO SEXTO – Visando garantir a isenção na homologação, a transparência e a efetividade do controle de qualidade do software, não será admitida a adjudicação do LOTE 1 e do LOTE 2 para uma mesma licitante ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico/empresarial, a fim de evitar o conflito de interesses na auditoria do código.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Para a operacionalização da vedação de adjudicação cumulativa tratada no parágrafo anterior, caso uma mesma licitante apresente a proposta de menor preço e sagre-se vencedora em ambos os lotes, ela permanecerá vinculada automaticamente como vencedora do lote de maior valor global estimado (Lote 1 - Desenvolvimento e Governança), sendo declarada desclassificada do lote remanescente (Lote 2 - Teste e Qualidade), convocando-se a licitante subsequente para este último, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência."

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência da presente contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua última assinatura pelas partes, com eficácia legal após a publicação no PNCP, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total da contratação é de **R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxx reais)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusos tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no **Banco XXXXXXXX n.º XXX, Agência n.º XXXX, Conta Corrente n.º XXXXXXXX-X**, mediante a apresentação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado, com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 4.9. do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **28 de abril de 2026**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, no Item 8.1. – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEGUNDO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO QUARTO - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

PARÁGRAFO QUINTO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO SEXTO - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

PARÁGRAFO OITAVO - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO NONO - Cientificar a Secretaria de Administração do PJPA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O prazo previsto no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO será suspenso nos casos em que for atestado a não entrega da documentação necessária para fundamentar a solicitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do objeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do(a) CONTRATADO (A) são aquelas previstas neste contrato e no Termo de Referência no Item 8.2. - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo máximo de até 3 (três) dias consecutivos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado entre as partes, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

PARÁGRAFO QUARTO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, em como por todo e qualquer dano causado à Administração ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO QUINTO - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços, que não tenha detalhamento específico no Termo de Referência;

PARÁGRAFO OITAVO - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução contratual.

PARÁGRAFO NONO - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as exigências deste instrumento contratual e do termo de referência;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

PRÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de extinção do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, se for o caso;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – É expressamente vedado à CONTRATADA repassar, descontar ou deduzir da remuneração de seus profissionais eventuais glosas financeiras, redutores por não atingimento de Níveis Mínimos de Serviço (ANS/SLA) ou descontos por rejeição de entregas aplicados pela CONTRATANTE. O risco do negócio, inclusive os prejuízos decorrentes de falhas na execução ou ineficiência, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, resguardando-se a integralidade e a irredutibilidade dos salários dos profissionais. Sendo o modelo de prestação estritamente sob demanda e sem dedicação exclusiva de mão de obra, a CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção do vínculo e pelo pagamento regular dos salários de seus profissionais durante eventuais períodos de ociosidade ou hiatos sem emissão de Ordens de Serviço pelo TJPA;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Para resguardar a Segurança da Informação e o cumprimento da LGPD, a CONTRATADA, na figura de seu representante legal, deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo institucional, atestando a responsabilidade corporativa pela proteção dos dados da CONTRATANTE;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Adicionalmente, é obrigatória a formalização de Acordos de Confidencialidade (*Non-Disclosure Agreement* — NDA) ou Termos de Ciência individuais com todos os profissionais da equipe técnica alocados para a prestação dos serviços, independentemente do modelo de vinculação adotado (seja CLT, PJ ou cooperado). A liberação de credenciais de acesso lógico (VPN, banco de dados, repositórios de código e ambientes de nuvem) para qualquer profissional da equipe ficará estritamente condicionada à entrega prévia, pelo Preposto, da cópia do respectivo NDA individual devidamente assinado, inclusive nos casos de substituição ou inclusão de novos integrantes. O descumprimento desta regra ou o vazamento de credenciais implicará a responsabilização solidária da CONTRATADA e do profissional envolvido;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá realizar a apresentação e validação das certificações institucionais observando os seguintes prazos máximos: I) As Certificações ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação) e ISO 37301 (Compliance) deverão ser apresentadas impreterivelmente até o término do Período de Ambientação; e II) A Certificação CMMI Nível 3 (ou superior) ou MPS-BR SW Nível C



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

(ou superior) deverá ser apresentada no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste contrato, sujeitando-se às sanções e tipificação de inexecução parcial previstas no Termo de Referência em caso de descumprimento dos prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os dados obtidos em razão deste contrato administrativo somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

PARÁGRAFO SEXTO - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, nas seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

PARÁGRAFO QUARTO - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **PARÁGRAFO QUINTO** desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório.

6.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **PARÁGRAFO SEXTO** desta cláusula e prever, expressa e incondicionalmente, a cobertura das dívidas trabalhistas e previdenciárias não apenas dos profissionais alocados nas dependências da CONTRATANTE, mas de todos os profissionais que executaram as Ordens de Serviço no período vigente, incluindo aqueles atuantes em regime remoto ou híbrido.

PARÁGRAFO OITAVO – A apólice de seguro-garantia deverá conter cláusula de retomada e assegurar a cobertura para pagamento direto ao empregado das verbas rescisórias e salariais inadimplidas em razão de falência, recuperação judicial ou abandono do contrato pela CONTRATADA, após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial, nos moldes do art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

18.1 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e da Instrução Normativa nº 003/2024-GP, o contratado ou licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. Multa, nos termos do Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Para fins de caracterização objetiva das infrações contratuais, considera-se inexecução total do contrato (ensejando a abertura imediata de processo administrativo sancionatório para aplicação de multa compensatória máxima, declaração de inidoneidade e rescisão contratual) a completa inobservância dos critérios contratuais mínimos de qualidade, a qual restará presumida pela ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- I. Incidência de glosas (descontos no faturamento por descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço) iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor faturado em um único mês de apuração;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- II. Incidência de glosas (descontos no faturamento por descumprimento de Níveis Mínimos de Serviço) iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do valor faturado por 3 (três) meses, consecutivos ou não, dentro do período de um exercício anual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Verificadas as hipóteses do parágrafo anterior, a fiscalização técnica e administrativa emitirá relatório circunstanciado apontando a inviabilidade da continuidade da prestação dos serviços, suspendendo-se o repasse de novas Ordens de Serviço (OS) à CONTRATADA até a deliberação da autoridade competente sobre a extinção da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

4.3. Indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça do Pará:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelo art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e não podem transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela equipe de gestão e fiscalização designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INTERPRETAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

PARÁGRAFO ÚNICO - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724. de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Belém/PA, XX de xxxxxxxx de 202x.



**COORDENADORIA
DE CONVÊNIOS
E CONTRATOS**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

MAURÍCIO CRISPINO GOMES
Secretário de Administração TJPA

Nome da Empresa
Nome do representante da empresa